

I 50 anos de nascimento de Pedro Lessa

ELLEN GRACIE NORTHFLEET

Ministra do
Supremo Tribunal
Federal.

Senhor Presidente, Acadêmico Cícero Sandroni,
Senhores Acadêmicos,

Permitam-me revelar a profunda gratidão pelo convite formulado através do Acadêmico Domício Proença Filho para, nesta ocasião, dirigir-me a esta Augusta Casa, reverenciando a memória de um de seus membros, o também Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Lessa.

Como integrante do Pretório Excelso, muito me alegra a manifestação de apreço que a Academia presta a um dos mais eminentes juízes que já lustraram nossas bancadas. Nossa casa é ligada à Academia por laços que são de permanente e profundo respeito e profícuo inter-relacionamento.

Conferência realizada no dia 5 de maio de 2009, no Ciclo Efemérides da Academia Brasileira de Letras.

Diga-se, antes de mais nada, que ambas as instituições compartilharam o talento de dez de seus integrantes. Nosso homenageado muito se contentaria em ver relembrados, neste momento, todos esses nomes, mas sobretudo um deles, o de Lúcio de Mendonça. É que Lessa sucedeu-o no Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, também nessa Casa. O apreço intelectual e o afeto pessoal pelo colega, que se revela no discurso de posse, bem diz da grandeza de ambos.

Nós, os juízes, que utilizamos a língua portuguesa como nossa ferramenta de trabalho, não podemos senão ter para com esta Academia atitude de profunda reverência intelectual. Valho-me da manifestação do próprio Pedro Lessa em seu discurso de posse para reafirmar que

“ainda quando se limitasse a Academia a zelar a pureza da língua pátria, a vedar que se enxovalhasse, pelos iconoclastas da vernaculidade, que se perdesse, ou se diminuísse, a energia, a frescura, o perfume e a cor, que ela sempre conserva, quando tangida por uma pena hábil e carinhosa, que maior ou mais patriótico serviço fora possível prestar à nossa pátria?”

Muito mais, no entanto, devem os brasileiros a esta Casa, que, enriquecendo-se na diversidade, se tem aberto a outras manifestações culturais, em especial a partir da esclarecida Presidência do Acadêmico Marcos Vilaça.

Por todos esses motivos, natural que me sinta particularmente agradecida pela oportunidade que me foi oferecida e adentro esses umbrais em reverência a meus maiores, os Ministros do STF que foram também Acadêmicos.

Mas falemos de nosso homenageado, cujos 150 anos do nascimento registramos.

Pedro Augusto Carneiro Lessa, filho do Coronel José Pedro Lessa e de D. Francisca Amélia Carneiro Lessa, nasceu em 25 de setembro de 1859, na cidade do Serro, em Minas Gerais, antiga Vila do Príncipe e sede de uma das quatro primeiras comarcas da Capitania das Minas Gerais.

Serro foi denominada por Paulo Pinheiro Chagas a “Atenas de Minas”, pois ali nasceram Teófilo e Cristiano Ottoni, Joaquim Felício dos Santos, Pedro Les-

sa, João Pinheiro, Sabino Barroso, o General Gomes Carneiro, Edmundo Lins e Nelson de Sena, tendo sido a primeira cidade brasileira tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1938. Em sua arrebatada descrição do Distrito Diamantino, Spix e Martius referem que “tudo o que até agora [havia] visto de mais belo e soberbo em paisagens, parecia incomparavelmente inferior diante do encanto que se oferecia aos nossos olhos admirados”. (SPIX e MARTIUS, 1826, Vol. 2, pp. 26-27).

Foi esse o privilegiado cenário da infância de Pedro Lessa. Hoje, um dos distritos do Município de Serro leva o nome do jurista e acadêmico.

O jovem mineiro concluiu o curso de Humanidades em sua província e aos dezessete anos partiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Nas Arcadas fez seus estudos, com as mais distintas notas, tendo pertencido a uma turma de nomes brilhantes, entre eles Davi Campista, Bueno de Paiva, Martim Francisco Sobrinho e Júlio de Mesquita. Recebeu o grau de bacharel em 1883 e o de doutor, após defender tese, no ano seguinte.

Tal como seus contemporâneos da São Francisco, Pedro Lessa integrou a mítica sociedade estudantil *Burschenschaft*.

A “Bucha”, como era chamada pelos estudantes, reunia em seus quadros nomes que se destacaram no cenário político e intelectual brasileiro do Império e da Primeira República, como os de Francisco Otaviano, Afonso Celso de Assis Figueiredo (o Visconde de Ouro Preto), Rui Barbosa, Assis Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio Branco), Pinheiro Machado, Afonso Arinos, Bernardino de Campos, Davi Campista, José Carlos de Macedo Soares, Prudente de Moraes, Afonso Pena, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Artur Bernardes, Washington Luís, Fagundes Varela, Castro Alves, Bernardo Guimarães e Álvares de Azevedo.

Este, o cenário intelectual da formação de Pedro Lessa.

Uma vez graduado, iniciou ele sua vida pública em 1885, como Secretário no Tribunal da Relação de São Paulo.

Dois anos depois, prestou concurso para a Faculdade de Direito de São Paulo, no qual obteve o primeiro lugar, não sendo, entretanto, nomeado. No ano seguinte, apresentou-se a outro concurso, obtendo novamente a melhor classificação, sendo nomeado Lente Substituto, em 16 de maio de 1888, passando a Catedrático, em decreto de 21 de março de 1891.

Nesse mesmo ano, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado de São Paulo e eleito Deputado ao Congresso Constituinte do Estado, participando como um dos principais redatores da Constituição bandeirante.

Abandonou a política para dedicar-se exclusivamente à advocacia e ao magistério superior. Na academia, deu nova orientação ao estudo da Filosofia do Direito, revelando independência em relação ao comtismo, apesar de não romper completamente com essa doutrina.

Segundo Miguel Reale (*Filosofia em São Paulo*, 1962):

“... Pedro Lessa se propunha, em contraposição aos ‘positivistas’, a demonstrar o caráter científico da Jurisprudência, reagindo, ao mesmo tempo, contra as concepções metafísicas de Krause e de Ahrens, que haviam fundado o saber jurídico apenas em pressupostos racionalistas.”

Nosso homenageado considerava de grande importância o estudo da filosofia do Direito nos cursos jurídicos. Por isso, registrou em seu livro *Estudos de Filosofia do Direito*:

“O que imprime, o que pode imprimir aos estudos jurídicos um cunho científico, é a filosofia do direito. Sem ela, a tarefa do jurista se reduz a um esforço inferior por interpretar e aplicar preceitos, de cujo verdadeiro e profundo sentido não lhe é dado compenetrar-se. Não pode haver sem ela a compreensão e o amor da justiça, nem legisladores que elaborem sábias leis, juízes consagrados ao culto inteligente e sincero do direito, administradores realmente empenhados em bem lhe executar as prescrições, advogados que sobreponham o egoístico interesse do exercício da profissão à elevada

utilidade, ou melhor, à necessidade superior da conservação e do progresso da sociedade pela exata observância das leis.

Faltando o conhecimento dos princípios do direito, fica este sendo mera arte, cujos preceitos facilmente se desvirtuam na prática, aplicando-se ao talante das conveniências individuais.” (*Ibid.*, p. 10/11).

Também se nota a preocupação do autor com a matéria, quando, naquele início de século XX, alertava que:

“Em nenhum país mais do que o Brasil se acentua a necessidade de atrair a atenção dos que lidam com o direito, constituído e constituendo, para os princípios, para as verdades gerais, para as leis fundamentais, que constituem o supedâneo do direito, que lhe explicam a razão de ser, revelam o *quid constante*, permanente, invariável, que se nota em meio das transformações das normas jurídicas, e infundem a convicção da necessidade absoluta da justiça. Provavelmente, entre outras razões, por sermos uma nação ainda jovem, muito raros são os espíritos que se ocupam com as teorias gerais do direito, tão desdenhadas pelas inteligências frívolas, que, sob color de só cuidarem de assuntos práticos, e confundindo fantasias e estéreis abstrações com as teorias hauridas na observação dos fatos, e necessárias para iluminar e fecundar a prática, tacham de teóricos aos que tentam aprofundar a compreensão das leis pelo estudo dos princípios.” (*Ibid.*, p. 11).

Sua brilhante e combativa atuação como advogado lhe rendeu grande destaque no meio jurídico, tornando seu nome conhecido e respeitado nos principais tribunais do país.

Além de professor e jurista ocupado, era também homem de bom convívio e sua casa na Rua Voluntários da Pátria era um dos centros de reunião da elite intelectual da época.

Gostava de caminhar e, como lembra J. de Castro Nunes, “se pegava a jeito um companheiro, convidava-o para uma caminhada, e lá ia, grande, imponente, de fraque, bengala e chapéu de coco, pelas ruas de Botafogo, onde residia, sem-

pre conversando, perguntando, informando-se do que havia.” (*Alguns Homens do meu Tempo*, José Olympio, 1957, p. 103/104).

J. de Castro Nunes, que com ele conviveu, assim o descreveu:

“O físico não inculcava nele, ao primeiro golpe de vista, o intelectual que se escondia naquele homem grande, corpulento, pletórico, suarento, sempre a abanar-se com um pequeno leque que trazia. Se a figura simbólica da inteligência e do saber está na representação espiritual e vaporosa que temos na imaginação, Lessa não daria essa impressão, visto por quem não o soubesse quem era, senão de um homem de ação movendo-se no mundo dos negócios. Mas, tratando com ele, sentiria quem dele se aproximasse a grande inteligência que irradiava da sua presença e se lhe via nos olhos, na vivacidade, na expressão fisionômica. Muito míope, usava óculos engastados em aros de ouro, de vidros grossos e claros, por trás dos quais fixava o interlocutor com o olhar perquiridor e arguto.” (*Ibid.*, p. 97).

Sua produção foi principalmente jurídica. Como profundo estudioso do Direito, publicou obras valiosas, sobre variados assuntos, entre as quais: *Teses e Dissertações Apresentadas à Faculdade de Direito de São Paulo para o Concurso a uma Vaga de Lente Substituto* (1887), *Memória Histórica Acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo* (1889), *Interpretação dos art. 34, n.º 23, art. 63 e art. 65, n.º 2, da Constituição Federal* (1889), *É a História uma Ciência* (1900), *O Determinismo Psíquico e a Imputabilidade e Responsabilidade Criminais* (1905), *Discursos* (1909), *Estudos de Filosofia do Direito* (1912), *Do Poder Judiciário* (1915), *Discursos e Conferências* (1916) e *A ideia da Justiça – Conferência* (1917).

Em 26 de outubro de 1907, foi nomeado pelo Presidente Afonso Pena Ministro do Supremo Tribunal Federal, preenchendo vaga decorrente da aposentadoria por invalidez de Lúcio de Mendonça, que, praticamente cego, infelizmente, não mais conseguia ler e estudar os processos.

O Presidente Afonso Pena nutria muito respeito e admiração pela Suprema Corte, atribuindo grande valor às nomeações de seus Ministros, ressaltando

que “o governo deve só e unicamente ter em vista as habilitações intelectuais e morais de quem tenha de exercer a função quase divina de julgar.” (Lêda Boechat Rodrigues, *História do Supremo Tribunal Federal*, Vol. II, p. 108).

Assim, Pedro Lessa tomou posse no Supremo Tribunal Federal em 20 de novembro de 1907, sob a égide da primeira Constituição republicana brasileira, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

Nessa época, a Suprema Corte era composta de 15 Juízes, nomeados entre os cidadãos de notável saber e reputação elegíveis para o Senado.

Como lembra Carlos Bastide Horbach, no livro *Memória Jurisprudencial – Ministro Pedro Lessa*, o próprio Lessa, em sua obra *Do Poder Judiciário*, ressaltou que a Constituição de 1891 não seguiu as constituições norte-americana e argentina, que lhe serviram de modelo e que deixavam para o legislador ordinário a fixação do número de membros da Corte Suprema. A previsão do número de Juízes do Supremo Tribunal Federal no texto constitucional era salutar na visão do jurista, pois:

“A recordação do que se tem passado nos Estados Unidos da América do Norte, onde por meros interesses dos partidos políticos se têm promulgado leis que, com manifesto prejuízo para a administração da justiça, ora aumentavam, ora diminuíaam o número de membros da Suprema Corte, justifica plenamente este preceito do art. 56, em que se fixa o número dos membros de nossa Corte Suprema. Fácil imaginar o que fariam, sem essa limitação, as ambições, os interesses e as vinditas políticas, num país em que são frequentes os desvairamentos dos partidos, ou dos grupos políticos.” (*Ibid.*, p. 27/28).

Além disso, aos olhos de Pedro Lessa, diante de uma democracia instável e de uma tradição jurídica ainda ligada ao Império, era necessário adaptar o modelo norte-americano à realidade brasileira. Uma das diferenças trazidas pelo texto constitucional de 1891 estava nos requisitos exigidos para ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal:

“Também diferente da Constituição norte-americana é a nossa no que toca aos predicados exigidos para a nomeação dos membros da Suprema Corte.

Nenhum requisito estatuiu aquela Constituição, nem a lei judiciária (*judiciary act*) de 1789. Determina a nossa que sejam nomeados somente cidadãos de notável saber e reputação, elegíveis para o Senado. Dada a função dos juízes, é evidente que o saber requerido deve consistir no conhecimento dos vários ramos do direito.”

Pedro Augusto Carneiro Lessa chegou ao Supremo Tribunal Federal com 48 anos de idade, como um jurista de renome e trilhou uma brilhante e destacada carreira judicante, a ponto de ser tido por Rui Barbosa como o mais completo dos juízes, o *Marshall* brasileiro.

Pedro Lessa teve uma formação humanista e era versado não só nas ciências jurídicas, mas também em filosofia, história, ciências sociais e literatura, e se tornou, nos dizeres do também Ministro do Supremo Tribunal Federal Oroszimbo Nonato, “um modelo de juiz até agora inexcedido”.

Tinha grande respeito pelo exercício da magistratura, como se pode observar do discurso feito aos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo, no ano anterior à sua posse no Supremo Tribunal Federal:

“Se fordes juiz, lembrai-vos de que tão altos e tão raros são os predicados que requer esta profissão, tanta nobreza de caráter, tamanha elevação moral e uma imparcialidade tão olímpicamente serena, de envolta com a mais variada e profunda cultura jurídica, se fazem aqui necessárias, que só é digno da sagrada missão, não quem a solicita com alacridade, mas quem, ao receber a tremenda investidura, repete profundamente convencido as palavras do ‘sacrifício do altar’: *Domine non sum dignus*.” (*Discursos e Conferências*, p. 70).

Sua consciência da grave responsabilidade do exercício da magistratura era tamanha que, de acordo com Lêda Boechat Rodrigues, “sua primeira reação em face da nomeação para o mais alto tribunal da República foi [...] a de decli-

nar do convite. Mas Afonso Pena insistiu e convenceu-o a aceitar”. (*História do Supremo Tribunal Federal*, Tomo II, p. 109).

Segundo a referida autora, assim se manifestou seu contemporâneo Alcântara Machado sobre sua atuação na Suprema Corte:

“Erguido à culminância de juiz, continuou a ser o homem amigo: amável sem demasias, cheio de apreço pelas coisas do espírito. Dir-se-ia mesmo não ter mudado em substância de profissão. Nos votos do magistrado, succulentos de doutrina, incomparáveis do ponto de vista da limpidez e do método, transpareciam intactas as qualidades essenciais do professor; e na discussão oral dos pleitos a palavra conservava ainda o colorido e o calor e as inflexões profundamente humanas, com que, antes, defendia as causas confiadas ao seu patrocínio. Era o advogado, no sentido ideal do termo, quem estava ali, impetuoso e alerta, a elevar e clarificar a controvérsia, aparrando e desferindo golpes mortais. Só o cliente se transformara, impersonalizando-se, e em vez de chamar-se autor, ou o réu, chamava-se o direito. Increparam-lhe como um deslize a violência porque, na ânsia de ser justo, se deixava às vezes possuir. Mas é isso, precisamente, que faz a grandeza do Ministro Pedro Lessa. Nele o cargo não suprimiu o homem e, debaixo da toga, o coração batia sempre, generoso e abundante, pelas causas nobres e generosas. [...] Para ser o juiz completo que Rui Barbosa nele proclamou, era forçoso ter sido Pedro Lessa o homem completo que foi.” (*Ibid.*, p. 110/III).

Outro contemporâneo de Supremo Tribunal Federal, o Ministro Viveiros de Castro, ressaltou que a atuação de Pedro Lessa foi “das mais eficientes na formação do Direito Nacional”, acrescentando que “os seus luminososórdãos e os seus votos substanciosos, exaustivos, serão sempre fontes inexauríveis para todos os que labutam no foro”.

A forte personalidade de Lessa e sua veemência nos julgamentos contribuíam para acaloradas discussões com seus pares. Como lembra Lêda Boechat:

“O prestígio crescente de Pedro Lessa, a atitude de superioridade com que, agitando um pequeno leque negro, costumava replicar aos colegas que o interrompiam – ‘mas, Sr. Ministro, o que eu afirmo é tão claro que incomoda... –, o hábito dos longos votos, da consulta e citação de numerosíssimos livros de autores estrangeiros, tudo contribuiria para que, nas causas de maior repercussão, o debate se acendesse e atingisse, mesmo, a um nível de exaltação. Então, como o viu certa vez Ademar Tavares, ‘alto, forte, a cabeça branca encimando um busto de atleta, uns olhos vivos a luzirem através de uns vidros de grau,... inflamava-se-lhe a voz, agigantava-se, transfigurado, desferindo raios, todo ele numa só força, numa só afirmação, numa só vontade: convencer!’, e isso, ‘em meio de uma verdadeira fuzilaria de apartes de outros colegas, que procuravam, em voz alta, animadamente, aluir o monumento expositivo que erguia’. ” (*Ibid.*, p. III/II2).

No entanto, como destacou J. de Castro Nunes,

“os móveis a que obedecia no seu comportamento pessoal intolerante, ríspido, algo agressivo, não eram as paixões inferiores nascidas do interesse ou do partidismo. Era a paixão nobre que se excedia, é certo, mas sempre de inspiração superior, no plano do interesse público, das garantias do regime, do acerto na realização do Direito.” (*Alguns Homens do meu Tempo*, José Olympio, 1957, p. 99/100).

Pedro Lessa conviveu durante os quatorze anos de judicatura no Supremo Tribunal Federal com outros vinte e nove Ministros, todos formados durante o período monárquico do Império, educados nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, com exceção do Ministro Amaro Cavalcanti, que concluiu sua formação jurídica na Union University do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América, sendo, até hoje, o único membro do STF formado por uma universidade estrangeira.

Assim, os Ministros do Supremo da primeira República sofreram forte influência, durante os anos acadêmicos, da legislação portuguesa e da doutrina francesa, o que, na visão do Ministro Castro Nunes, representava uma formação jurídica “inadequada à compreensão das novas instituições”.

Sobre essa influência, o Ministro Aliomar Baleeiro destacou

“ ‘que os bacharéis formados’, sequando a tradição coimbrã, transplantada para a Faculdade de Olinda, depois Recife, e de São Paulo, eram fortes na legislação portuguesa ainda vigente no Brasil até 1917 e faziam algumas incursões na literatura jurídica francesa, um pouco da alemã em Pernambuco, mas não tinham familiaridade com a americana, conhecida apenas de Rui, Amaro Cavalcanti e poucos iniciados.” (*Supremo Tribunal Federal*, este outro desconhecido, p. 23).

Pedro Lessa, como sublinhou Carlos Bastide Horbach, inúmeras vezes, em seus votos, alertava seus pares para o fato de estarem interpretando as recentes instituições da República com base em princípios e referências do regime imperial. Na introdução de seu livro *Do Poder Judiciário*, asseverou “cumprem-se e aplicam-se as normas legais do sistema presidencial e do regime federativo com o espírito embebido nas ideias do regime e do sistema opostos”.

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal nesse início de República fazia parte de uma elite que, no Império, fez carreira em cargos públicos na burocracia judiciária.

Pedro Lessa, não obstante ter exercido mandato político como Deputado, não seguiu carreira pública, pois se dedicou primordialmente à advocacia privada e à cátedra na Faculdade do Largo de São Francisco. A origem da advocacia privada e a destacada vida acadêmica foram fundamentais na sua produção jurisprudencial no Supremo Tribunal Federal. Na leitura de seus judiciosos votos, podemos identificar os traços do professor, do advogado, do humanista, do patriota e do imortal Pedro Lessa.

Seu nome está tradicionalmente ligado à chamada “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, que teve sua origem na produção pretoriana do Supremo Tribunal Federal e visava, precipuamente, a uma ampliação da garantia da liberdade de ir, vir e permanecer.

O *habeas corpus*, previsto inicialmente no Código de Processo Criminal do Império de 1832, passou a constar no art. 72, § 22, da Constituição Republicana de 1891, podendo ser invocado pelo indivíduo que sofresse ou se achasse em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.

O art. 61 da Constituição da Primeira República admitia recurso voluntário para o Supremo Tribunal Federal das decisões denegatórias de *habeas corpus*, deixando, no entanto, dúvida quanto à competência originária da Suprema Corte.

Entretanto, no julgamento do *Habeas Corpus* n.º 3.969, em 17 de maio de 1916, em extenso e exaustivo voto, Pedro Lessa resumiu, com a didática de professor, a competência do Supremo Tribunal Federal na matéria:

“A regra é conhecer o Supremo Tribunal Federal de pedidos de *habeas corpus* em segunda instância. Excepcionalmente conhece o mesmo Tribunal originariamente de tais pedidos: a) quando se trata de violência ou crimes imputados ao Presidente da República e aos ministros de Estado; b) quando o constrangimento procede dos juízes seccionais; c) quando o caso é urgente e não há possibilidade de invocar outra autoridade judiciária.”

O grande Rui Barbosa, tido como “mentor intelectual” da “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, conhecia profundamente as técnicas processuais adotadas pela Suprema Corte norte-americana para proteção de diversos direitos e liberdades individuais, por meio dos remédios existentes no direito anglo-americano, tais como: o *mandamus*, a *injunction*, o *certiorari* e o *quo warranto*. Entretanto, não conseguiu fazer o Congresso adotá-los, em razão da oposição que fazia à maioria dos Presidentes da República.

Rui Barbosa, então, buscou por meio de pedidos de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal o controle judicial de ilegalidades que transbordassem o direito de ir e vir do indivíduo. Desse modo, em julgamentos memoráveis como os relativos ao estado de sítio decretado por Floriano Peixoto em 1892 (*Habeas Corpus* n.º 300) e ao caso do navio Júpiter, em 1893 (*Habeas Corpus* n.º 406), Rui fez o Supremo Tribunal Federal construir a denominada “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, ampliando a sua finalidade histórica de assegurar a liberdade de locomoção.

As teses de Rui encontraram eco, ainda que de uma forma mais restrita, nos votos de Pedro Lessa, que assim justificou a ampliação da função do *habeas corpus*:

“A liberdade individual é um direito fundamental, condição do exercício de um sem número de direitos: para trabalhar, para cuidar de seus negócios, para tratar de sua saúde, para praticar os atos de seu culto religioso, para cultivar seu espírito, aprendendo qualquer ciência, para se distrair, para desenvolver seu sentimento, para tudo, em suma, precisa o homem da liberdade de locomoção, do direito de ir e vir. Além de inútil, fora difícil, senão impossível enumerar todos os direitos que o indivíduo fica impossibilitado de exercer pela privação da liberdade individual: pela prisão, pela detenção ou pelo exílio. A impetração do *habeas corpus* para fazer cessar a prisão, ou para prevenir, é o que se vê diariamente. Algumas vezes, entretanto, a ilegalidade de que se queixa o paciente não importa a completa privação da liberdade individual. Limita-se a coação ilegal a ser vedada unicamente à liberdade individual, quando esta tem por fim próximo o exercício dum determinado direito. Não está o paciente preso, nem detido, nem exilado, nem ameaçado de imediatamente o ser. Apenas o impedem de ir e vir, por exemplo: a uma praça pública, onde se deve realizar uma reunião com intuítos políticos; a uma casa comercial, ou a uma fábrica, na qual é empregado; a uma repartição pública, onde tem de desempenhar uma função ou promover um interesse; à casa em que reside, ao seu domicílio.” (*Do Poder Judiciário*, p. 284/285).

Pedro Lessa, restringindo, de certo modo, o alcance que Rui pretendia dar ao remédio heroico, entendia que o uso do *habeas corpus* poderia ser ampliado para proteção de outros direitos, desde que estivessem relacionados com a liberdade de ir e vir, como se pode verificar de seu voto vencido no *Habeas Corpus* n.º 5.475, julgado em 26 de novembro de 1919:

“A doutrina do Tribunal, consagrada em copiosíssima jurisprudência, consiste em conceder a ordem de *habeas corpus* tanto no caso em que o paciente prova que sofre ou que está ameaçado de sofrer prisão, ou coação ilegal a sua liberdade individual necessária à prática de qualquer ato da vida, como também no caso em que o paciente prova que sofrerá uma coação ilegal à sua liberdade individual, se quiser exercer uma determinada função, que ele tem tão incontestável direito de exercer, como tem direito de praticar os atos comuns da vida, para os quais necessária é a liberdade individual física ou de movimentos.”

Em sua obra *Do Poder Judiciário*, Pedro Lessa também abordou de forma precisa o tema da função do *habeas corpus*:

“Pouco importa a espécie de direitos que o paciente precisa ou deseja exercer. Seja-lhe necessária a liberdade de locomoção para pôr em prática um direito de ordem civil, ou de ordem comercial, ou de ordem constitucional, ou de ordem administrativa, deve ser-lhe concedido o *habeas corpus*, sob a cláusula exclusiva de ser juridicamente indiscutível este último direito, o direito escopo. [Para recolher à casa paterna o impúbere transviado, para fazer um contrato ou um testamento, para receber um laudêmio, ou para constituir uma hipoteca; para exercitar a indústria de transporte, ou para protestar uma letra; para ir votar, ou para desempenhar uma função política eletiva; para avaliar um prédio e coletá-lo, ou para proceder ao expurgo higiênico de qualquer habitação; se é necessário garantir a um indivíduo a liberdade de locomoção, porque uma ofensa, ou uma ameaça, a essa liberdade foi embaraço a que exercesse qualquer desses direitos, não

lhe pode ser negado *habeas corpus*. Que juiz, digno desse nome, indeferiria o pedido de *habeas corpus* em favor do cidadão que, estando no gozo dos seus direitos políticos, não pudesse chegar até a mesa eleitoral, porque lho vedasse a violência de qualquer esbirro, ou de qualquer autoridade energúmena?” (*Poder Judiciário*, p. 286/287).

Assim, no início do século XX, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que o *habeas corpus* deveria ter uma aplicação ampla para a proteção da liberdade individual, tendo o Tribunal concedido ordens para evitar expurgos sanitários — protegendo a inviolabilidade do lar —, para garantir a liberdade profissional, o exercício de cargos públicos eletivos, a liberdade de culto, a liberdade de reunião, etc.

Um dos julgamentos mais conhecidos desse período foi o do chamado Caso do Conselho Municipal.

O Conselho Municipal do Distrito Federal era o Legislativo da Capital da República, sendo composto por 16 intendentes. Na eleição de 31 de outubro de 1909, houve uma divisão em dois grupos rivais, que disputavam o direito de exercer o poder de direção do Conselho. O então Presidente da República, Nilo Peçanha, entendendo que o Conselho não estava devidamente instalado, determinou que o Prefeito assumisse a administração e o governo do Distrito Federal.

Inconformados com a decisão do Presidente da República, os intendentes eleitos impetraram diversos *habeas corpus*, visando a garantir o exercício de suas funções.

Em 8 de dezembro de 1909, foi impetrado *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal por Manuel Corrêa de Melo e outros, que pretendiam entrar no edifício do Conselho Municipal para prosseguir nos trabalhos de verificação de poderes dos intendentes eleitos, sem constrangimento por parte de autoridades federais e municipais.

Na sessão do dia 11 de dezembro do mesmo ano, a Suprema Corte concedeu a ordem no *Habeas Corpus* n.º 2.794, de relatoria do Ministro Godofredo Cunha, para que os pacientes continuassem no processo de verificação de poderes.

Em seu voto, Pedro Lessa revelou a sua concepção acerca da finalidade do *habeas corpus*:

“O *habeas corpus* tem por fim exclusivo garantir a liberdade individual. A liberdade individual, ou pessoal, que é a liberdade de locomoção, a liberdade de ir e vir, é um direito fundamental que assenta na natureza abstrata e comum do homem. A todos é necessária: ao rico e ao indigente; ao operário e ao patrão; ao médico e ao sacerdote; ao comerciante e ao advogado; ao juiz e ao industrial; ao soldado e ao agricultor; aos governados e aos governantes. O direito de locomoção é condição *sine qua non* do exercício de uma infinidade de direitos. Usa o homem da sua liberdade de locomoção para cuidar de sua saúde, para trabalhar, para fazer seus negócios, para se desenvolver científica, artística e religiosamente. Frequentemente se pede o *habeas corpus* para fazer cessar um constrangimento ilegal, sem indicação do fim que tem a vista particularmente o paciente, do direito que ele pretende imediatamente exercer. Pede-se então *habeas corpus* para o fim de exercer todos os direitos de que for capaz o paciente. Outras vezes, o *habeas corpus* tem por fim afastar o obstáculo ilegal oposto ao exercício de determinado direito, porque a coação se deu exatamente quando o paciente exercia ou pretendia exercer esse direito. Dever-se-á negar o *habeas corpus* quando impetrado para o exercício de determinado direito? Fora absurdo. A liberdade de locomoção é um meio para a consecução de um fim ou de uma multiplicidade infinita de fins; é um caminho em cujo termo está o exercício de outros direitos. Porque o paciente determina precisamente, em vários casos, o direito que não pode exercer, não é razão jurídica para se negar o *habeas corpus*.”

Com a decisão do Tribunal, o Conselho Municipal passou a funcionar sob a presidência do intendente mais velho.

Entretanto, as tensões políticas entre o Conselho e o Prefeito do Distrito Federal continuaram, culminando com o Decreto editado em janeiro de 1911 pelo então Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, que de-

terminou a realização de novas eleições para o Legislativo da Capital, dissolvendo, na prática, o Conselho que estava reunido por força da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Contra o Decreto presidencial foi impetrado novo pedido de *habeas corpus*, que acabou deferido pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 25 de janeiro de 1911, que, reconhecendo a violação de liberdades individuais, permitiu que os intendentess entrassem no edifício do Conselho Municipal e exercessem suas funções até o término de seus mandatos.

Mesmo assim, o Marechal Hermes da Fonseca recusou-se a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, alegando que o Poder Judiciário teria invadido atribuição do Executivo.

Em sessão de 1.º de abril de 1911, Pedro Lessa, na qualidade de relator do acórdão descumprido, pediu a palavra para assim se manifestar:

“Não me surpreendeu, nem me causou a menor estranheza, o ato pelo qual o Presidente da República manifestou a resolução de desacatar o acórdão deste Tribunal, que concedeu a ordem de *habeas corpus*, impetrada em favor dos intendentess municipais do Distrito Federal. A muitos dos meus ilustres colegas, neste recinto e fora dele, havia eu comunicado mais de uma vez a profunda convicção, que sempre nutri, de que não seria respeitada a decisão proferida em favor dos membros do Conselho Municipal, assim como respeitada não seria qualquer outra sentença, igualmente justa, desde que contrariasse os interesses políticos dominantes.”

Após longa e detalhada manifestação na qual expôs sua posição em relação ao *habeas corpus*, Pedro Lessa repudiou a inaceitável intromissão do Governo no Poder Judiciário:

“Como havemos de tolerar que, sob a república federativa, e no regime presidencial, em que tão nítida e acentuada é a separação dos poderes, se restabeleça a inconstitucional intrusão do Poder Executivo nas funções do Judiciário?

Ao presidente da República nenhuma autoridade legal reconhecimento para fazer preleções aos juízes acerca da interpretação das leis e do modo como devem administrar a justiça. Pela Constituição e pela dignidade do meu cargo sou obrigado a repelir a lição. Poderia aceitá-la em virtude da autoridade científica, de que dimana. Essa é grande, ninguém a contesta, e eu mais do que todos a acato e venero. Mas, *quandonque bonus dormitat Homerus*: desta vez a lição veio inçada de erros, e erros funestíssimos à mais necessária de todas as liberdades constitucionais. Ainda, por essa razão, sou obrigado a devolver-lha.”

A profunda indignação de Pedro Lessa não impediu, no entanto, que o Conselho Municipal do Distrito Federal continuasse a sofrer os efeitos do Decreto editado pelo Marechal Hermes da Fonseca. Porém, o julgamento do *Habeas Corpus* n.º 2.990 ficou marcado como um dos mais importantes precedentes da história do Supremo Tribunal Federal, firmando a jurisprudência da Corte quanto à possibilidade de ampliação do uso do *habeas corpus*.

Nesse conturbado período da história do Brasil, quando o Chefe do Executivo decretou sucessivos estados de sítio, diversas intervenções federais nos Estados e desrespeitou decisões do Judiciário, a firme e segura atuação de Pedro Lessa no Supremo Tribunal Federal foi de suma importância para a garantia dos direitos individuais.

Em 7 de maio de 1910, Pedro Lessa foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, para ocupar a Cadeira II que pertencera a Lúcio de Mendonça, a quem já tinha sucedido no Supremo Tribunal Federal.

Em 6 de setembro de 1910, foi recebido pelo Acadêmico e também jurista Clóvis Beviláqua, com as seguintes palavras:

“Para dizer-vos, numa sincera efusão de simpatia, que a vossa ausência era sentida nesta Casa, e que a vossa presença nos desvanece, teria qualquer outro mais louçania na frase, maior elevação nos conceitos; nenhum, entretanto, poria mais forte vibração de sentimentos não no dizer, porque a palavra reflete a feição mental de cada um, mas no simples gesto de vos abrir a porta, porque todos desta família vos estimam com igual afeto.

E a oração, que acabamos de ouvir, carinhosa evocação de uma fecunda e nobre existência, que se afirmou na sociedade, com distinção e brilho, excelentemente corresponde a esse estado d'alma, em que nos achamos para convosco.

A arte superior, com que desenhastes a figura inolvidável de Lúcio de Mendonça, porque a recebestes do sentimento afetivo e da sinceridade benévola, avultou, na memória do nosso coração, a saudade do morto e, ao mesmo tempo, nos fez sentir quanto andamos bem inspirados, colocando-vos na cadeira, que ele ilustrou, sob o patrocínio do vate iluminado, em cujo estro passaram doloridas as tristezas íntimas da alma nacional.

Entre vós e o confrade, que substituíis, há irrecusáveis analogias. Será puro acidente ter ele pertencido ao elevado Tribunal de que sois um dos mais puros ornamentos; mas, viesse de combinações inaveriguadas de hereditariedade, ou fosse que o feitio de vossas almas recebesse a impressão de um modo semelhante ao se individualizarem, o certo é que eu vos sinto irmãos, no modo grave e simples de encarar a vida, no desassombro em face das dificuldades de toda ordem, sociais ou intelectuais, e nas aspirações de liberdade, em que o espírito se alça para regiões superiores e mais dilatados horizontes.”

Pedro Lessa faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de julho de 1921.

Em sessão na mesma data, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Hermínio do Espírito Santo, comunicou o fato à Corte, que suspendeu os trabalhos e decretou luto por 15 dias.

Em 25 de setembro de 1925, foi inaugurado na sala de sessões do Supremo Tribunal Federal o busto de um de seus maiores Ministros, tendo falado, em nome dos advogados, o Dr. Levi Carneiro, que, enaltecendo a figura de Pedro Lessa, afirmou:

“Não teve a magistratura quem o excedesse no conjunto magnífico dos predicados primordiais de um juiz de sua mais alta Corte: talento, cultura, civismo, capacidade de trabalho, desassombro de opiniões, independência

pessoal. Não lhe faltou, ainda, o espírito de combatividade e o sentimento político e patriótico, aliados à profunda aversão, de antigo professor, pelo erro, que muitas vezes o impeliavam apaixonadamente. Acima de tudo, coube-lhe na formação de nossa teoria constitucional, no desenvolvimento de nosso regime político, acentuar a missão deste Tribunal, efetivando-a durante cerca de 14 anos de labor intensíssimo.” (*Diário da Justiça* de 26 de setembro de 1925).

Trinta e quatro anos mais tarde, em sessão solene de comemoração do centenário de seu nascimento, o Ministro Orosímbo Nonato, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, lembrava que Pedro Lessa “mostrou-se um juiz afirmativo, coerente, renovador, largamente inspirado nas tradições do nosso liberalismo e nos anseios democráticos do país”. Na mesma ocasião ressaltou o Ministro Cândido Mota que

“[...] com seu amor às coisas de sua terra e de seu povo, foi também Pedro Lessa, na sua prodigiosa capacidade de entusiasmo, de uma densa e irreduzível humanidade. Por isso, onde via o direito, via a liberdade, e no tema político da liberdade, a sorte da individualidade humana e da civilização de um povo.”

Termino com um trecho de uma conferência proferida por Pedro Lessa sobre a Ideia de Justiça, publicada na Revista do Supremo Tribunal, em outubro de 1917:

“Nas agremiações humanas de todos os tempos sempre houve, sempre tem havido, o sentimento de que sem a Justiça é impossível a expansão da vida, não podemos progredir, ser felizes. Com vários pensamentos, por formas diferentes, sempre manifestaram os homens essa convicção, assentada numa realidade irrecusável. A despeito da imensa distância entre a nossa concepção da vida e a dos antigos helenos, hoje como então a Justiça é reputada uma virtude, em cujo exercício reside a condição primordial da felici-

dade dos homens. Apenas variam os modos de exprimir a eterna verdade. Reproduzindo uma das amáveis ficções em que tanto se comprazia a simplicidade artística do gênio da antiga Hellade, PÍNDARO, numa das Olímpicas, nos mostra o destino que tem como prêmio os homens justos, aqueles que tiveram a força de vontade necessária para, durante a vida, nunca se afastar das normas do Direito: seguem a estrada de Júpiter até a terra de Saturno, donde passam para o seu fantástico paraíso, a Ilha dos Afortunados, acariciada eternamente pelas brisas do oceano, e onde eternamente brilham flores doiradas, umas nascidas da terra sobre as árvores mais belas, e outras miraculosamente brotadas do seio das ondas.

Simboliza a imagem a felicidade dos povos que sabem cultivar a Justiça, que, num dos seus aspectos, é, como a definiu a ciência dos romanos, inspirada na filosofia dos gregos, a constante e perpétua vontade de dar a cada um o que lhe pertence. Ainda hoje não é outra coisa a Justiça.

Dando-se a cada um o que é seu, tem-se a condição principal da honra, da vida, da prosperidade e do bem estar das Nações e dos indivíduos.”

Nesta sessão, damos a Pedro Lessa o que é seu: o reconhecimento das gerações de juristas e acadêmicos.

Sr. Presidente, Senhores Acadêmicos, Paul Valéry nos advertia que:

“Os mortos têm apenas aos vivos como recurso. Nossos pensamentos são para eles os únicos caminhos para a luz do dia. Eles, que tanto nos ensinaram, eles que nos parece haverem-se apagado por nós e nos haverem legado todas as suas oportunidades, é justo e digno de nós que eles sejam piedosamente acolhidos em nossas memórias e que bebam um pouco de vida em nossas palavras.”

A Academia e o Supremo Tribunal Federal se engrandecem ao lembrarmos os exemplos deixados por Pedro Lessa.



Georges Bernanos

NO ANO DA FRANÇA NO BRASIL

Perto e longe de Bernanos

LÊDO IVO

Ocupante da
Cadeira 10
na Academia
Brasileira de
Letras.

*Quand je serai mort, dites
au doux royaume de la Terre
que je l'aimais plus que je
n'ai jamais osé dire.*

GEORGES BERNANOS

Foi nos cafés das estações ferroviárias que Georges Bernanos, corretor de seguros, iniciou a sua vida literária. No intervalo das pequenas viagens de trem, ele escrevia *Sous le Soleil de Satan*, que o alçou a um dos lugares mais privilegiados da ficção francesa de nosso tempo.

A notoriedade não o fez mudar de hábito. A primeira vez que o vi, no já remoto ano de 1943, ele estava sentado numa mesa do bar

Amarelinho, na Cinelândia, e redigia. O rumor da cidade não o perturbava, como também não o haviam incomodado os silvos das locomotivas e o rilhar dos trilhos nas horas em que se debruçava sobre o destino de Mouchette ou seguia as andanças noturnas dos padres que constituíam a sua grande obsessão desde a infância cercada de batinas. Ele necessitava de vozes, fisionomias e gestos humanos para os mergulhos no imaginário ou para melhor exprimir a sua cólera formidável de polemista nutrido em Hello e Léon Bloy – e, imerso no barulho do dia, era como se o contornasse o silêncio mais redondo. De vez em quando levantava o belo rosto trabalhado pela vida, e podíamos ver os seus olhos – aqueles olhos azuis que, embora depositários da infância e da inocência, eram as portas de uma imaginação voltada para o Mal e o pecado, a salvação e a graça.

Uma manhã, Jorge de Lima me apresentou, em seu consultório médico, a Georges Bernanos, assegurando-lhe que eu era um *jeune poète plein de talent*. O autor de *La Joie* me distinguiu com o seu olhar penetrante, um aperto-de-mão e um honroso rosnido. E foi só.

Por muito tempo, eu costumava vê-lo, quase diariamente, na mesa de bar que era o seu escritório, o lugar em que ele exprimia a sua muda vociferação e se rodeava de criaturas imaginárias que, como as de Dostoiévski, um de seus mestres, vivem em perpétuo estado de deambulação, imitando, aliás, o seu próprio criador, sempre impelido pela vocação do exílio e da mudança, e em busca de novos ares e pousos.

Eu não estava sozinho, nesse posto de observação. Lúcio Cardoso, Octavio de Faria, Adonias Filho e alguns outros partilhavam comigo daquele espetáculo de uma imperturbável criação intelectual operada quase ao ar livre, entre literatos ociosos e boêmios tagarelas. Não ousávamos aproximar-nos do grande e famoso exilado que, nos contatos sociais, se dividia entre a irascibilidade e a gentileza. Limitávamo-nos a cumprimentos formais e cordiais. Entre nós era constantemente lembrado, como advertência, o episódio da visita que o mais luzido grupo de escritores católicos da época lhe fizera, quando de sua chegada ao Rio. Além de exibir profundo e fiel conhecimento da obra de Bernanos, os visitantes

tinham invocado, com um fervor talvez excessivamente tropical, *la France éternelle, la fille aînée de l'Eglise, le primauté du spirituel*. Assim que se tinham despedido, Bernanos voltou-se para o seu filho Yves e comentou: “*Ils sont des imbéciles.*” Uma semana após, o mesmo grupo fervoroso veio para uma segunda visita. Ao abrir-lhes a porta, o jovem Yves (que seu pai costumava classificar de *un Rimbaud sans génie*) logo os reconheceu e gritou, anunciando-os: “*Papa, ce sont les imbéciles.*”

Perto de Bernanos, eu espreitava o seu instante de criador literário, o escorrer no papel de sua prosa fluente e labiríntica, entremeada de bolsões de clareza e arquipélagos de sombra, e ainda de vertiginosas intromissões polêmicas – prosa herdeira do esplendor romanesco de Balzac e Victor Hugo, Léon Bloy e desse Barbey d’Aurevilly que, antes dele, se voltara para o lado demoníaco e enfeitado das criaturas e escrevera o majestoso *Le Prêtre Marié*.

Dostoiévski completa a lista de suas leituras e devoções literárias. Há algo de dostoiévskiano em muitas de suas personagens atormentadas, que ora buscam, ora fogem ou procuram fugir de Deus. E isto sem falar em outras, para as quais Deus não existe: “Se Deus não existe, tudo é permitido.”

Continuador e renovador dessa tradição de visionários, que pousam o olhar na realidade que está além da realidade, e a transcendem, Bernanos jamais hesitava diante da inverossimilhança mais cabeluda. Simplesmente a atravessava, como quem atravessa uma ponte.

Entre tantos outros exemplos, a aventura sinistra da Evangéline que, em *Un Crime*, aparece travestida de padre, exprime, nesse insólito travestimento, símbolo de sua mentira, a capacidade de enfrentar a incredulidade do leitor.

O enredo era, assim, a homenagem que ele presta ao leitor, agradando-o mesmo quando lhe conta histórias incômodas ou horripilantes, que têm raízes vivas no *roman noir* e no folhetim. Bernanos sabia que, como as escolas de samba, o mundo tem um enredo. Ancorado nessa verdade, ele prestigia os acontecimentos. Uma das sedução de seus romances é praticamente o emaranhado das ações e situações, a aglutinação das peripécias que impelem o caminhar obsessivo dos personagens e os arrastam aos encontros surpreendentes. O padre que, no último capítulo do inacabado *Un Mauvais Rêve*, surge de repente diante

da jovem e desnorreada assassina, simboliza a evidência de que os seres humanos, em sua trajetória, terminam sempre achando o que não procuram. Encontros do mesmo naipe ocorrem em *L'Imposture* e *La Joie*. Como na vida real, os romances se nutrem de acasos reveladores e descobertas incômodas. Mesmo quando imóveis, entregues às suas errâncias interiores, os personagens de Bernanos caminham – andam dentro de suas almas atribuladas como se avançassem nos caminhos enlameados e enevoados do Artois, entre árvores e pântanos. E também não encontram coisas agradáveis ou confortadoras.

A aderência à realidade ambiente, captada em seus sinais mais humildes e rasteiros, não desvia Bernanos do propósito fundamental de ser um observador do coração humano, fiel à lição de Stendhal. O regionalismo vívido e até exacerbado de sua obra habitada pela matéria não é um fim em si mesmo, uma intenção literária que se cumprisse nas descrições elementares. É apenas o cenário, imposto pela experiência particular e intransferível do romancista, destinado a projetar uma saga da existência humana e narrar a luta do homem contra si mesmo ou o meio comunitário. Nesse sentido, Bernanos está para a literatura francesa como William Faulkner para a norte-americana.

Ambos são romancistas voltados para o processo de desagregação individual e social, e celebram o conflito que desune e dilacera as criaturas mais simples. O sentimento da decadência e culpa cobre as duas obras como se fosse uma mortalha ou um grande lençol de neve.

Como em Faulkner, as ações, que surpreendem o leitor e até o estarrecem pela sua brutalidade ou injustiça, antecedem a apresentação dos móveis psicológicos e dos motivos sociais; e o tempo que as regula se retrai e se esgarça, não sendo mais a linearidade cronológica de Balzac e Flaubert, mas o nosso próprio tempo fissurado pela descontinuidade e ofendido por sucessivas fragmentações. Esse desconjuntamento narrativo, longe de indicar imperícia, sinaliza uma nova estrutura – a estrutura do romance moderno, com as suas implosões estéticas.

Bernanos ocupa uma posição pioneira entre os romancistas que, no século XX, e após as aparições totais de Proust e Joyce, ajustaram ao espírito do nosso tempo o romance do comportamento humano.

Já o comparamos a Faulkner — e as aldeias endemoninhadas que são os seus cenários preferidos admitem largamente o confronto com o Yoknapatawpha County faulkneriano. Mas esse ar de família não para aí. Estende-se, por uma espécie de vínculo secreto, a outros brutalistas norte-americanos, como Steinbeck (especialmente o de *Of Mice and Men*, com o seu jovem idiota que é ao mesmo tempo uma imagem de inocência e danação), Erskine Caldwell, James Cain, John O'Hara, Dashiell Hammett e Raymond Chandler. Como esses romancistas, Bernanos costeia sempre o crime e a punição, e de tal modo que as suas histórias se avizinham do romance policial, (ele foi grande leitor de Simenon) ou têm deste a narração febril e o ritmo deambulatório. Este emblema estrutural e estilístico explica o excepcional interesse dos mais modernos cineastas pela obra de Bernanos, já que esta, fundada na escrita, visual, participa simultaneamente do romance policial e do roteiro cinematográfico, com as suas imagens nítidas ou turvadas, os cortes inesperados, os closapes, as mutilações que desorientam o leitor, os flechebeques que sugam a hora presente e vívida e devolvem o tempo suprimido e a memória.

Romancista do pecado e do crime, da graça e da esperança, e da santidade, e cativo ao movimento pendular que sustenta o mistério da vida, Bernanos aponta sempre o responsável pelos malefícios ocorridos no mundo. O Mal é o protagonista de sua obra, o Mal encarnado no Demônio — e ao leitor cabe admiti-lo como uma realidade teológica, uma presença que escuta até a conversa inocente de dois namorados, ou mera invenção desse animal chamado homem que, dotado de uma imaginação desabrida, desde o início de sua carreira biológica se esmera em forjar ficções e propalá-las ao vento do mundo como se fossem verdades verdadeiras.

Quem, em *Monsieur Ouine*, matou o pequeno pastor? A busca policial a nada conduz (o que converte o livro num anti-romance policial, desaparelhado do desfecho clássico). Ao omitir o criminoso que sacrificou o jovem inocente, Bernanos aponta para todos nós. Na verdade, todos nós, até os leitores mais incrédulos, o matamos. Todos somos culpados. “*Voici le temps des assassins*”, anuncia Rimbaud.

Mas o Demônio, que arma os homens e se atreve a rondar e a reclamar para o seu reino até os padres com odor de santidade, existe ou não existe? Para Bernanos, é uma realidade inarredável, como os mordomos nos romances policiais de antigamente. Com as suas proezas hediondas, ele é o outro prato da balança em que está Deus; e ambos, Deus e Demônio, unidos e ao mesmo tempo separados numa luta formidanda, fazem do coração humano – do nosso pobre coração – o seu terreno de disputa.

Para ele, é o Demônio que se apossa dos mais principais personagens de sua obra. O tenebroso *abbé Cénebre* perde a Fé no alucinatório *L'Imposture*. Como ocorre com todos os romancistas dignos deste nome, um passante da realidade lhe serviu de modelo, decerto transfigurado pelo seu gênio criador. Inspirou-se então Bernanos no *abbé Henri Bremond*, membro da Academia Francesca e autor de numerosos livros sobre a vida de santos e o Catolicismo, e que se notabilizou nos meios literários com *La Poésie Pure*, que tanta celeuma provocou no cenário poético do Ocidente.

Cioso de que a vida é um campo de batalha, e inserindo a sua convicção numa verdade religiosa que está ao mesmo tempo aquém e além da razão – *la pâle raison* vulnerada pela zombaria de Rimbaud – Bernanos detestava os seres mornos e cépticos, como o *mauvais maître* Saint-Martin de *Sous le Soleil de Satan*, o também acadêmico irrefutavelmente inspirado em Anatole France, ou o *amateur d'âmes* *Monsieur Ouine*, presumível retrato espiritual de André Gide ou mesmo de Renan e Anatole. A esses seres ambíguos e recitantes, a essas inteligências literárias a que repugnam o sim e o não peremptórios dos teólogos, e preferem ancorar no porto aprazível do talvez e da confortável e confortadora disponibilidade, Bernanos, com o seu sangue espanhol e a formação católica de antigo monarquista e sequaz da direita política e moral encarnada em Charles Maurras e na *Action Française* (postura de mocidade que gerou *La Grande Peur des Bien-pensants*, um de seus livros fundamentais, chave que abre todas as suas portas de romancista e panfletário), opunha os seres mergulhados na combustão das paixões que os conduzem à danação, ao assassinio e ao suicídio.

Embora Bernanos acreditasse no Paraíso e na santidade, e tecesse tantas loas a esse sítio afortunado, é para o Inferno que se volta, preferentemente, o seu cuidado de romancista, identificando-o não com o fogo mas com o frio eterno que envolve, além da morte, as almas tiritantes a que Deus, misteriosamente, recusaria a graça e o perdão. E ele não hesita em proclamar que muitos espíritos soberanos, que falam em nome de Deus e vivem orgulhosamente convictos de sua eterna salvação, na realidade já foram assenhoreados pelo Diabo.

Mas tudo são especulações. A verdade é que nada sabemos de Deus. A teologia dos homens (e por inclusão a que se engasta nos romances e panfletos de Bernanos) não é a teologia divina. É uma ficção.

Cada vez que releio Bernanos, e evoco a sua mão que vi mover-se, sobre o papel, no bar Amarelinho, e torno a lembrar-me do seu olhar luminoso que atravessava o muro carnal das criaturas em busca da verdade (e da mentira) escondida — toda vez que o releio, e me rendo à evidência de que a ficção é um convencimento produzido pela arte literária, mais se fortalece a minha convicção de que as suas personagens distanciadas da misericórdia e do perdão não foram para o Inferno, e isto pela simples razão de que o Inferno não existe — é uma invenção de teólogos ociosos.

Todos os seres humanos serão perdoados e salvos. No fundo das águas pantanosas a suicida Mouchette encontrou o Paraíso.

Tout est Grâce.

Basílica de São Francisco de Assis, Itália.



São Francisco

LUIZ PAULO HORTA

Ocupante da
Cadeira 23
na Academia
Brasileira de
Letras.

Eu queria agradecer ao meu amigo Ivan Junqueira o convite para participar desta série sobre Poesia e Religião. São duas coisas que, na minha cabeça, andam juntas. Ao longo da história humana, o sentimento religioso sempre alimentou o sentimento poético. Me vem à lembrança a história que é contada no início do evangelho de São Lucas. Para Israel, o céu estava silencioso desde o tempo dos últimos profetas, Ageu, Malaquias, Zacarias. Tinham-se passado 300 anos, e um outro Zacarias, pai do futuro São João Batista, prestava serviço como sacerdote no templo de Jerusalém quando lhe aparece um anjo, ao lado direito do altar, anunciando a vinda do Precursor. Diz o anjo:

“Tua mulher dará à luz um filho, e chamá-lo-ás João. Ele será grande diante do Altíssimo, e irá adiante de Deus com o espírito e

Texto apresentado no quarto Ciclo de Conferências: “Poesia e Religião”, da Academia Brasileira de Letras.

o poder de Elias, para reconduzir os corações dos pais aos filhos, e os rebeldes à sabedoria dos justos”.

Zacarias, espantadíssimo, levanta algumas objeções, começando com o fato de ele e sua mulher já não estarem em idade de procriar. O anjo, então, explica que se chama Gabriel, e que Zacarias, por ter duvidado, vai ficar mudo até o nascimento do menino.

É o que acontece. Quando, finalmente, Santa Isabel dá à luz, vão perguntar ao pai como ele quer que se chame a criança. E Zacarias escreve numa tabuinha: “Vai chamar-se João”. Naquele instante, a língua se lhe desata, e ele prorrompe num cântico:

“Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e resgatou o seu povo, e suscitou-nos um poderoso Salvador na casa de Davi, seu servo, como havia anunciado desde os primeiros tempos mediante os seus santos profetas para nos livrar de nossos inimigos e das mãos de todos os que nos odeiam. Assim exerce a sua misericórdia com os nossos pais, e se recorda de sua Santa Aliança segundo o juramento que fez a nosso pai Abraão, de nos conceder que, sem temor, libertados de mãos inimigas, possamos servi-lo em santidade e justiça, em sua presença, todos os dias da nossa vida. E tu, menino, será chamado profeta do Altíssimo, porque precederás o Senhor e lhe prepararás o caminho, para dar ao seu povo conhecer a salvação pelo perdão dos pecados, graças à ternura e misericórdia de nosso Deus, que nos vai trazer do alto a visita do sol nascente, que há de iluminar os que jazem nas trevas e na sombra da morte e dirigir os nossos passos no caminho da paz.”

É um jorro de inspiração, que não seria de estranhar no Antigo Testamento, tão pródigo nesses ímpetus poéticos, mas que destoa um pouco no contexto muito mais sóbrio do Novo Testamento, que está preocupado em narrar a história e as palavras de Jesus Cristo; e os quatro evangelistas parecem ter achado que, nesse caso, a retórica era mais ou menos dispensável.

De São Francisco de Assis, tema da palestra de hoje, já se disse que foi quem chegou mais perto de reproduzir a vida e a obra do profeta da Galileia; e, para narrar essa aventura, nunca se abriu mão do estilo poético, desde que ela se desenrolou por escassos 40 anos naquele território meio mágico da Umbria.

Mas a verdade é que a própria época de São Francisco – o 1200 – está grávida de poesia. Eu participo da indignação do meu amigo Marco Lucchesi, que há exatas duas semanas, nesta mesma sala, protestou contra a designação de “idade das trevas” aplicada indistintamente à Idade Média. É verdade que ali houve trevas – a partir do final do Império Romano do Ocidente até os começos do novo milênio. Mas no tempo de São Francisco (que nasceu em 1182) já se notava uma fermentação extraordinária de arte e de cultura, havendo quem se refira a essa época como “a primeira Renascença”. Imaginem vocês que este é o período em que as catedrais góticas iniciam a sua vertiginosa perseguição das alturas, graças a novas técnicas arquitetônicas, como os *arc-boutants*, que significavam outros tantos feitos de engenharia. A catedral gótica também é um maravilhoso estudo de aproveitamento da luz, coada através dos vitrais; e, nesse século de São Francisco, na *Notre Dame* de Paris, os mestres Léonin e Pérotin começavam a juntar, habilmente, melodias à sobriedade do canto gregoriano; e assim tem início o que hoje se chama de música clássica, ou música de concerto.

Também foi a época do amor cortês, de uma civilização que, depois de séculos de guerra, começava a pensar também nas artes da paz. É a época dos trovadores, no sul da França, mas também na Alemanha e na Inglaterra, que cantavam muitas vezes um amor impossível, e davam à mulher uma estatura até então desconhecida. Assim se inventou o amor romântico, que ia marcar tão profundamente a nossa alma ocidental. Eu queria dar um exemplo de um trovador dessa época – o mais famoso deles, Bernard de Ventadorn, protegido da ilustre Elianor d’Aquitaine, que por pouco não foi rainha simultaneamente da França e da Inglaterra. Diz a canção, cantada em provençal:

“Quando eu vejo a cotovia abrir as asas em direção ao sol e depois esquecer-se e cair, embriagada de alegria, ah, como eu invejo as criaturas felizes, e me espanto que meu coração não se quebre de tanto desejo... Eu pensava conhecer o amor, mas agora sei que não sei, pois não posso deixar de querer aquela de quem não terei nada a não ser a agonia de uma espera sem fim.”

Essa França dos *troubadours* está presente desde o início na vida de Francisco, através de sua mãe, Joana, que era de origem provençal, do pai, Pietro Bernardone, que era comerciante de tecidos, e gostava a tal ponto da França que deu a seu filho mais velho o nome de Francesco. Os comerciantes eram figuras importantes naquele período de revitalização da Idade Média, de crescimento das cidades. Com as mercadorias, eles levavam e traziam as novidades, as histórias, as canções. Bernardone trazia, por exemplo, notícia dos cátaros, cujo desvio religioso fazia sucesso na Provença – uma religião dualista, que falava de um deus mau e de um deus bom, que pregava o desprezo da carne, a espiritualização da matéria. Material para sacudir a imaginação de uma época onde o fermento religioso era forte.

Hoje, quem visita Assis se emociona com o caráter quase bucólico daquela cidade aérea, onde está tão viva a memória de São Francisco, e de onde se avista, lá embaixo, na planície, Santa Maria degli Angeli. Mas a época tanto era cheia de canções como de combates. Perúgia, que ficava bem próxima, fez várias tentativas de colocar Assis sob o seu domínio, naquela luta de clãs e grandes famílias tão característica da Itália. Francisco tinha 20 anos quando começou um conflito entre Assis e Perúgia; e um choque ocorreu na planície fronteira a Assis. Francisco foi feito prisioneiro, e dizem que espantou seus companheiros de cela com um espírito folgazão. Fazia planos para o futuro, e falava deles a quem quisesse ouvir. Seus sonhos tinham a ver com o que os trovadores cantavam. Ele falava de aventuras gloriosas, e sempre terminava dizendo: “Vocês vão ver que, um dia, serei adorado pelo mundo inteiro”. Um acordo foi assinado entre as duas cidades inimigas, e Francisco voltou para casa.

Retomou o seu estilo de vida: jovial, adorado pelo pai, que o queria desenvolvendo o negócio dos tecidos; generoso, dando esmolas aos pobres meio às escondidas do pai. Nessa época, ele teve problemas de saúde e uma espécie de crise de consciência, provocada pelo contraste entre a vida fácil que ele levava e o que podia ver à sua volta. Mas, aos 22 anos, essas coisas passam rápido, sobretudo numa natureza exuberante como a dele.

E aparece uma nova oportunidade de glória. Um cavaleiro de Assis, talvez um dos que estivessem no cativeiro de Perúgia, preparava-se para aderir às hostes do Conde de Brienne, que estava no sul da Itália combatendo em favor do Papa Inocêncio III, que disputava poder com o imperador da Alemanha. Esse cavaleiro, Walter, era considerado um modelo de cavalaria, dentro dos ideais da época, e Francisco se entusiasma. Parecia-lhe que, à sombra de Walter, ele chegaria aos grandes feitos com que sonhava.

Nada se poupou nesse sentido, o pai comerciante abrindo a bolsa em benefício do filho. Seu equipamento, que incluía uma cintilante armadura, logo se tornou o assunto principal da cidade – tanto mais quanto o chefe da expedição, empobrecido por outras contingências, tinha de contentar-se com coisa bem mais modesta.

Chegou o dia da partida. Francisco, a cavalo, acompanhado de um pajem, deu adeus a Assis, e, com a pequena tropa, tomou o caminho de Spoleto. O que aconteceu depois? Há mistério sobre isso. Sabe-se que Francisco adoeceu. Talvez ele não tivesse físico para andar de armadura no verão italiano. Uma história da época diz que ele teve um sonho. Uma voz afetuosa lhe perguntou: “O que você quer fazer?” Ele explicou. E a voz: “Quem pode te dar mais: o mestre ou o servidor?” “O mestre!” “Então, por que você abandona o mestre pelo servidor, o senhor pelo vassalo?”. Ele responde: “O que queres que eu faça, Senhor?”. E a voz: “Volta para tua casa”.

E ele volta. Em Foligno, desfaz-se da armadura – era impossível continuar com ela. Em Assis, encontra um pai enfurecido – pelo vexame dessa volta, pelo dinheiro gasto inutilmente. Ele aguenta as descomposturas. Dizem que, desta vez, a crise de consciência foi maior. Ele se pergunta: “O que fazer?”.

Os companheiros de folguedos reaparecem, insistentes. Ele concorda, um pouco relutante. Era tão fácil para ele liderar esses grupos de jovens alegres... Conta a *Legenda dos Três Companheiros*, um importante texto medieval:

“Alguns dias depois do seu retorno a Assis, ele foi escolhido como chefe de uma festa por seus companheiros e encarregado de fixar as despesas como lhe parecesse melhor. Ele fez, assim, preparar um festim suntuoso, como já tinha feito tantas vezes. Depois da refeição, eles saíram da casa, e seus companheiros o precediam pela cidade, cantando. Ele ia atrás, sem cantar, tendo nas mãos um bastão para significar que era o chefe.

E, de repente, ele recebeu a visita do Senhor, e seu coração se encheu de uma tal doçura, que ele não podia falar, nem se mover, nem ouvir, nem sentir outra coisa além dessa doçura que o tinha tornado inteiramente estranho a todas as sensações da carne. E, como ele disse mais tarde, se naquele momento quisessem cortá-lo em pedaços, ele não poderia nem fugir nem reagir”.

Se nós estivéssemos no Oriente, nós diríamos que isso foi uma iluminação, ao estilo do que aconteceu com o Buda. No Ocidente, a terminologia é um pouco diferente. Mas o efeito é o mesmo. É mais do que “praticar as virtudes em grau heroico”, como diz uma definição tradicional de santidade. É uma mudança, diríamos, ontológica, o encontro com aquela “coisa em si” que o nosso Kant andou procurando inistentemente sem nunca encontrar.

No Francesco, filho de Bernardone, a mudança é completa. A partir daí, acontecem vários episódios famosos que eu vou passar um pouco por alto: a busca da solidão, a liberalidade cada vez maior com os pobres, a ruptura completa com o pai, a quem ele devolve até a roupa do corpo, na presença do bispo de Assis, que o cobre com o seu manto; a conversa com o crucifixo de San Damiano, e assim por diante.

Ele tinha descoberto a sua dama, como prometiam as canções dos trovadores. Quando os seus companheiros, naquele primeiro êxtase, o sacudiam, perguntando: “Você está pensando em alguma mulher?”, ele respondeu:

“Vocês dizem a verdade, pois eu estava sonhando com a mulher mais nobre, mais rica e mais bela que vocês jamais conheceram”. E essa mulher era a Dama Pobreza.

Esta foi a vocação essencial de São Francisco, misteriosa, apoiada nas palavras do Cristo ao jovem rico: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá-os aos pobres e terás um tesouro no céu”. Essa vocação não era só o destino de um homem: era um dado importante na história daquela época. Porque a vida de São Francisco coincide com o período de maior poder temporal da Igreja de Roma. A Igreja mandava nos reis e imperadores. Podia enviar exércitos nesta e naquela direção. Conventos e abadias podiam ser riquíssimos. E é esse Papa Inocêncio III, o mais poderoso de que se tem notícia, que é procurando um dia por um humilíssimo e desconhecido italiano que quer permissão para fundar uma ordem baseada na pobreza total. O Papa hesita, diz que isso não é razoável. Conta a tradição que ele, afinal, cedeu, porque tinha tido um sonho: o da igreja de Latrão, sede do poder papal, oscilando sobre um abismo, e sendo escorada pelas mãos de um mendigo.

Uma visita a Assis ajuda a explicar o fascínio que São Francisco exerce sobre todas as épocas. Desde o começo, a sua vida se parece a uma coleção de vinhetas medievais, como as que Giotto registrou nas paredes da catedral de Assis. A vocação da pobreza mexeu com os seus conterrâneos — numa época que era capaz de grandes ideais. Lá do alto de Assis, avista-se na planície a igreja de Santa Maria degli Angeli. Dentro dela, preservada pelos séculos, está a capela da Porciúncula — minúscula, despojada, que São Francisco recebeu como doação dos beneditinos quando a sua fama começou a espalhar-se, e ele tinha reunido o primeiro grupo de companheiros. Estes vinham, alguns, de seus primeiros amigos de Assis. Outros vinham até da nobreza e tinham ouvido histórias de um pregador que falava como ninguém falava — de alguém que, por um dom misterioso, devolvia à igreja de Roma a leveza e a alegria.

Leveza e alegria são, até hoje, a marca do franciscanismo tal como ele se espalhou pelo mundo. E elas têm a ver com o desprendimento total que se respira na Porciúncula. Quando nós abrimos a mão que quer agarrar as riquezas do mun-

do, por um estranho milagre narrado por todas as grandes religiões, é nesse momento que o mundo inteiro realmente nos pertence, e começa a verdadeira vida.

Outra característica do franciscanismo é a relação com a natureza, que faz de São Francisco o primeiro santo “ecológico”. Isso aparece em trechos das *Fioretti* – uma bela antologia franciscana composta pouco depois dos fatos transcorridos, onde nós vemos São Francisco conversando com os pássaros, ou fazendo a paz entre a cidade de Gubbio e um lobo feroz que fazia estragos pelas redondezas.

Também há histórias um pouco diferentes, igualmente poéticas, mas que dão o que pensar. Como nessa extraordinária conversa entre São Francisco e Frei Leão igualmente relatada nas *Fioretti*. Diz o texto:

“São Francisco ia uma vez de Perúgia a Santa Maria dos Anjos com o Frei Leão, em tempo de inverno, e como o frio os atormentasse, ele chamou Frei Leão, que ia na frente, e lhe disse: ‘Frei Leão, ainda que agradasse a Deus que os frades menores dessem, em todo o país, um grande exemplo de santidade e de edificação, mesmo assim escreve e põe na memória que esta não é a alegria perfeita [...]’. E, seguindo mais longe, São Francisco o chamou por uma segunda vez: ‘Ó, Frei Leão, ainda que o frade menor fizesse andar os coxos, espantasse os demônios, desse a vista aos cegos, a palavra aos mudos e, o que é ainda melhor, ressuscitasse os mortos de quatro dias, escreve que esta não é a alegria perfeita [...]’. Andando um pouco mais, ele exclamou com voz forte: ‘Ó, Frei Leão, se o frade menor soubesse todas as línguas, e todas as ciências, e todas as escrituras, se ele pudesse profetizar e revelar não somente as coisas futuras, mas ainda os segredos das consciências e das almas, escreve que esta ainda não é a alegria perfeita [...]’. E, andando um pouco mais, disse São Francisco com voz forte: ‘Ó, Frei Leão, ovelhinha de Deus, ainda que o frade menor falasse a língua dos anjos, que ele conhecesse o curso das estrelas e a virtude das plantas, e que todos os segredos da terra lhe fossem revelados, e que ele conhecesse as propriedades dos pássaros, dos peixes e de todos os ani-

mais, e dos homens, e das árvores, e das pedras, e das raízes e das águas, escreve que esta não é a alegria perfeita [...]’. E, andando mais um pouco, ele exclamou, em alta voz: ‘Ó, Frei Leão, mesmo que o frade menor soubesse pregar tão bem que convertesse todos os infiéis à doutrina cristã, escreve que esta não é ainda a alegria perfeita’”.

Ora, como esses discursos já durassem pelo espaço de duas milhas, Frei Leão, com grande espanto, interrogou o santo e lhe disse:

“Pai, eu te peço, da parte de Deus, que me ensines onde está a alegria perfeita’. E São Francisco respondeu: ‘Quando nós chegarmos a Santa Maria dos Anjos, assim molhados de chuva, transidos de frio, sujos de lama, morrendo de fome, e batermos na porta do convento, e o porteiro vier em cólera nos perguntar: Quem são vocês?’, e nós respondermos ‘Somos dois de vossos irmãos’, e ele disser: ‘Não é verdade, vocês são dois vagabundos que andam enganando as pessoas e desviando a esmola dos pobres, fora daqui’, e não abrir a porta, e nos fizer ficar na neve e na chuva, com frio e com fome, até de noite; se nós suportarmos tanta injustiça e dureza pacientemente, sem perturbação e sem murmúrio, pensando com humildade que esse porteiro verdadeiramente nos conhece, e que Deus o faz falar assim contra nós, então escreve, Frei Leão, que esta é a alegria perfeita. E se nós insistimos em bater, e ele, saindo encolerizado, nos expulsa como a impostores, com insultos e sopapos, dizendo: ‘Fora daqui, miseráveis, vão ao hospital, porque aqui vocês não vão achar teto nem comida’, e se nós suportamos isso com paciência, com alegria e com amor, ó, Frei Leão, escreve que esta é a alegria perfeita. E se, forçados pela fome, pelo frio e pela noite, nós batemos ainda, pedindo por amor de Deus, com muitas lágrimas, que o porteiro nos abra e finalmente nos dê abrigo, e se ele, ainda mais irritado, gritar: ‘Eis uma turma de impertinentes, eu vou dar o que eles merecem’, e sair com um bastão nodoso, e, nos pegando pelo capuz, nos jogar ao chão, rolando pela neve, atingindo-nos com todos os nós do seu bastão, se nós suportamos todas essas coisas com paciência e alegria, pensando nos sofrimentos do Cristo, que nós devemos partilhar por seu amor, ó,

Frei Leão, escreve que esta é a alegria perfeita. E agora, irmão, escuta a conclusão: para além de todas as graças e todos os dons do Espírito Santo que o Cristo oferece aos seus amigos, está o vencer-se a si mesmo e, pelo amor do Cristo, suportar de boa vontade as penas, as injúrias, os opróbrios e os malfeitos. Pois, de todos os outros dons de Deus, nós não podemos nos glorificar, já que eles não vêm de nós, mas de Deus, segundo a palavra do apóstolo. Mas na cruz da tribulação e da aflição nós podemos nos glorificar, já que o apóstolo diz ainda: ‘Eu não quero outra glória, senão a cruz de N. S. Jesus Cristo’.”

O que é isso? Uma lição de masoquismo? Certamente não. É um texto no estilo alegórico que a Idade Média prezava tanto. Não quer dizer que, em cada mosteiro que se bata, o porteiro vai avançar sobre você com um bastão nodoso.

O que isso quer dizer, num estilo de parábola, é o que todas as grandes tradições religiosas enfatizam: a necessidade de vencer o ego, de vencer o demônio do orgulho, de contestar o domínio das paixões.

Esta não é uma pregação negativa, como se descobre quando visitamos a Porciúncula: é uma lição de liberdade total – a que o Cristo quis ensinar. A nossa relação com o mundo tende a ser uma relação de desejo, de ambição, de vontade de poder. Daí nascem os grandes conflitos, inclusive internos. Mas quando alguém consegue dominar o eu de superfície, carregado de desejos, outros caminhos se abrem, e o mundo aparece sob um outro aspecto: o grande mistério que Goethe chamava “o segredo aberto”.

Essas histórias da legenda franciscana lembram a tradição hinduísta dos monges errantes, que eles chamam de sanyasin, e que não têm de seu senão um pano para enrolar na cintura e um recipiente para receber doações. E dessas lendas franciscanas emana uma beleza que é pura poesia, diretamente relacionada com aqueles textos do Evangelho: “Olhai os pássaros do céu, que não colhem nem semeiam; olhai os lírios do campo, que não fiam nem tecem; e no entanto eu vos digo, nem Salomão em toda a sua glória se vestiu como um deles”.

Francisco percorre a Itália, pregando de um modo que ninguém conhecia na época – uma linguagem que vinha do coração, que passava ao largo da eru-

dição teológica, que anunciava o Cristo tal como ele tinha-se apresentado aos pescadores da Galileia.

O sucesso foi enorme. E Francisco encontrou inclusive uma parceira – Clara – que ia tornar possível a constituição de uma vertente feminina dos “frades menores”: as Clarissas.

Mas o sucesso traz os seus próprios problemas. Aos sonhos da juventude costuma seguir-se o choque com a realidade. O Cristianismo tem um enredo peculiar para essa dura metamorfose, que é a experiência da cruz.

Gustavo Corção, em *A Descoberta do Outro*, escreveu um capítulo muito bonito que se chama “E nós nos gloriamos da cruz”. Ele fala da conversão, da alegria que vem depois da conversão, do fato de que o cristão convertido se sente como alguém que tirou um bilhete premiado e que vai pela rua, o peito estufado, cantando vitória – até que, de repente, na esquina, ele encontra a cruz.

Na vida de um santo como São Francisco, reviver a Paixão de Cristo é como que um “imperativo categórico”. Ele procurou fazer isso de maneira dramática: por duas vezes, foi tentar o martírio nas terras dos sarracenos. Não deu certo. E a verdade é que ninguém precisa sair em busca da cruz: Fénelon dizia que o Cristo é muito hábil em confeccionar para cada um uma cruz sob medida.

A de São Francisco veio pelo lado de uma saúde frágil; e, mais ainda, pelo próprio sucesso da Ordem que ele fundara. O sucesso traz exigências – como por exemplo, de maior conforto pessoal. O despojamento da Porciúncula já não era tão popular entre as pessoas que, com um entusiasmo bem medieval, corriam para alistar-se nas hostes franciscanas. E nisso, Francisco encontrou a sua verdadeira cruz.

É o que está narrado, com talento e poesia, num livro de Carlo Carretto que se chama *Eu, Francisco*. Carretto, que morreu há uns 30 anos, foi um discípulo de Charles de Foucauld que foi viver no deserto africano a pobreza absoluta, mas passou seus últimos anos na Itália, em terras franciscanas. No trecho que eu vou ler, é como se o próprio Francisco narrasse a história da sua Paixão:

“Mais os anos passavam, mais eu procurava os lugares escuros. A princípio, atribuí o fenômeno a uma dor terrível nos meus olhos — consequência, segundo me disseram os médicos, da diabetes. Mas, aos poucos, eu percebi que havia mais alguma coisa invadindo a minha pobre existência.

É como se o inverno tivesse entrado em mim. Eu já não tinha vontade de ver coisas novas. Mesmo o sol já não exercia sobre mim a antiga fascinação. Antes, ele simbolizava para mim o Altíssimo — milhares e milhares de vezes. Mas agora, quando batia na minha janela, já não me inspirava. Eu tinha a sensação de que o sol, agora, estava dentro de mim, e se tornara escuro.

Agora eu quase sempre rezava de olhos fechados; e entendo cada vez mais os irmãos, especialmente os mais maduros, que procuravam cavernas e grutas para a sua solidão, e a escuridão da noite.

Anos e anos, a luz tinha sido para mim a mais amável companhia quando eu queria falar com Deus. Mas agora, era a escuridão que me atraía, e o seu mistério.

A palavra tinha-se transformado em silêncio, e era o silêncio que voltava para mim, com o ritmo das coisas repetidas, medidas pela respiração e pelas batidas do meu coração. ‘Meu Deus e meu tudo’, eu repetia sem cessar. E isso era tudo que eu podia dizer, porque eu estava realmente sofrendo.

Eu tinha boas razões para isso. A minha companhia estava ficando doente. A minha família espiritual estava dividida. Mais e mais, os cavaleiros da Senhora Pobreza mostravam-se infiéis à sua prometida.

Eu me sentia incapaz de fazer qualquer coisa pelos irmãos e irmãs. Eu sentia que estava errado a respeito de tudo — que o tempo tinha esfarelado o meu sonho. A cada dia, um ou outro irmão me procurava para indagar se não seria melhor mudar a regra, ou para me dizer que era necessário ter bom senso.

Eu queria cabanas; e as casas à minha volta cada vez mais se pareciam com fortalezas. Eu queria tanto ter vivido como os passarinhos, sem acumular nada. E agora, as despesas tornavam-se cada vez maiores.

Eu tinha procurado e amado companheiros como Júnipero, Masseo, Leão, Egídio – verdadeiras ovelhas de Deus, simples como a água. E agora, mais e mais, eram pessoas cultas e astutas que entravam na Ordem. É o que eu não podia suportar.

Fui procurar consolo em San Damiano, onde Clara vivia em perfeita pobreza; e ela me aconselhou a ficar firme na luta. Mas a minha força estava se esvaindo, e eu me sentia carregado pelos acontecimentos.

A causa do meu sofrimento era a opinião, partilhada pelos que pareciam ser as pessoas mais sensíveis da Igreja, de que era impossível viver segundo a regra da perfeita pobreza. É como se eles me dissessem que o Evangelho não podia ser vivido na Terra na sua integridade – *sine glossa*, como eu havia tantas vezes repetido a meus irmãos e irmãs, sem comentário, sem acréscimos. Para mim, isto soava como traição a Jesus – o mesmo que duvidar da sua palavra.

Uma vez, quando o Natal estava se aproximando, eu quis meditar uma vez mais sobre a vida de Jesus, como a de alguém que tinha sido pobre, muito pobre. Eu fiz, em Greccia, uma representação da gruta de Belém. E eu dizia: ‘Vocês veem? É possível! O próprio Jesus viveu desta maneira. Deus se tornou pobre, fraco, pequeno, e abandonou-se às mãos da História, confiando apenas em seu Pai’. Vocês veem que é possível: o próprio Deus viveu desta maneira!

Mas a maioria das pessoas simplesmente sentiu um *frisson* de sentimentalismo, e tudo ameaçou terminar em retórica.

Confrontado com os fatos da vida, eu me ouvia dizer: ‘O que é preciso, aqui, é um pouco mais de bom senso. Você vê, Francisco, sempre é preciso deixar alguma coisa de lado para o inverno. Você vê, Francisco, a casa precisa de uma outra ala. Afinal de contas, um pouco de prudência é bom. E, além disso, nós precisamos de livros, muitos livros’.

Os irmãos e irmãs tinham de ser pessoas educadas. Não é suficiente ler o Evangelho! E talvez tudo isso fosse verdade. Mas eu não podia mais suportar.

Eu tinha concebido e vivido a palavra de Jesus de uma outra maneira. Eu não podia tirar dos meus ouvidos o refrão ‘Olhai os pássaros do céu’.

Essa dúvida sobre o ideal que tinha sido o meu sonho, esse questionamento da pobreza evangélica, a visão dos frades que se tornavam sábios com a sabedoria desse mundo – tudo isso me era insuportável, e estava me corroendo por dentro. A dor de ver o meu sonho desmantelado era muito mais intensa do que o sofrimento causado pelos meus olhos doentes.

Mas o que fazia a minha taça de amargura realmente transbordar era o espetáculo das dissensões que estavam se formando dentro da Ordem – as lutas intestinas entre os inovadores e os que queriam permanecer estritamente fiéis à Regra.

Essas disputas sobre a Regra me paralisavam. A unidade era tudo, para mim. Acima de tudo, ela era o sinal da graça de Deus e a amorosa resposta a nossos esforços para sermos fiéis a Ele.

O espetáculo das nossas divisões, o som de textos do Evangelho sendo manipulados sem sentido e retirados da sua simplicidade original, iam acabando comigo. Eu realmente sentia que a noite tinha descido sobre aquilo que me era mais precioso – a minha família.

No capítulo de Pentecostes, realizado em maio de 1221, o próprio sucesso dos números aumentava a minha ansiedade. Nós éramos mais de cinco mil.

Eu já não me sentia capaz de dirigir a Ordem. E, ao mesmo tempo, eu queria estar presente a tudo. Felizmente, fui posto de lado, e Frei Elias nomeado Superior Geral.

De repente eu me senti consolado, aliviado de uma responsabilidade que pesava sobre os meus ombros. Mas a minha paz não durou muito. Os mais intransigentes, aqueles que me asseguravam mais lealdade, partiram para o ataque, e as divisões se tornaram mais agudas.

Francisco, você tem de voltar. Você precisa assumir as rédeas de novo. Pai, é preciso expulsar os mais perigosos.

E, por outro lado, os que se consideravam os puros, os espirituais, estavam se tornando excêntricos, perdendo o equilíbrio – com a desculpa da fidelidade à Regra original. Com suas penitências desumanas e aparência repulsiva, eles acabaram merecendo a censura dos bispos.

Não, eu certamente tinha arruinado tudo. Era noite. A noite escura da minha vida. Noite sem a presença de Deus. ‘Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?’, eu repetia, como uma lamentação.

Eu tinha a aprovação papal. Era alguma coisa. Continuei a ir de casa em casa. Eu pregava um pouco; depois, fugia para alguma ermida solitária – só para voltar, em seguida, às ruas.

O lugar que me atraía mais, naqueles anos, era o Monte Alverne, onde os frades tinham construído uma pequena casa, e estabelecido algumas ermidas. O monte estava coberto de florestas e nos tinha sido dado pelo conde Orlando, para as nossas orações.

Era onde eu queria passar a festa de São Miguel, numa daquelas fendas da rocha que sempre me tinham atraído, e que diziam terem sido produzidas no momento da paixão de Cristo, quando os rochedos se moveram.

O pensamento da Paixão me dominava. Eu tinha o pressentimento de que estava a ponto de enfrentar a última grande batalha da minha vida, e que eu só encontraria a libertação identificando os meus sentimentos com os de Cristo.

Comigo estavam Frei Leão, Frei Masseo e Frei Ângelo. Em sua delicadeza, e conhecendo as minhas preferências, esses amigos tinham reservado para mim o lugar mais conveniente.

Eles tinham jogado uma pequena ponte sobre uma fenda na rocha, através da qual eu poderia atingir o lugar por eles selecionado – extremamente solitário e tranquilo. Frei Leão tinha a incumbência de vir a mim a cada dia, levando algum pão e água, e parando na ponte.

A senha combinada vinha dos Salmos: ‘Senhor, abre os meus lábios’. Se eu respondia recitando as palavras seguintes, era o sinal de que Frei Leão podia atravessar e entrar na minha cela; de outro modo, ele deveria retroceder sobre os seus passos.

Era a alvorada, e o dia era o 14 de setembro, festa da exaltação da Santa Cruz. A noite tinha sido terrível, e minha oração, amarga como a morte.

A tentação de deixar a montanha e voltar a Assis para retomar o controle da Ordem me consumia por dentro. Mas agora eu tinha entendido que eu ia viver, dentro de mim mesmo, o próprio sacrifício de Abraão.

Sacrifica o teu filho! – a minha consciência estava repetindo, enquanto os restos de uma vontade má me impeliavam ainda uma vez para a ação. Sacrifica o teu filho! Sacrifica o que você tem de mais precioso – a tua Ordem, o sonho da tua vida.

O que me salvou, naquele momento, foi a consideração da Paixão de Jesus. Como é verdadeiro que, para resolver os nossos problemas, temos de deixar a nós mesmos para trás!

Eu me distanciei do meu ego – e me descobri no caminho do Calvário. O que era o meu sofrimento, se comparado com aquele? Que derrota era a minha, comparada com a dele? E quem era eu, homenzinho insignificante, pecador inveterado, ante a majestade do filho de Deus, ante a santidade da Palavra encarnada?

Diante dele, a minha pobre escala de valores tornou-se bem pequena, minhas dores se afastaram. E a sua presença tornou-se gigantesca.

E Ele me disse: ‘Francisco, aceita! Como eu aceitei!’.

‘Eu aceito, Senhor’.

‘Francisco, sacrifica a tua obra de vida, como eu sacrifiquei a minha. Todos me traíram na hora do julgamento. Eu fiquei sozinho. Mais sozinho do que você, que ainda tem amigos nessa montanha’.

E eu senti o impulso de não pensar mais nos meus próprios sofrimentos. Para além dos confins do meu ego, eu tinha entrado no verdadeiro mistério que dirige o universo e encontrado a revelação do puro amor.”

Aqui acontece o episódio mais famoso da vida de São Francisco, que é a imposição dos estigmas. E eu volto a recorrer, aqui, ao texto das *Fioretti*:

“Como ele estivesse nesse estado, e se inflamasse nessa contemplação, ele viu, nessa mesma manhã, um Serafim que descia do céu com seis asas de

fogo esplendorosas. Como esse Serafim, num voo rápido, se aproximasse a tal ponto que Francisco podia vê-lo bem, ele reconheceu claramente a imagem de Cristo crucificado, e viu que as asas estavam dispostas de tal maneira que duas se colocavam sobre a cabeça, duas serviam para o voo, e as outras duas cobriam o seu corpo.

Diante disso, Francisco encontrou-se ao mesmo tempo cheio de alegria e de dor misturada ao espanto. A alegria vinha do gracioso aspecto de Cristo, que lhe aparecia com tanta familiaridade e depositava sobre ele um olhar amável. Mas, de outro lado, vendo-o pregado na cruz, o santo experimentava uma dor sem medida. Ele se interrogava, também, por saber que as dores da Paixão não convêm à imortalidade de um espírito seráfico.

Essa visão admirável desapareceu depois de um longo espaço de tempo e de palavras secretas, deixando no coração de Francisco um ardor sem limite e uma chama de amor divino; mas imprimindo também na sua carne uma imagem maravilhosa da Paixão; pois em suas mãos e em seus pés começaram a aparecer as marcas dos cravos, do modo como ele acabara de ver sobre o corpo de Jesus crucificado. E assim suas mãos e seus pés pareciam perfurados no meio por cravos cujas cabeças, fora da carne, se encontravam nas palmas das mãos e na parte superior dos pés; e cujas pontas apareciam no dorso das mãos e nas plantas dos pés. Ao mesmo tempo, no seu peito, aparecia a chaga de um golpe de lança, não cicatrizada, que, depois disso, muitas vezes ensanguentava a túnica de Francisco”.

Embora o fato dos estigmas tenha sido verificado e confirmado por todos os que acompanharam os últimos momentos de São Francisco, ele pode parecer fantasioso a um cidadão do século XXI – para um certo tipo de análise psicológica, seria um exemplo de imaginação histérica que produz efeitos físicos.

Mas nós temos, a poucos anos de distância, um caso extraordinário que permite, por assim dizer, um exame clínico e científico do que aconteceu com São Francisco. Eu me refiro à história do Padre Pio, grande santo italiano do século XX, que morreu em 1968. Padre Pio era um capuchinho, portanto

companheiro de Ordem de São Francisco, e recebeu os estigmas quando tinha pouco mais de 30 anos, em circunstâncias notavelmente parecidas com as que estão narradas nas *Fioretti*. Ele conviveu com esses estigmas durante 50 anos, no seu convento de San Giovanni Rotondo, no sul da Itália. Por conta disso, teve uma vida de grande sofrimento, foi considerado impostor, charlatão, olhado com desconfiança dentro da própria Igreja. Mas os estigmas estavam lá, nas mãos, nos pés e no peito, e sangravam constantemente. Diferentemente do que aconteceu com São Francisco, não havia marcas de cravos e, sim, orifícios redondos, que nem cicatrizavam nem infeccionavam, e produziam um odor característico, semelhante a um perfume da melhor qualidade. Sucessivos exames clínicos nunca conseguiram explicar esse fenômeno. Exatamente 50 anos depois de sua manifestação, os estigmas desapareceram. Uma semana depois, o Padre Pio estava morto e em seu corpo não havia o mais remoto traço de cicatrizes. Foi canonizado por João Paulo II sete anos atrás, quando já tinha em seu prontuário um vasto rol de milagres.

Para voltar a São Francisco: depois desses fatos extraordinários, ele já não tinha muito tempo de vida. A doença da vista era apenas o sintoma mais agudo de um comprometimento geral da saúde. E o abalo físico se reflete no moral. As crônicas narram uma permanência no mosteiro das Clarissas entre julho e setembro de 1225. Ele chega a dizer: “Se os irmãos soubessem como eu estou sofrendo, eles seriam movidos pela compaixão.”. Quem lhe dá apoio, nesse momento de angústia, é Santa Clara, sua admirável parceira. Pouco a pouco, ele começa a recuperar o espírito antigo; e, eventualmente, as Clarissas ouviam, vindo da sua cela, cânticos que elas não conheciam. Até que um dia, depois de uma longa conversa com Santa Clara, quando uma refeição vai ser servida, ele de novo é possuído pelo espírito poético e o *Cântico das Criaturas* surge quase que completo. *Laudato sia lo Signore*, ele começa a cantar.

Louvado sejas tu, meu Senhor, e todas as criaturas,
e sobretudo o irmão Sol, o dia com que nos iluminas,
belo, resplandecente, e carregando a tua imagem

Bendito sejas tu, meu Senhor, pela irmã Lua
e pelas estrelas que formaste no céu,
tão claras e preciosas

Bendito sejas tu, meu Senhor, pelo irmão Vento,
pelo ar e pela nuvem no céu claro
e pelas diversas estações
com que manténs vivas todas as criaturas

Bendito sejas tu, meu Senhor,
pela irmã Água, tão útil, humilde,
preciosa e casta

Bendito sejas tu, meu Senhor, pelo irmão Fogo
que ilumina a noite, invencível e forte

Bendito sejas tu, meu Senhor,
pela nossa irmã Terra,
que nos alimenta e nos sustém e que produz os frutos diversos
e as flores coloridas na relva

Louvai e bendizei ao Senhor, rendei-lhe graças
servi-o, com toda a humildade

Certamente não é o maior poema em língua italiana; mas ficou registrado como sendo o primeiro poema na língua vernácula, a primeira pedrinha no caminho que ia levar ao Dante. E, mais do que gênio poético, o que esses versos mostram é o primeiro “santo ecológico”, o santo que via a Natureza como uma manifestação divina.

Ele ia precisar dessa união com a Natureza na sua última grande crise de saúde – de novo, provocada pelos males na vista. A inflamação dos olhos parecia

ter origem nas têmeoras; e os médicos, de acordo com a ciência da época, optam por uma cauterização. Um ferro incandescente deveria ser aplicado de cada lado da testa, do alto da orelha ao supercílio. São Francisco treme quando vê chegar o material do suplício. Seus companheiros mais fiéis não querem assistir ao triste espetáculo. Fica só Frei Elias, e ele ouve São Francisco dirigir-se ao fogo: “Meu irmão fogo, o Altíssimo te conferiu um esplendor que é a inveja de todas as criaturas. Mostra-te agora bom e cortês para comigo. Rezo ao Senhor onipotente que tempere para mim o teu ardor, para que eu tenha a força de suportar esse contato abrasador”.

Elias tomou na sua a mão de São Francisco e viu que ele não tremia mais, como se soubesse que a sua oração tinha sido ouvida. O ferro incandescente entrou na carne, mas o paciente não parecia sentir dor. Os companheiros mais chegados finalmente voltaram, um pouco envergonhados, e Francisco os acolheu com a sua antiga exuberância: “Medrosos, poltrões: fiquem sabendo que eu não senti nada!”. E o Francisco dos velhos tempos ainda brincou com o médico: “Se não está suficientemente assado, o Sr pode recommear”.

A operação, naturalmente, não teve nenhum resultado prático, e São Francisco morreu pouco tempo depois, na sua amada Assis, cercado por uma multidão que, ao melhor estilo medieval, não via a hora de disputar as relíquias de quem eles já tinham canonizado em vida.

Eu agradeço a vocês por terem-me acompanhado nessa viagem pela alta Idade Média, cheia de surpresas, de perigos e de maravilhas. São Francisco não está mais entre nós; mas ficou a mística franciscana, a espiritualidade franciscana, sempre um sopro de ar puro na paisagem antiga da Igreja; um espaço onde a poesia não está nunca muito distante, como nos sermões do Frei Clemente Kesselmeier que a gente pode ouvir, aos domingos, no convento das Clarissas.

A economia em Machado de Assis

GUSTAVO H. B. FRANCO

Muito obrigado, presidente Cícero Sandroni, meus agradecimentos pela hospitalidade, válidos também e evidentemente para os demais acadêmicos aqui presentes. Muito obrigado ao Acadêmico Sergio Paulo Rouanet pelo privilégio que representa o convite para participar deste pequeno capítulo das celebrações pelo centenário de Machado de Assis; e também ao amigo Alberto da Costa e Silva, coordenador deste ciclo, pelas palavras gentis em sua apresentação. Minhas cordiais saudações a todos os amigos aqui presentes, congregados pelo interesse neste inesperado e curioso tema, a economia em Machado de Assis.

Minha fala está baseada em um livro que organizei, publicado recentemente, que traz uma coletânea de crônicas de Machado de

Economista, sócio e diretor executivo da Rio Bravo Investimentos, e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. Foi presidente e Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil e Secretário de Política Econômica (adjunto) do Ministério da Fazenda, 1993-1999. É bacharel (1979) e mestre (1982) em economia pela PUC-Rio e Ph.D (1986) pela Universidade de Harvard. Seus escritos podem ser encontrados em sua *home page*: www.econ.puc-rio.br/gfranco.

Apresentado no Ciclo de Conferências “Aspectos da Literatura Machadiana III”, sob a coordenação do Acadêmico Alberto da Costa e Silva. Texto Transcrito por Sylvia Abramson e revisto pelo palestrante.

Assis tratando de temas de economia¹. Este livro reuniu 39 crônicas, pouco mais de 5% do que se estima que tenha sido sua produção ao longo dos mais de quarenta anos que dedicou ao gênero. Não é um percentual desprezível, considerando, de um lado, a amplitude dos interesses do mestre e, de outro, e com o perdão pelo “economês”, o valor do uso alternativo, ou o custo de oportunidade do seu tempo. Com efeito, seus leitores, especialmente na década de 1890, diversas vezes depararam-se com uma mesma observação: “A semana foi toda finanças”, após a qual as crises e os “pacotes” econômicos misturavam-se, à moda inconfundível de Machado de Assis, com as outras ocorrências da semana, efemérides políticas, literárias e *faits divers*, sempre com efeitos inesperados.

Todavia, mais importante que a quantidade de laudas que Machado de Assis dedicou aos assuntos da economia é o fato de essas 39 crônicas, uma vez dispostas em sequência, se encaixarem espontaneamente em um pequeno enredo, onde pontifica um “quase-personagem”, o acionista, que aparece pela primeira vez em 1883, e se despede em 1900, e cuja identidade fornece a chave para se compreender densas e delicadas mensagens que Machado de Assis nos deixou sobre um tema inesperado, a economia.

A exata natureza deste enredo, vale dizer, os movimentos, declarações e surpresas ligadas a este “quase personagem” tão enigmático e revelador, é o que vai nos ocupar no restante desta fala.



As crônicas “econômicas” de Machado de Assis são bem conhecidas de seus inúmeros admiradores e estudiosos, não há propriamente uma descoberta aí. Mas, é também verdadeiro, até onde pude atestar, que este subconjunto de crônicas, cuja composição exata, inclusive, não era tão clara, jamais tinha sido

¹ FRANCO, Gustavo H. B. (org.). *A Economia em Machado de Assis: o Olhar Obliquo do Acionista*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

objeto de análise específica que reconhecesse, para começar, alguma unidade neste grupo de textos². Raymundo Faoro foi, sem dúvida, quem mais se aproximou de identificar um nexos nessas crônicas e, ao seguir essa pista, e ao estabelecer os critérios de seleção e organização da coletânea, não pude deixar de adotar o modelo estabelecido pelo próprio Faoro para se lidar **conjuntamente** com o material da História e com o que vem do olhar do ficcionista, ou do cronista. Em seu monumental *A Pirâmide e o Trapézio*, conforme suas palavras, trata-se de “reconquistar, no Machado de Assis impresso, não o homem e a época, mas o homem e sua época **que se criaram na tinta e não na vida real**” (grifos meus). É fascinante que entre *Os Donos do Poder*, clássico do pensamento político brasileiro, e *A Pirâmide e o Trapézio*, não se perceba nenhum distanciamento; parecem volumes da mesma obra, tal como se a ficção de Machado de Assis não fosse propriamente ficção. Este parentesco é apoiado por algumas importantes coincidências: *Os Donos do Poder* foi publicado originalmente em 1958 (completam-se, agora, o seu cinquentenário!) com 271 páginas, mas sua segunda edição revista e bastante ampliada em 1975 teve 750 páginas. *A Pirâmide e o Trapézio* é de 1974, e a mente simples do economista está treinada para identificar na anterioridade a primeira condição essencial para a causalidade, de modo que fica sugerida a hipótese segundo a qual **o mergulho na ficção machadiana foi fundamental para esta revisão e amadurecimento da extraordinária obra de Faoro como cientista social**. Vale ressaltar, portanto, que a relação íntima entre o olhar de Faoro sobre a ficção machadiana e sobre a História serve como uma preciosa lição sobre a natureza do conceito de objetividade da observação histórica.

Pois bem: se a ficção machadiana terminou sendo tão reveladora sobre a História, os modos, costumes, a política e a dinâmica social do Brasil **que efetivamente existiu**, o mesmo emplastro revelador deve estar presente na crônica, quem sabe mais concentrado, uma vez que esta se encontra mais explicita-

² Aproveito para registrar, neste momento, meu débito ao amigo Mauro Rosso, por trazer-me esse desafio.

mente ancorada nos eventos, e portanto, traz uma faceta historiográfica em seus próprios termos de referência. Não creio que seja necessário reafirmar o quanto a crônica está imbricada com a produção ficcional de Machado de Assis, parece-me assunto pacífico. Sendo assim, no mínimo, ao seguir um roteiro meramente cronológico, teríamos uma preciosidade historiográfica, a leitura e o comentário de Machado de Assis sobre a sequência e o sentido dos acontecimentos da história econômica em um período especialmente turbulento. Como nos dias de hoje, as grandes inflexões da economia, os “choques econômicos”, as crises que ocorrem do final do Império até meados dos anos 1890, não poupam nenhum cronista, poeta ou escritor, por menos interessado que estivesse no lado material da existência. E os temas da crônica, especialmente aqueles que se referem aos eventos e consequências do que chamou de “anos terríveis” são rigorosamente os mesmos que aparecerão adiante, em *Esau e Jacó* e no *Memorial de Aires*, cujas ações têm lugar nesta mesma época.

Mas, para quem esperava encontrar apenas um espectador relativamente distante, uma testemunha espirituosa mas não especialmente interessada, logo se apresentaram algumas extraordinárias surpresas, a primeira das quais desligada de datas e eventos importantes para a economia: eram crônicas inteiras dedicadas a temas como o *quórum* em assembleias de acionistas, o formato das atas dessas assembleias, e, repetidamente, o pagamento de dividendos. Todas serviam como cenário para os movimentos de um personagem, cuja primeira aparição, numa crônica de 1883, sob a forma de um carneiro residente no Catumbi, vinha acompanhada da seguinte explicação: “nós, os acionistas, temos a faculdade de andar com a forma de carneiro ou de homem”; e mais: “Não creia o senhor que haja muita onça, lobo, ou leão, que compre ações; em geral são os carneiros, e uma ou outra raposa”. Mas conclui o carneiro³: “a verdade é que o acionista é indolente: importa-se mais com os dividendos que com os diviso-

³ O cronista, neste momento, faz alusão a episódio “precedido há tempos” e que parece ser o mesmo a que se refere numa crônica de 1900, onde explica tratar-se da assembleia do Banco Rural e Hipotecário ocorrida nos anos 1870.

res”. Em diversas crônicas posteriores repete-se esta diatribe cada vez mais elaborada: o acionista revela um interesse pelo dividendo que é obsessivo e proporcional ao desinteresse por qualquer outro assunto pertinente às empresas e seus administradores, inclusive se há lucro a distribuir.

Como é possível que detalhes tão rasteiros da burocracia societária das empresas pudessem ocupar a atenção de Machado de Assis a ponto de merecer várias crônicas e até mesmo a construção de um “quase-personagem”?

Todos nesta Casa sabem que Machado de Assis é um especialista em transformar o fortuito em transcendente, o cotidiano em universal, o efêmero em mágica. Não deve haver dúvida que este primeiro enigma parecia fornecer a chave para algo mais amplo e instigante.

É curioso também – esta, uma segunda e muito agradável surpresa – que em muitas outras crônicas não propriamente centradas em temas econômicos, uma passagem, um parágrafo, às vezes uma frase isolada repleta de malícia e conhecimento dos grandes debates da época, mostrassem que o homem de letras estava sumamente bem informado também sobre as letras de câmbio, sobre as querelas da época entre **papelistas e metalistas** e sobre as grandes maquinacões econômicas em andamento. Essa familiaridade com a economia, tão importante quanto surpreendente, e rara, cifrada e oculta no turbilhão de imagens do cotidiano, apenas tornava mais provocativo o enigma acima enunciado: por que um homem como Machado de Assis, **e que conhecia os dramas da economia**, teria dedicado tanta atenção e engenho ao escrever especificamente sobre dividendos, acionistas e assembleias? Por que enxergar a economia através dessas lentes, desse aparentemente árido teatro de operações e não de qualquer outro? Que mensagens queria nos deixar?

A primeira explicação a brotar da mente de um economista, *et pour cause*, é quase acaciana em seu materialismo nada dialético: os grandes escritores também fazem supermercado! Se escrevem sobre alguns assuntos pertinentes ao bolso é porque isto lhes preocupa diretamente, para o bem ou para o mal; ou é o conforto material que lhes enriquece a alma, ou é o empobrecimento que lhe atormenta o espírito e, em ambas as situações, as musas são convocadas.

Fernando Pessoa, o nosso poeta plural, exemplo já mencionado pelo Dr. Alberto da Costa e Silva, teve grande e produtiva atividade como empregado em empresas de comércio exterior, como empresário em diversos tipos de empreendimentos, como inventor e também como um competente e informado articulista em assuntos de administração, economia e contabilidade. Não foi o único entre grandes poetas a revelar estes interesses, mas diferentemente de Erza Pound, cujas ideias econômicas, no dizer do próprio Dr. Alberto Costa e Silva, oferecem apenas “exemplos de como o despautério entusiasmado pode seduzir e extraviar a inteligência”⁴, Pessoa sabia muito sobre economia, um saber derivado da experiência, como seus escritos bem o demonstram.

Não seria possível que Machado de Assis, analogamente, não tivesse sido acionista, *ele próprio*, ortônimo portanto, e tivesse experimentado os dramas que relata com tanta verve?

Na verdade, em uma das crônicas reproduzidas no livro, uma das que compõem a série conhecida como *Gazeta de Holanda*, de 1886, ele descreve **em verso** uma assembleia de acionistas do Banco do Brasil, onde se delibera sobre uma nova diretoria (novos “divisores”), dividendos e estatutos, e com a precisão e detalhe de quem não poderia deixar de estar presente. O verso de abertura é revelador:

Eu, acionista do banco
Do Brasil, que nunca saio,
Que nunca daqui me arranco,
Inda que me caia um raio,

Assim como o de fechamento, a propósito dos novos diretores eleitos:

⁴ Da apresentação para *A Economia em Pessoa: Verbetes Contemporâneos e Ensaios Empresariais do Poeta*. Gustavo H. B. Franco (org.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007. Sobre os exóticos escritos econômicos de Erza Pound ver *Vision Fugitive, Erza Pound and Economics*. Lawrence: The University of Kansas, 1968.

Para mim tudo é mestre
Conquanto que haja, certinho,
No fim de cada semestre
O meu dividendozinho

O narrador machadiano sabidamente finge. Mas, tal como o poeta dos heterônimos, às vezes pode fingir o que deveras é. Machado de Assis amiúde assinava suas crônicas com pseudônimos e, em alguns casos, como Malvólio, de *A Gazeta de Holanda*, assim como o Lélío que contribui para *Balas de Estalo*, o autor era declaradamente Machado de Assis. Malvólio, portanto, não era bem uma máscara. Como saber se Machado não estaria dizendo a verdade nesses versos? Seria mesmo acionista do Banco do Brasil? O que mais poderia explicar a familiaridade e o interesse do cronista pela matéria relativa a dividendos?

Há várias evidências que sugerem que isso é plausível. Pelo primeiro testamento que fez, em 1898, por exemplo, sabe-se que tinha sete mil contos em apólices do Empréstimo Nacional de 1895. Tinha ações da *Gazeta de Notícias*, estas, provavelmente, em razão de sua longa convivência com Ferreira de Araujo, o proprietário do jornal onde trabalhou durante tantos anos, e não propriamente como um investimento de suas economias. Não listava, no documento, ações do Banco do Brasil, o qual, aliás, já andava muito mal das pernas **neste momento**. Isto não é suficiente para atestar que ele não as possuía *em 1886 ou em algum momento anterior*. Pode-se, aliás, de pronto, indagar: onde estava aplicado o dinheiro que usou para comprar as apólices em 1895? Bem antes, em 1884, Machado havia-se mudado para a casa no Cosme Velho, onde passaria o restante de sua vida. Não há registro sobre a compra da casa; no final dos anos 1880, conforme o relato de Lucia Miguel Pereira,

“Machado já tinha então algumas economias, poderia ter comprado casa. Parece mesmo ter pensado nisso; mas preferiu não fazê-lo, temendo que, vendo-o próspero, pudessem os outros suspeitar da sua honestidade. Alma escrupulosa, cheia de melindres a sua”⁵.

⁵ PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 5.^a edição revista, 1955, p. 187.

Se, naquela ocasião, já tinha dinheiro para comprar a casa, e provavelmente foi esse dinheiro que usou para comprar as apólices quase dez anos depois, a pergunta simples é onde estavam aplicados esses recursos? Teria comprado ações? Teria sido apanhado pela euforia ou pela crise do Encilhamento? Teríamos aqui uma razão a mais para compreender por que foi tão terrível o intervalo 1890-91?

Era plausível que ele tivesse ações do Banco do Brasil em meados dos anos 1880; para sustentar esta conjectura vamos nos socorrer da ficção, à moda de Faoro, observando a composição da herança de *Quincas Borba* (cap. XIV, grifos meus):

“Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Adivinhais por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casas na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, **ações do Banco do Brasil e de outras instituições**, joias, dinheiro amodado, livros – tudo finalmente passava às mãos de Rubião, sem desvios, sem deixas a nenhuma pessoa, nem esmolos, nem dívidas”.

Eram os elementos típicos do patrimônio de um rico na faixa de 300 contos, ao redor de 1867, conforme sugere Faoro⁶, que comenta: “trezentos contos, com a renda certa e permanente de 18 contos anuais [isto é, magros 6% ao ano!], enchia a imaginação, fazia dançar na rua e provocava sonhos com o Oriente”. Não é bem o perfil de Machado de Assis que, como seu próprio testamento revela, deixou pouco mais de dez contos a seus herdeiros⁷. A presença de ações, todavia, podia causar sobressalto a quem tivesse em mente a

⁶ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, volume 356, 1976, p. 215.

⁷ Além dos títulos da dívida pública e das ações da *Gazeta de Notícias* (cinco ações no valor de duzentos mil réis cada uma), havia também a quantia de três contos e setenta e nove mil seiscentos e sessenta e três réis depositada na Caixa Econômica. No testamento de 1906, havia também uma conta no *London Bank and Brazilian Bank*, que deveria ser o *London and Brazilian Bank*.

renda certa e permanente. Como observa Faoro “fora das apólices e das casas, com a passagem pelo aluguel de escravos, a intromissão do capitalista na compra de ações seria um passo incerto, cheio de riscos e perigos”. Faoro pode estar, aqui, excessivamente zeloso da delimitação exata da fronteira entre o seu capitalista, que é, na verdade, o *rentier*, e a “classe lucrativa”, formada de empresários, que, no universo machadiano, aparecem amiúde como especuladores e canalhas. O fato é que ações do “vetusto e pacato Banco do Brasil”⁸, ao menos durante o Império, eram, por certo, “ações de viúva”, aplicações conservadoras que proporcionavam dividendo certo, como efetivamente observado várias vezes pelo cronista.

Não obstante todas estas indicações, a informação proveniente do Arquivo Histórico do Banco do Brasil, é de que **não foi encontrado nenhum registro de Machado de Assis como acionista e nem como dirigente da instituição.** Será mesmo? Talvez tenhamos aí uma sentença de primeira instância, não definitiva; o fato é que o enigma, longe de se resolver, torna-se ainda mais instigante. O que buscava, então, o escritor em assembleias de empresas que parecia frequentar? O que exatamente o encantou e o fez construir este personagem obcecado pelo dividendo e aparentado de cada um dos canalhas que criou em sua obra ficcional? Que alegoria estava construindo o cronista?



O acionista poderia ser um personagem como o Policarpo, o cronista de “Bons Dias!”, um relojoeiro desconfortável com a aceleração do tempo, mas não chega a ter um nome⁹. A índole é semelhante, são ambos filhos do desconforto com a era moderna. Este acionista meio *gauche*, na observação de Sergio Rouanet,

⁸ Como o definiu, meio despudoradamente, o próprio Visconde de Ouro Preto em seu ensaio sobre Finanças em *A Década Republicana*. Volume I. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900, p. 86.

⁹ Na verdade, apenas uma das sete crônicas onde pontifica o acionista pertence à série “Bons Dias!”, tecnicamente ao menos, da lavra do relojoeiro.

“uma das figuras mais equívocas da modernidade”, não observa a empresa como um empreendimento de risco, um investimento de “renda variável”, conforme o desempenho das empresas e as circunstâncias da economia. Essa é a linguagem de hoje, mediada pelas chamadas “boas práticas de governança corporativa”, pelas quais acionistas interessados e diligentes, ciosos de seus interesses como minoritários, protegidos pelo regulador, e conscientes dos deveres de fidúcia do administrador, e sempre prontos a colaborar e a questionar a administração. Não há dúvida que tudo isso é absolutamente estranho ao acionista machadiano, que é uma espécie de um Macunaíma corporativo, uma caricatura do acionista moderno, um “anti-acionista”, o seu exato oposto.

É claro que este contraste nada tem de acidental e suas referências são, de um lado, o “capitalismo político” do final do Império e, de outro, o vislumbre de “acionista moderno”, ou, mais ainda, o empreendedor schumpeteriano ou saint-simoniano que emerge com a República. Esta segunda referência, todavia, servirá, como veremos adiante, apenas para confirmar, em 1900, as teses sobre o acionista desenvolvidas durante os últimos anos do Império.

Machado de Assis escreveu exatas sete crônicas inteiras dedicadas ao acionista, todas elas feitas entre 1883 e 1892. Em cada um desses textos, o cronista fala de uma empresa existente e de uma assembleia ou de um evento corporativo que, efetivamente, **teve lugar e no qual ele poderia ter estado presente**. As empresas são o Banco Industrial e Mercantil, o Banco do Brasil em três ocasiões, a Companhia de Carris Urbanos, o Banco Internacional e o Banco Iniciador de Melhoramentos (fabulosa denominação!). Em 1900, há uma oitava crônica, por ocasião da falência do Banco Rural Hipotecário, pela qual o cronista se utiliza do terremoto de modernidade provocado nos primeiros anos da República para ratificar o olhar oblíquo do acionista sobre o capitalismo brasileiro.

O acionista machadiano poderia se chamar Brás Cubas, Palha, ou Cotrim, referências que afloram naturalmente quando vemos o cronista recomendar as debêntures de uma estrada de ferro já falida, a Geral do Visconde de Leopoldina, a um amigo chacareiro, ou diante do benfeitor vigarista que concede al-

forria ao escravo Pancrácio na véspera da Abolição. Seu interesse obsessivo no dividendo, em detrimento de qualquer outra consideração, inclusive se há lucro, o faz um personagem oblíquo, passivo, canalha, e fundamentalmente um rentista. Na verdade, é neste conceito que reside o cerne da alegoria. No “capitalismo político” do Império, Mauá que o diga, as empresas nada mais são que emanções do Imperador; em suas palavras, tudo é “essencialmente oficial”, onde “tudo gira, move-se, quieta-se, vive, ou morre, no bafejo governamental”. E se é o Imperador quem decide sobre o dividendo, para que servem as assembleias, as atas das assembleias, as prestações de contas, os estatutos e suas reformas e a identidade dos “divisores”? De fato, o acionista machadiano é o avesso da “governança corporativa”, como hoje a conhecemos, pois, nesse contexto, onde os dividendos são como “privilégios de classe” concedidos segundo uma lógica política, os rituais societários são efetivamente inúteis e ociosos. Nada mais caracteristicamente machadiano; o personagem, em primeira pessoa, comporta-se de modo torpe, o que, todavia, faz perfeito sentido no âmbito de um sistema ainda mais pervertido. O sujeito da crítica não é apenas o canalha, produto do meio, mas o sistema que o produziu. Daí, a sutil e importante correção que o Conselheiro Aires (em seu *Memorial*, Cap. LXXV) faz do célebre provérbio: “– Não é a ocasião que faz o ladrão, dizia ele a alguém, o provérbio está errado. A forma exata deve ser esta: a ‘ocasião faz o furto; o ladrão já nasce feito’.”



Numa crônica de fevereiro de 1889, da série “Bons Dias!”, trata-se da substituição do Barão de Cotegipe, recém-falecido, na presidência do Banco do Brasil. Há um fascinante jogo de sombras e ilusões com o intuito de mostrar que, no fundo, quem vai escolher o novo presidente do Banco do Brasil, na ocasião como no passado, é o “dono da casa”, o acionista, que assina anúncios classificados (“a pedidos”) com pseudônimos como “Pedro”. É claro que o “dono da casa” é o Imperador, que deverá escolher, como de praxe, e como

efetivamente ocorreu, um ex-presidente do conselho de ministros, o conselheiro Manuel de Souza Dantas. Este acionista machadiano vai, assim, tomando a forma mais clara de uma alegoria para um apoiador, um pequeno credor parasitário, um “cliente cativo”, o “conteúdo da tardia nação mercantilista”, como definiu Jorge Caldeira¹⁰, e por isso dependente do Governo, ou da pessoa do Imperador. Esta é a ordem patrimonialista, a sociedade do privilégio ou o “capitalismo chapa-branca”, existem muitas denominações, como só acontece para realidades avassaladoras, como no célebre exemplo dos esquimós e suas centenas de designações para o que conhecemos como “neve”.

A triste figura do acionista machadiano não deve ser vista como contraditória à rica imagem do Roberto Schwarz segundo a qual o capitalismo liberal no Brasil, naquela época, era **uma ideia fora do lugar**. Na verdade, as leituras convergem. A tese de Schwarz tem pelo menos três vertentes: a primeira baseada na presença da escravidão, supostamente incompatível com a ideia de capitalismo, ainda mais liberal. A segunda porque o favor era, como ele diz, a mediação quase universal de qualquer relação social, nada restando à horizontalidade dos mercados. E a terceira era o (ab)uso de um vocabulário cultural liberal, no sentido americano, para uma realidade mais primitiva e selvagem, que se fantasiava com o auxílio de uma cultura ornamental e de ocultação, com o intuito de mascarar essa nossa natureza bárbara, periférica e dependente. Como diz: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura”¹¹.

É verdade que a escravidão, na medida em que punha o Brasil “fora do sistema da ciência”, permitia que direita e esquerda adotassem leituras convergentes de Machado de Assis, a despeito da dificuldade em se encontrar momentos de fervor ideológico, ou mesmo de um pequeno engajamento político na obra de nosso maior escritor. Não deve haver restrição a que, por exemplo, Astro-

¹⁰ CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 391.

¹¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 5.ª Edição, 2000, p. 29.

gildo Pereira interprete o “pessimismo machadiano” como um sinal de descontentamento com uma ordem social injusta. A propósito do cinquentenário da morte de Machado de Assis, Rui Facó assim se expressou em editorial da *Voz Operária* de 27 de setembro de 1958:

“O ceticismo [...] na obra de Machado de Assis [...] contém um elemento altamente positivo para aquela época. Traduzia a dúvida ante reformas burguesas inconsequentes, ante uma república burguesa altamente comprometida com o latifúndio, ante a contrafação de democracia burguesa. Esse pessimismo é um germe de crítica e, portanto, um começo de condenação ao que existe de errado em uma determinada ordem de coisas. Pode ser o ponto de partida para uma atitude revolucionária”¹².

Nada há de negativo em que a esquerda também goste de ter Machado como seu; os vários tipos de amor a Machado de Assis não são excludentes. Mas o fato é que, uma vez ultrapassada a Abolição, parece haver mais dificuldade em se harmonizarem essas diferentes leituras de Machado de Assis, pois o patrimonialismo é matéria um pouco mais traiçoeira para se tratar à luz de uma dicotomia apertada onde só há esquerda e direita, operários e burgueses. Na verdade, mais importante que o esforço insano para se enquadrar o fenômeno no cânone marxista, é a continuidade do patrimonialismo, ou sua resiliência em absorver os ataques que a República lhe desferiu. Passado o Encilhamento, o Brasil reafirma e redefine seu “capitalismo de favores” e sem se abster do emprego de um vocabulário avançado, e certamente enganador, para a descrição de seu *modus operandi*. Machado de Assis, ao final de sua trajetória como cronista, em 1900, faz ver com muita clareza que o acionista está onde sempre esteve, rentista como era antes, e que o tecido patrimonialista se regenerou das feridas jacobinas e ainda teria uma longa carreira nas décadas que se seguiriam. Este cronista, de muitas formas, confunde-se com Brás Cubas, na medida em que, usando as palavras de

¹² Apud PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: Ensaio e Apontamentos Avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, p. 229.

Schwarz, “não busca fixar a contradição, e muito menos a transformação, mas o **progressivo desgaste no entusiasmo com que um parasita abocanha a sua parte nas vantagens da iniquidade social**”¹³. Dentro deste sistema pervertido, e são muitos os ângulos utilizados para aferir a perversão, vigora uma surpreendente **normalidade** no seio da qual a canalhice, o *rent-seeking* e a corrupção são a norma. Há sempre método na canalhice. Schwarz, neste terreno, enxerga a atualidade de Machado de Assis de um modo singular:

“... a despeito de toda mudança havida, uma parte substancial daqueles termos de dominação permanece em vigor cento e dez anos depois, com sentimento de normalidade correlato, o que talvez explique a obnubilação coletiva dos leitores, que o romance machadiano, **mais atual e oblíquo do que nunca**, continua a derrotar”¹⁴.

A tese é polêmica. Mesmo sem fazer desaparecerem os traços patrimonialistas, houve bastante desenvolvimento econômico desde então. Nessa linha, me ocorre que um bom contraponto a esta “atualidade” pode ser oferecido pelo próprio Astrogildo Pereira, ao dar a palavra a Machado de Assis, melhor dizendo a um personagem de um de seus *Contos Esquecidos*, um “louco manso”:

“... Penso que o homem gordo não faz revolução. O abdômen é naturalmente amigo da ordem; o estômago pode destruir um império; mas há de ser antes do jantar”¹⁵.



É possível que, não tivesse ocorrido a República, o acionista merecesse outras crônicas, e mesmo uma coletânea, mas os ventos modernizantes de

¹³ SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo, Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Duas Cidades Editora 34, 4.^a Edição, 2000, p. 73, grifos meus.

¹⁴ Cf. SCHWARZ, *op. cit.*, p. 12, grifos meus.

¹⁵ Cf. PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: Ensaio e Apontamentos Avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, p. 83.

1889 atacaram de muitas maneiras o *habitat* natural do rentista. O novo regime, na expressão consagrada do professor José Murilo Carvalho, trouxe “uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”. O país mergulhou nas ambiguidades da “destruição criadora”, no âmbito da qual o vagaroso acionista-rentista, o eixo central da economia imperial, o cliente cativo do Imperador, foi substituído pelo empresário predador com suas trampolinagens e grandes esquemas na Bolsa. Nomes como Henry Lowndes (o Visconde de Leopoldina), o Visconde de Figueiredo e o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink se tornam os protagonistas desse novo momento. Sua saga seria imortalizada no romance *à clef* do Visconde de Taunay, *O Encilhamento*, onde se fez um retrato nada gentil da euforia na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, primeiramente em folhetins e sob pseudônimo, à semelhança do que fez o Emile Zola em *L’ Argent*, e com propósitos semelhantes¹⁶. Taunay, que era um monarquista em nada satisfeito com os rumos da jovem República, talvez tenha produzido uma das críticas mais ferinas e duradouras aos excessos desses primeiros anos. Mayrink aparece como Meyermayer, e Lowndes como Visconde de Petrolina, o “diabo-mor”, o personagem principal da maior de todas as falências da ocasião, a Companhia Geral de Estradas de Ferro, cujas debêntures (“desventuras”) aparecem em várias crônicas da coletânea. Sintomaticamente, Figueiredo, o financista da monarquia, o favorito do Visconde de Ouro Preto, é poupado, ainda que tenha tido parte destacada nos acontecimentos financeiros depois de 1889 e tenha sido retratado por Machado de Assis na sua *Gazeta de Holanda*¹⁷.

¹⁶ Em fevereiro de 1893, a *Gazeta de Notícias*, o mesmo jornal onde Machado de Assis publicava “A Semana”, começou a publicar os anunciados 70 capítulos de um romance intitulado *O Encilhamento*, de Heitor Malheiros, o *pen name* do Visconde de Taunay. Anos depois, o romance foi publicado sob o título *O Encilhamento, Cenas Contemporâneas da Bolsa de Valores em 1891, 1892 e 1893*, com a assinatura de seu próprio autor.

¹⁷ A historiografia não leva tanto a sério o romance de Taunay, porque identifica aí o monarquista ressentido e vários exageros na descrição do que ocorreu na ocasião. O registro sobre os reais avanços no terreno da industrialização, já bem documentados, esvaziaram as alegações de Taunay de que tudo teria sido “falso e enganoso” nesses primeiros anos da República.

A euforia desses primeiros anos da República tem como um de seus principais eixos a reforma bancária e a nova lei societária concebidas por Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República, que as fez publicar no mesmo dia 17 de janeiro de 1890. Guardadas as proporções, esta foi o primeiro grande “pacote econômico” da República, algo como, em nossa época, foi o Plano Cruzado, paradigma de ruptura de uma ordem anterior, o “choque heterodoxo” redentor, tão abrangente e invasivo, e potencialmente tão danoso, quanto os males que se propõe a extinguir. Com amplos motivos, Machado de Assis repetidamente se referiu ao 17 de janeiro de 1890 como “o primeiro dia da criação”, e a 1890 e 1891 como “anos terríveis”. A crônica foi interrompida, há especulações sobre o que parece ser um hiato em sua produção literária, embora o período coincida com a revisão e consolidação de *Quincas Borba*, anteriormente publicado em folhetim. Como já observado, não há informações que confirmem que o cronista tenha tido prejuízos financeiros neste período. Mas é fácil ver que, no plano alegórico pelo menos, o acionista foi tragado pelo destino e levado a uma aventura de modernidade cujo desfecho parecia lhe invocar um misto de pavor e fascinação.

A crônica é retomada em 1892 com a série “A Semana”, e nesta, as crônicas que tratam dos assuntos da economia podem ser divididas, *grosso modo*, em dois grupos: as que usam, como diz Faoro, “a mesma tinta de Taunay”, com o foco nas trampolinagens e excessos associados às fortunas feitas no Encilhamento, e as que observam os assuntos modernos e novidades republicanas de um prisma positivo, ou que trazem alguma indicação de opinião nos debates em torno da reforma bancária e da encampação (estatização) das emissões. Parece despontar aqui um olhar cuidadoso e equilibrado sobre a guerra santa deste tempo, entre Monarquia e República, cujos contornos mais amadurecidos aparecerão mais tarde de múltiplas maneiras em *Esaú e Jacó*.

Entre 1892 e 1896, o Encilhamento vai ficando para trás; a euforia converte-se em crise e as fortunas construídas de forma duvidosa encontram aí uma espécie de hora da verdade. O material é valioso para um cronista como Machado de Assis, o tema é atualíssimo, mas muito antigo; um de seus primeiros

e mais interessantes retratos está na segunda parte do *Fausto*, a partir de uma alegoria ao episódio protagonizado pelo próprio John Law no século XVII, onde Mefistófeles ensina ao Soberano, numa noite de carnaval, a mágica do papel moeda, apenas para ver o reino acordar arruinado, depois uma falsa euforia, na manhã seguinte¹⁸. Machado, religioso e conhecedor de Goethe, e talvez confuso como Fausto diante dos dilemas morais deste novo capitalismo, não deixaria de mergulhar neste fértil terreno de reflexão, como se verá no “O Sermão do Diabo”, crônica de 4 de setembro de 1892, depois republicada com este título, que tem parentesco próximo com um conto famoso “A Igreja do Diabo”, bem anterior, de 1884¹⁹. O mundo moderno da República era laico e parecia estar à procura de um outro paradigma; como diz Faoro:

“O homem religioso, o cristão, o católico, são extravagâncias e inutilidades na máquina do mundo. O católico perdeu suas raízes cristãs que o alimentaram e lhe insuflaram o sentimento da divindade. Sua existência social se determina pela qualidade de **burguês, cujo último estágio é o do acionista**, e não de membro da cristandade, da igreja”²⁰.

O cronista, a propósito do próprio John Law e de sua relevância para o Encilhamento, observa implacável: “Grande Law! Também tu tiveste um dia de celebridade, depois, viraste embromador e caíste na casinha da história, o lugar dos lava-pratos” (23 de outubro de 1892). Em outra crônica, de 11 de dezembro de 1892, também é implacável quando trata das possibilidades ensejadas pela lei societária na formação de novas sociedades e em particular do mecanismo absurdo de pagamento de vantagens indevidas aos organizadores

¹⁸ Para uma análise mais detalhada da alegoria à John Law feita no *Fausto*, ver “Um ensaio sobre o pessimismo” em FRANCO, Gustavo H. B. *O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.

¹⁹ Há também parentesco próximo com o Capítulo 9 de *Dom Casmurro*, em que Deus também se demite de seu cargo, deixa a terra ao Diabo, com quem divide os direitos autorais, mas recebe em ouro, ao passo que Satanás em papel.

²⁰ Cf. FAORO, *op. cit.*, p. 398, grifos meus.

da empresa, falsos dividendos antes mesmo de haver o empreendimento, para não falar de lucros. Como observa Faoro²¹,

“entre Machado de Assis e um disfarçado Taunay, uma nota comum ostensiva: o escândalo das fortunas da noite para o dia, chovidas na Bolsa. As carruagens em desfile magnífico, cocheiros mais dignos que os donos – tudo o lado exterior de um grande momento”.

Ambos, amigos de longa data, “filhos legítimos da cautelosa classe proprietária, inquieta com o solapamento de suas rendas, aposentadorias, dividendos e aluguéis”²²; ambos “sentiam a falsidade do entusiasmo, presos a velhos, teimosos, sólidos e ajuizados preconceitos”²³. Porém, e paradoxalmente, talvez seja este exatamente o momento em que Machado de Assis se diferencia de Taunay. Afinal, o acionista rentista, acostumado a receber dividendos de lucros fictícios, estava em posição de reclamar das novas práticas societárias republicanas? Por que as rendas decorrentes de privilégios, aí incluído o aluguel de escravos, eram menos ilegítimas que os “ágios” apropriados pelos empresários do Encilhamento? Que dizer da própria escravidão? Que dizer da frustração em não indenizar os proprietários, do que teria resultado a República, e da ausência de qualquer menção à ideia de se indenizarem os escravos pelos maus tratos?

Diferentemente de Taunay, que nenhuma virtude enxergava na República, e escreveu o seu *O Encilhamento* como panfleto político, em *Esau e Jacó*, Machado de Assis tratou da mesma problemática de forma muito mais rica e equidistante, **como literatura**. No romance, os gêmeos inconciliáveis, Pedro e Paulo, ambos radicais em cada item de seus respectivos credos monarquista e republicano, brigam sem vencedor ao longo de toda a vida, inclusive no amor a uma mesma mulher. O empate técnico no plano conceitual e moral é uma gentil rendição às incontornáveis diferenças que existem na política, que Aires, neste

²¹ FAORO, *op. cit.*, p. 265.

²² *Ibid.*, p. 268.

²³ *Ibid.*, p. 265.

mesmo contexto, protagoniza através do famoso episódio da Confeitaria do Custódio e que o cronista, como adiante veremos, também retrata através do sineiro da Glória. *Esau e Jacó* nada tem a ver com *O Encilhamento* de Taunay.



Nas crônicas feitas no calor dos eventos, Machado de Assis frequentemente se vê encantado ou enredado nos paradoxos próprios de uma época de aceleração das reformas. “Chovem assuntos modernos”, deslumbra-se o cronista em 29 de janeiro de 1893. Um grande tema da ocasião, sobre o qual se debruçou algumas vezes, era o destino do Banco do Brasil, do qual se disse acionista em passado não tão longínquo, e que passava por apertos. O outro- ra “vetusto e pacato” Banco do Brasil, governado discretamente pelo “dono da casa”, havia caído na farra das emissões. Em fins de 1892, fundiu-se com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, o qual, por sua vez, era o resultado da fusão entre o Banco dos Estados Unidos do Brasil, do Con- seheiro Mayrink, o financista ligado ao Rui Barbosa, e do Banco Nacional do Brasil, do Visconde de Figueiredo, o grande financista da monarquia. O novo banco recebeu o nome de Banco da República do Brasil, e a fusão teve como padrinho e idealizador o próprio ministro da Fazenda Serzedello Cor- reia, que a justificou alegando que nenhum dos dois bancos teria condições de sobreviver sobre suas respectivas pernas. É difícil ver como a fusão me- lhoraria a saúde do organismo fundido, talvez apenas o fizesse maior e, desta forma, mais justificada a intervenção do poder público, a fim de evitar o que hoje chamamos de “risco sistêmico”.

Machado de Assis, numa crônica de 29 de janeiro de 1893, comparou o novo banco ao “Cabeça de Porco”, o grande cortiço carioca de onde saíram, depois de sua demolição, as mais inesperadas criaturas, uma alusão ao fato de que ali estavam presentes todos os desvarios do Encilhamento. Noutra crônica de 1.º de janeiro de 1893 argumentava:

“Compreendamos a inutilidade das brigas diárias e públicas entre companhias e trechos de companhia, entre diretorias e trechos de diretoria. Melhor é ajuntar os restos do festim, mandar fazer o que a arte culinária chama **roupa velha**, e comê-la com os amigos, sem vinho”.

Mas que solução dar aos bancos que iam quebrar prejudicando milhares de correntistas inocentes? Outro tema complexo e atualíssimo!

O fato é que o salvamento dos bancos, a encampação (estatização) das emissões e a possível privatização das estradas de ferro Central do Brasil e Leopoldina, com o propósito de sanear as finanças públicas, eram temas onde estava envolvida uma tensão entre o público e o privado, própria do que se conhece, a partir de Celso Furtado, como “socialização das perdas”. Não eram questões conceitualmente muito diferentes das envolvidas nos privilégios e nas pequenas apropriações indébitas (as “lambugens”) do acionista-rentista do final do Império. A República parece ter elevado esses debates a um nível diferente, macroeconômico, e neste terreno o acionista-rentista se vê modificado, e vez por outra o cronista começa a revelar claros sinais de que é também contribuinte, que enxerga riscos e responsabilidades em sua condição de acionista, e se incomoda com o que chamaria de “paternalismo”, numa crônica de 19 de julho de 1896, usando uma expressão do presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland:

“Não sei se é de invenção dele, se de outro americano, se dos ingleses. Sei que temos a coisa, mas não temos o nome, e seria bom tomá-lo, que é bonito e justo. A coisa é aquele vício de fazer depender tudo do governo, seja uma ponte, uma estrada, um aterro, uma carroça, umas botas. Tudo se quer pago por ele com favores do Estado, e, se não paga, que o faça à sua custa”.

Machado de Assis não queria privatizar a Central do Brasil, ou a Leopoldina, para arrumar dinheiro para sanear os bancos, ou comprar suas emissões. Mas não gostaria de ver os bancos quebrando. Decisões difíceis, sobre as quais a postura mais recomendável era a sua proverbial e amiúde debochada ambiguidade,

afinal, “as revoluções trazem sempre despesas”. Sobre o novo bonde elétrico, por exemplo, que acelerou o transporte urbano no Rio, mas voltou às manchetes por conta do atropelamento de um casal de velhinhos, ele escreveu:

“Há terras, onde as companhias indenizam as vítimas dos desastres (ferimentos ou mortes) com avultadas quantias, tudo ordenado por lei. É justo; mas essas terras não têm, e deviam ter, outra lei que obrigasse os feridos e as famílias dos mortos a indenizarem as companhias pela perturbação que os desastres trazem ao horário do serviço”.

E mais: “Em todo caso, não vamos concluir contra a eletricidade. Logicamente, teríamos de condenar todas as máquinas, e, visto que há naufrágios, queimar todos os navios”. Eis aí um cronista que se deixa contaminar pelo vendaval modernizante e produz peças extraordinárias sobre os desafios éticos da vida moderna e sua mais fiel expressão, a destruição criadora.



Antes de o acionista reaparecer em 1900, Machado de Assis fez quatro belíssimas crônicas sobre um outro tema sempre atual, o câmbio, e em tonalidade de cada vez mais grave, começando em 1894. A última, de 23 de agosto de 1896, tem uma passagem que a sintetiza, e serve como título: “Um algarismo que eu presumia nunca ver nas tabelas cambiais”²⁴. É interessante oferecer dois tostões de explicações sobre como funcionava o sistema monetário naqueles tempos. Técnica e juridicamente o Brasil vivia sob o chamado “padrão-ouro” e a nossa moeda, o mil-réis, deveria manter uma paridade fixa, vale dizer, uma taxa de câmbio fixa com relação ao ouro e, por consequência, com a libra esterlina. Deveria, mas não vinha conseguindo pois, como sabemos, esta não é uma

²⁴ As crônicas da série “A Semana” não tinham título, e as que tiveram, posteriormente, foi por conta da republicação em *Páginas Recolhidas*. Esta, em particular foi republicada por Joaquim Ferreira dos Santos numa coletânea intitulada *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras*, com o título *O Câmbio e as Pombas*.

matéria fixada pelos desejos dos governantes expressos nas leis, mas pelas realidades dos mercados. A paridade fixada em 1847 era de 27 *pence* de libra esterlina por mil-réis, mas raramente a taxa de câmbio de mercado chegou a este nível. Estávamos sempre abaixo, vale dizer, o poder de compra da nossa moeda estava cronicamente menor do que deveria. Não resta dúvida de que, nesta ocasião, o câmbio era como a inflação em nossos dias, uma espécie de termômetro da autoestima nacional, e o fato de as taxas de mercado revelarem valores sempre menores que 27 *pence* era uma espécie de ferida narcísica a provocar debates verdadeiramente intermináveis. Na época da Guerra do Paraguai, por exemplo, o câmbio conheceu seus piores momentos, caindo até 18 *pence*. Mais tarde, a moeda brasileira se recuperou e, no final dos anos 1880, já andava na faixa de 23 *pence*. O Visconde de Ouro Preto, valendo-se de circunstâncias externas especialmente favoráveis, provocadas por entradas de capital em boa medida ligadas a ventos globais e também pelas aragens otimistas emanadas do Encilhamento, foi bem sucedido em fazer voltar a paridade de 27 *pence*. A manobra revelou grande oportunismo, mas este conjunto excepcional de circunstâncias durou pouco tempo. Veio a República, que não quis se arriscar com a sustentação desse número; Ruy Barbosa flertou com ideias antagônicas ao “padrão-ouro”, convictamente, ou como álibi, pouco importa. O fato é que, em 1891, uma crise cambial cuja origem estava nas dificuldades de um banco em Londres (Baring Brothers), causadas por problemas na Argentina, e que se espalham por vários países emergentes, à moda das crises financeiras de nossos dias, faz o câmbio cair a inéditos 12 *pence*. E, nos anos que se seguiram, foi baixando mais e mais, de tal sorte que, quando chegou a impensáveis 8 *pence* em 1896, talvez se tenha fixado a sensação de que havíamos chegado a uma região diferente, da qual não havia mais retorno. Essa era uma mensagem simbólica de importância muito grande e que marcava também o aparecimento de um outro fenômeno ainda desconhecido: a inflação. O cronista reporta que reclamou da carestia ao farmacêutico, o qual, por sua vez, retrucou: “mas, que quer o senhor que eu faça com esse câmbio a 8?”.

Era o fim de uma era.



Em meio a esta confusão, o cidadão Machado de Assis, não o cronista, usa todas as suas economias para comprar apólices do Empréstimo Nacional de 1895. Decisão aparentemente muito racional e calculada. Os títulos rendiam 6%, como os da herança de Rubião, mas, como foram comprados com desconto, por 85% do valor de face, a taxa interna de retorno era algo como 8% ou 9% anuais, pagos em mil-réis equivalentes a certa quantidade de libras esterlinas. Dessa maneira, aliás, os detentores desses títulos estavam protegidos da desvalorização cambial, de tal sorte que Machado de Assis escrevia sobre a desvalorização cambial de uma posição relativamente confortável: embora não fosse o caso de seu salário como funcionário público, os juros que recebia dessas suas apólices eram altos e protegidos da perda de poder de compra do mil-réis. A proteção, todavia, ficava nisso.

Logo adiante Machado de Assis se afasta da crônica, como no chamado “ano terrível”, 1890-91, pois há, ao menos, um evento que o ocupa muito intensamente, a fundação desta Casa. Mas há também uma notícia terrível: as apólices entram em moratória em 1898, quase que simultaneamente ao registro de seu primeiro testamento. Os pagamentos de juros e amortizações que lhe eram devidos foram suspensos e apenas retomados em 1910, quando Machado de Assis já não estava mais entre nós. Não há indicações de que este duro golpe sobre seu patrimônio tenha afetado o seu conforto material e sua capacidade de consumir, elementos sumamente importantes para o bom humor e a produtividade dos grandes escritores.

Cícero Sandroni (em voz baixa)

Naquele tempo, acadêmico não recebia jeton.

Gustavo Franco

O presidente lembra que, naqueles dias, ainda não havia jeton. Pior ainda! E mais surpreendente que a moratória não o tenha afetado.

A trajetória desse patrimônio nos anos que se seguem foi nada menos que trágica para quem dele necessitasse para a sua renda corrente. Em 1896 e 1897, Machado recebeu cerca de 700 mil-réis de juros e cerca de 11 mil-réis em amortização, e ficamos praticamente nisso: os pagamentos ficaram suspensos de 1898 a 1910, restabelecidos apenas entre 1911 e 1913, mas novamente alcançados por uma segunda moratória em 1914. Os pagamentos permaneceram suspensos daí até 1927, quando reiniciaram e continuaram até 1931, quando novamente foram interrompidos. Nos quarenta anos entre 1895 a 1935, menos de 18% do empréstimo foi amortizado, e os juros foram pagos apenas em 12 anos. Um acordo conhecido como “Esquema Aranha” teria início em 1934, permitiu alguns pagamentos, seguidos por um “*default*” completo em 1937. Em 1943, uma renegociação resultou em pagamentos, mas também em substanciais descontos. Independentemente, a inflação já havia devastado o que havia sido sobrado. Em 1967, o valor dessas apólices era tão insignificante, que o governo foi autorizado por um decreto presidencial também assinado pelo então Ministro Roberto Campos a resgatar a totalidade dos juros e amortizações, mas poucos credores apareceram para o resgate: as belas cautelas desses empréstimos valiam mais como objeto de decoração.

Quando Machado de Assis faleceu em 1908, a ortodoxia financeira, combinada à bonança cafeeira, já tinham recolocado o Brasil no padrão-ouro à paridade de 15 *pence* por mil-réis. Mas a menina Laura, sua herdeira pelo testamento de 1906, não poderia ser rentista, ou “acionista”, como seu benfeitor. O Estado que Machado serviu e honrou ao longo de sua vida devastou-lhe a herança, a pecuniária ao menos, com uma funesta sucessão de “calotes”. Como se não bastasse a desfeita, ou para buscar uma reparação, em 1987, o governo resolve homenagear Machado de Assis em uma nota de 1000 cruzados. A nova cédula foi colocada em circulação em 29 de setembro de 1987, exatos 79 anos da morte do escritor, e nesse dia valia pouco menos de US\$ 20. Em 16 de janeiro de 1989, em consequência do Plano Verão, e da mudança do padrão monetário para o “cruzado novo”, Machado recebe um vergonhoso carimbo triangular cortando-lhe três zeros: a cédula agora correspondia a 1 cruzado novo, que nascia va-

lendo cerca de US\$ 1,00, conforme a cotação oficial. No “paralelo” valia bem menos, talvez metade disso. Em 31 de outubro de 1990, depois de 3 anos de militância, a cédula com Machado de Assis deixa de circular, por valer menos de um centavo de dólar. Só se pode imaginar o que ele diria dessa homenagem.



A crônica é retomada em 1900, mas de forma breve; são apenas duas em tom de despedida, e numa delas em especial, de 4 de novembro de 1900, faz uma síntese de seu percurso como cronista. É precisamente nesta crônica que reaparece o acionista, assumindo o lugar central no texto. São três os eventos da semana, o terremoto na Venezuela, a falência do Banco Rural e Hipotecário e a morte do sineiro da (Igreja da) Glória. O sineiro João serve como *alter ego* para o cronista, que, certa vez, assinou uma série denominada “Badaladas”. João era um ex-escravo doado para a Igreja da Glória nos anos 1850 e que durante todo esse tempo repicou e badalou os sinos para incontáveis batizados, óbitos, revoluções, governos e gabinetes. Era uma testemunha imparcial, quase monótona, de todas as glórias que observou de sua torre. Glória maiúscula ou minúscula, ambas servem quando Machado de Assis antecipa Milton Friedman, sob o simplório e habitual disfarce de um falso paroquialismo, ao proclamar que “não se pode ir à Glória sem pagar o bonde”. Sobre o terremoto na Venezuela, observa: “Antes uma revolução” pois “as revoluções servem sempre aos vencedores, mas um terremoto não serve a ninguém”. Estaria o cronista aludindo ao despropósito dos tremores iniciados em 1889, um dos temas centrais de *Esau e Jacó*? Semanas antes tinha falido o Banco da República do Brasil, o paradigma dos excessos dos primeiros anos da República, e naquela semana especificamente, fechara o Banco Rural Hipotecário, este um banco bem mais antigo, fundado mais ou menos na mesma época do Banco do Brasil do Barão de Mauá, nos anos 1860, e que permaneceu à margem do turbilhão do Encilhamento. A propósito da queda do Rural, o cronista recorda um episódio antigo, ocorrido nas dependências deste banco, aparentemente o mesmo

que conta na crônica de 1883, a do carneiro acionista. Ali, no banco, o cronista conversava: “Não tratava de dinheiro, como podem supor, posto fosse de letras, mas não há só letras bancárias; também as há literárias, e era destas que eu tratava”. Era dia de assembleia de acionistas, que, no entanto, não se instala porque não há *quórum*. Subitamente aparece um indivíduo “lento, aborrecido ou zangado, e sobe as escadas como se fossem as do patíbulo. Era um acionista”. Segue-se um corre-corre, abre-se a sessão, cumprem-se os rituais de prestação de contas, e o cronista ouve uma explicação sobre o ocorrido:

“O acionista, disse-me um amigo que passava, é um substantivo masculino, que exprime ‘possuidor de ações’ e, por extensão, credor dos dividendos. Quem diz ações diz dividendos. Que a diretoria administre, vá, mas que lhe tome o tempo em prestar-lhe contas, é demais. Preste dividendos; são as contas vivas. Não há banco mau se dá dividendos. Aqui onde me vê, sou também acionista de vários bancos, e faço com eles o que faço com o júri, não vou lá, não me amolo.

— Mas, se os dividendos falharem?

— É outra cousa; então cuida-se de saber o que há.

Pessoa de hoje, a quem contei este caso antigo, afirmou-me que a pessoa que me falou, há trinta anos, à porta do Rural, não fez mais que afirmar um princípio, e que os princípios são eternos”.

Trinta anos depois, o acionista é o mesmo. Continua preguiçoso e indisperto com os “divisores”. Passado o turbilhão da República, as empresas e seus dividendos não são mais emanções da vontade do Imperador, mas do Estado. As clientelas permanecem, o patrimonialismo se recicla, e tudo se reorganiza em torno dos favores do Estado, e da capacidade deste em cooptar em uma teia infundável de privilégios e vantagens fornecidas por políticas públicas **seletivas**, o que é o mesmo que dizer **excludente**. Vai-se a Monarquia, mas apenas fortalecemos o caráter, ou a falta de caráter desse nosso capitalismo hesitante e relutante apoiado sobre clientelas, “acionistas”, *rent seekers*, os

poucos “incluídos”. As incompatibilidades e revoluções não são, de fato, importantes, pois não afetam esta ordem natural das coisas, como depois ficaria claro em *Esau e Jacó*. O terremoto republicano, ao fim das contas, nos levava de volta ao ponto de partida, ao manter intacto esse substrato básico da política, personificado no acionista-rentista, esse barro patrimonialista imune à Abolição, à forma de governo, às loucuras ocasionais da política monetária e mesmo à industrialização que veríamos nas décadas por vir.

Ao afirmar que “certos princípios são eternos”, o cronista nos deixa com um triste vaticínio sobre essa nossa natureza vil, ou sobre a atualidade do acionista machadiano. É certo que nas décadas que se seguiram prosseguimos adaptando e esticando esse nosso capitalismo de favores e compadrios aos figurinos de uma sociedade industrial, democrática e globalizada. Na verdade, entre alguns economistas, e uns poucos antropólogos, é popular a tese segundo a qual a democracia e a globalização terminaram sendo os elementos a finalmente ferir gravemente, muitos anos depois, a existência do acionista-rentista. Esta tese ajuda a explicar um grande enigma de nosso tempo, a saber, a razão pela qual o Brasil experimentou uma hiperinflação, tão virulenta quanto a alemã, sem que aqui tivéssemos guerras e revoluções, pelo contrário, foi justamente o momento em que mãos politicamente hábeis nos conduziram mansamente de volta à democracia. O advento da democracia de massa a partir de 1985 teria tido impacto avassalador sobre o orçamento público, pois a necessidade de expandir a cidadania mediante a inclusão no rol dos agraciados por benesses, ou seja, a transformação de todo cidadão em acionista-rentista resultou em uma total inconsistência entre aspirações e possibilidades cuja manifestação objetiva foi o descontrole fiscal e a hiperinflação. Uma hiperinflação de direitos que se torna uma de preços²⁵. As tensões entre a “casa” e a

²⁵ Para o leitor interessado no desenvolvimento dessas ideias ver FRANCO, Gustavo H. B. “A propósito do inflacionismo: os termos de troca entre estabilidade e desenvolvimento” em *O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda*, São Paulo: Editora 34, 1999 e “Auge e declínio do inflacionismo no Brasil” em *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Fabio Giambiagi *et al.* (orgs). Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

“rua”, vale dizer, entre valores hierárquicos próprios de uma teia de clientelas e parentescos e uma ideia de uma sociedade igualitária e horizontal, mediada por mercados impessoais, nunca foram tão agudas²⁶.

O combate a esta patologia apenas foi possível quando o Estado foi capaz de se equipar para compor e mesmo forçar um equilíbrio mínimo entre aspirações expressas no gasto público com as possibilidades propiciadas pelos impostos. E com esses termos de referência pode, então, construir uma nova moeda cujo poder de compra o Estado tem conseguido manter estável já vão quase 15 anos. A superação da hiperinflação trouxe nossa natureza patrimonialista vários andares para baixo, em nome de posturas horizontais e meritocráticas, mas não fez desaparecer o acionista machadiano. De muitas maneiras sutis e oblíquas ele ainda está entre nós.

²⁶ Como demonstra, de forma admirável, Roberto da Matta, em seu “Notas sobre inflação, sociedade e cidadania” em *Na Corda Bamba: Doze Estudos sobre a Cultura da Inflação* José Ribas Vieira et al. (orgs). Cidade: Relume-Dumará Editora, 1993.

Visconde do Rio Branco

EVARISTO DE MORAES FILHO

Ocupante da
Cadeira 40
na Academia
Brasileira de
Letras.

O Visconde do Rio Branco é o patrono da Cadeira n.º 40 da Academia. Foi escolhido pelo seu primeiro ocupante e fundador, Eduardo Prado (1860/1901). Sucedendo-lhe a 18 de setembro de 1903, dá-nos Afonso Arinos (1868/1916) a razão da escolha:

“Foi um motivo de sentimento que levou Eduardo a tomar como patrono de sua cadeira o nome do Visconde do Rio Branco. Não foi só a homenagem ao estadista, a admiração pelo diplomata, o respeito pelo professor, mas, principalmente, a amizade que *Eduardo Prado* votava ao segundo Rio Branco, legítimo herdeiro do nome e da glória do primeiro”¹.

Os dois ocupantes da Cadeira, que se lhe seguiram, Miguel Couto (1864/1934) e Alceu Amoroso Lima (1893/1983), nenhuma palavra dedicaram ao seu patrono. Quanto ao primeiro, não sabemos a ra-

¹ Publicações da Academia Brasileira de Letras, *Discursos Acadêmicos* (1897/1906). Rio de Janeiro, 1934, n. 148.

ção do silêncio. Quanto ao segundo, é fácil compreender os motivos da ausência. Tomando posse na Academia a 14 de dezembro de 1935, tendo se candidatado a instâncias e a conselho do Cardeal D. Sebastião Leme, já à época a primeira figura do laicato católico, não poderia fazer o elogio do Visconde, que fora Grão-Mestre da Maçonaria e durante cuja chefia de Gabinete se dera a célebre questão religiosa, que redundou na prisão dos bispos D. Vital, de Pernambuco, e D. Antônio de Macedo Costa, do Pará, somente anistiados no Gabinete seguinte, empossado em 1875, sob a chefia do Duque de Caxias.

Até então, no Brasil, a Maçonaria e o catolicismo viviam, por assim dizer, se não em perfeita harmonia, pelo menos em total tolerância recíproca. Muitos prelados faziam parte da Maçonaria e muitos maçons eram católicos praticantes, religiosos, não escondendo sua crença em Deus nem nos ensinamentos dos Evangelhos. Não eram ateus nem anticlericais ostensivos. Encontrava-se o Visconde no Paraguai, em cumprimento à sua quinta e última missão diplomática, quando recebeu em 1870 a notícia de haver sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria. Ao voltar ao País, realizou-se uma grande festa em sua homenagem na loja Fé. Segundo alguns autores, o primeiro fato concreto que levaria ao conflito da chamada Questão Religiosa fora a suspensão do Padre Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda. Coubera ao padre Martins ser o orador oficial na cerimônia em homenagem ao Visconde do Rio Branco, em comemoração da promulgação da lei do Ventre Livre. Cerimônia esta realizada no Grande Oriente do Lavradio². Já eram numerosos os documentos pontifícios, como lembra Roque Spencer Maciel de Barros, condenando os “pedreiros livres” e o convívio pacífico com os adeptos e os membros da Maçonaria. Compreende-se assim – principalmente para a época, 1935 – o silêncio de Alceu sobre o patrono da sua Cadeira. Não lhe poderia fazer o elogio, nem mesmo a exposição isenta e desapaixonada, como é de praxe acadêmica³.

² OLIVEIRA LIMA, *O Império Brasileiro* (1821/1889), 2.^a ed. s./d., p.440.

³ BARROS, R.S.M. de. “A Questão Religiosa”, *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, tomo II, *O Brasil Monárquico*. 4.^o vol. Declínio e Queda do Império, São Paulo, 1971, pp. 338/339.

Segundo Afonso Arinos, “Rio Branco na política e Mauá na indústria e no comércio foram os chefes do americanismo no Brasil. Filho do passado colonial, herdeiro da resistência tenaz contra a independência, olhava para o futuro”.

De fato, o Gabinete Rio Branco fora o mais longo de toda a história do Império. Permanecera no poder por 4 anos, 3 meses e 18 dias. Com o fim da Guerra com o Paraguai, chegara o momento das reformas e das mudanças, com o intuito da modernização da sociedade brasileira. Pela sua formação científica, com cursos na Escola de Marinha, depois na Escola Militar, chegando à patente de 2.º tenente do Corpo de Engenheiros, professor em ambas as Escolas, já por Decreto de 11 de maio de 1848 era nomeado lente catedrático da cadeira de artilharia e fortificação. Oito anos mais tarde, regia a cadeira de Mecânica e, com a reforma das escolas militares de 21 de abril de 1860, passa a lecionar Mecânica na Escola Central, transferido em 3 de junho de 1863 para a cadeira de economia política, estatística e direito administrativo. Quando a Escola Central passou a denominar-se Politécnica em 1874, por ser o professor mais antigo, já a 13 de setembro de 1875 era nomeado seu diretor, aposentando-se dois anos mais tarde. Muito lhe serviu esta sua formação matemática, passando por diversas áreas do conhecimento humano, na sua carreira política⁴. Enquanto a maioria dos políticos brasileiros eram bacharéis em Direito, Rio Branco apresentava um currículo múltiplo, que o tornava apto a desempenhar funções em diferentes Pastas com o mesmo desembaraço e eficiência. Muito jovem, ainda, ingressara no jornalismo, como redator do periódico *Novo Tempo*, tornando-se o principal redator do *Correio Mercantil*, órgão do Partido Liberal. Deixando o jornal em 1850, vamos encontrá-lo logo a seguir no *Jornal do Commercio*, no qual publicava as *Cartas ao Amigo Ausente*, como folhetinista, comentando e criticando os fatos do dia, com verve e espírito progressista,

⁴ Vale a pena registrar, como simples curiosidade, que a filha da babá de Alceu casou-se com um cocheiro do Visconde do Rio Branco, vindo a adotar o nome de Paranhos. Cf., AAL, *Companheiros de Viagem*, Rio de Janeiro, 1971, p. 8.

numa época de mudanças para o País. As Cartas vão de 22 de dezembro de 1850 a 28 de dezembro de 1851⁵.

No Ministério da Conciliação de 6 de setembro de 1853 ocupa, em momentos diversos, as pastas de Estrangeiros e da Marinha. Era Chefe do Conselho Honório Hermeto Carneiro Leão, mais tarde substituído por Luís Alves de Lima e Silva. No Gabinete Conservador de 12 de dezembro de 1858, sob a chefia de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ocupa por todo o tempo a Pasta de Estrangeiros e, a princípio, também a da Guerra. Quando o mesmo Lima e Silva chefia o Gabinete de 2 de março de 1861. Ei-lo Ministro da Fazenda por todo o tempo e, a princípio, Ministro de Estrangeiros. No Gabinete de 16 de julho de 1868, com Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente do Conselho, volta Paranhos a ser o primeiro Ministro de Estrangeiros, substituído, mais tarde, por João Maurício Vanderlei. Finalmente, encontrava-se em missão em Assunção, quando foi chamado pelo Imperador para organizar e chefiar o Gabinete de 7 de março de 1871, no qual ocupou também a Pasta da Fazenda, acumulando-a, inicialmente, com a da Guerra.

Basta este simples currículo para se aquilatar o quanto acumulara de experiência na vida política e o prestígio de que desfrutava, não só junto ao Imperante, como igualmente junto aos seus colegas do Parlamento.

Inteligência lúcida, temperamento tranquilo mas enérgico, grande orador, o Visconde sabia conduzir-se com elegância e segurança em todas as oportunidades que a vida política e diplomática se lhe ofereceu. Dele deixou Joaquim Nabuco um retrato que se tornou clássico, ponto obrigatório para quem escreve sobre o chefe do Gabinete de 7 de março. Vale a transcrição de alguns passos do retrato feito por Nabuco:

“Ao contrário de todos os outros Presidentes do Conselho, pode-se dizer do reinado, Rio Branco possuía o espírito do cargo, a afinidade natural, a especialidade daquela posição em nosso sistema político. Todos os outros foram diletantes; só ele foi o profissional”...

⁵ *Cartas ao Amigo Ausente*, de Paranhos, foram publicadas em edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953.

“É que o Presidente do Conselho recebia duas investiduras, nenhuma das quais cedia a precedência à outra, e ambas igualmente precárias e caprichosas: a do Monarca e a do partido”...

“O Presidente do Conselho, ideal em tais circunstâncias, era Rio Branco: só ele reuniu as qualidades diferentes e opostas, que essa alta equilibração exigia, tanto mais quanto ela tinha que ser natural, espontânea, e que o menor esforço causaria a queda.”...

“O Visconde do Rio Branco era em tudo o *juste milieu*: tinha seriedade, crítico, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade, correção, figura, maneiras; matemático, tinha alguma coisa de frio, de exato, de positivo, de regular, de metódico no espírito; o seu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação o não arrastava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente dita, mas em grau eminente da imitação e aproveitamento; era amável, cortês, insinuante, cativante em grau de chamar a si a quem queria; reservado e prudente, porém, não criava intimidades, não punha todos ao seu nível; a qualidade superior nele era a sua diplomacia nas relações com a Coroa e com a opinião, o seu modo de compreender e zelar por igual, sem queixa de nenhuma das duas investiduras de que falei... Também dos nossos estadistas, o Visconde do Rio Branco foi o que mereceu em grau mais elevado a confiança do Imperador, o que lhe pareceu reunir maior soma de qualidades para o governo, e a verdade é que as reunia, relativamente à época... De todos os Primeiros Ministros do Reinado, ele é que tem a forma — isto é, o molde, a resistência, a elasticidade, a medida — da posição. Só ele representa a monarquia de que a nação era suscetível e que podia durar nela: com uns, teríamos a quase realeza do Direito Divino, com outros a realeza da Revolução; uns aumentariam a pressão, outros diminuiriam a resistência. Por outras palavras, Rio Branco foi a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado, e se, como estadista, ele precisasse de outro título além desse, e da gloriosa responsabilidade que tomou, à moda de Peel, de dividir o Partido Conservador para realizar a emancipação das futuras gerações de escravos, teria um terceiro: de ter sido o mais capaz diretor da nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a

união do Brasil... Se a política exterior é a política por excelência, sobretudo de um imenso território que tem de ficar, por gerações, desocupado, Rio Branco tem direito de preeminência, por ter sido ele dos nossos estadistas, não, de certo, o mais ambicioso e ousado patriota, mas o mais moderado, constante e inteligente defensor dos interesses da nossa posição, a mão mais segura e delicada a que eles estiveram entregues”⁶.

Por mais longa que pareça ter sido esta citação de Nabuco, convém esclarecer que representa uma simples parcela do muito mais que se encontra, sobre o Visconde, no seu célebre livro sobre a vida e a época do seu pai, Nabuco de Araújo. Constituem as suas palavras, em verdade, um verdadeiro lugar comum de quantos, com isenção, cuidaram da vida do Visconde do Rio Branco. Tornam-se desnecessárias quaisquer outras apreciações de conjunto sobre a personalidade de Paranhos, que se tornariam pálidas e insuficientes diante do brilho, da beleza e da precisão do estilo de Joaquim Nabuco.

Cinco foram as missões diplomáticas de Rio Branco no Prata, sempre com sucesso e excelente desempenho. Quando da primeira, em 1851, seguiu como secretário de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, quando contava, ainda, 32 anos de idade. Tratava-se de, sem uso das armas, enfrentar as ameaças e o domínio de Rosas, mantendo a independência do Uruguai. Seu filho, o Barão do Rio Branco, transcreve as seguintes palavras do General Bartolomeu Mitre:

“Mui jovem ainda veio Paranhos ao Rio da Prata no caráter de Secretário do Plenipotenciário do Brasil, o Ministro Carneiro Leão, cuja política enérgica preparou a grande aliança que derribou a tirania de Rosas em Montecaseros. Paranhos foi a alma dessa missão, e desde então tornou-se um homem identificado com as questões do Rio da Prata”⁷.

⁶ NABUCO, J. *Um Estadista do Império*, vol. III, Rio de Janeiro, 1899, pp. 202/207.

⁷ Barão do Rio Branco, *O Visconde do Rio Branco*, com introdução e notas de Renato de Mendonça, Rio de Janeiro, s./d., p. 32. O Barão descreve em pormenores todas as missões do Visconde, os acontecimentos que as causaram e os termos dos tratados.

No ano seguinte (1852), foi nomeado Ministro residente no Uruguai, cargo que exerceu até dezembro do ano de 1853, levando consigo toda a família. Importante para a paz nos conflitos daquela região foram o Tratado de 15 de maio de 1852 e a aceitação dos Tratados de 1851.

A sua segunda missão vai dar-se em 1857, da qual resultou o Tratado com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Ultimou-se, então, a Convenção Pluvial de 20 de novembro de 1857, completando Tratado anterior, de 1856, e regulando a navegação dos rios Uruguai e Paraná.

A terceira missão data de 1864, substituindo Saraiva, da qual resultará a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, já no ano em que Lopez iniciará a guerra com o Brasil, invadindo Mato Grosso. A Convenção foi mal compreendida por alguns políticos brasileiros. Contra o uso da força no cerco a Montevideu, deu-se um certo desentendimento entre Rio Branco e Tamandaré, que sitiava a cidade. Num ato repentino e surpreendente, Pedro II o destituiu da missão, quando ainda se achava no estrangeiro, mas a Convenção foi respeitada pelo Governo. Para Álvaro Lins, “de todas as missões de Paranhos ao Rio da Prata era essa a mais difícil e complexa”⁸.

Paranhos mantém-se silencioso diante do ataque de seus adversários políticos. De volta ao País, defende o seu ponto de vista e mostra as conquistas obtidas pela política externa brasileira. Profere, então, no Senado, perante seus pares, o mais longo e eloquente discurso de sua vida, destruindo um a um os argumentos dos seus inimigos. Assim o descreve Machado de Assis: “Muitas recordações me vieram de Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa, mas, uma basta, a justificação do convênio de 20 de fevereiro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro, como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegavam-nos às braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus pormenores. Por um pacote do Sul soubemos do convênio da vila da União. O pacto foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao gover-

⁸ LINS, A. *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco)*, Rio de Janeiro, 1945, vol. I, pp. 54/55.

no a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir a sua defesa.

Tornei a ver aquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e calma; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: “Não à vaidade, Sr. Presidente...” Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita. Anos depois do ataque, esta mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional; ainda depois, quando ele tornou da Europa, foi recebê-lo e conduzi-lo até à casa. Ao clarão de um belo sol, rubro de comoção, levado pelo entusiasmo público, Paranhos seguia as mesmas ruas que, anos antes, voltando do Sul, pisara sozinho e condenado⁹.

O tempo se incumbira de provar que o Visconde estava com a razão. Sem derramamento de sangue, sem luta armada em torno de Montevideu, o Uruguai para o lado do Império, vindo logo depois a constituir-se a Tríplice Aliança contra Lopez. Continuando a gozar da confiança do Imperador, em 1869 é chamado Paranhos para a sua quarta missão no exterior. A guerra com o Paraguai estava chegando ao fim; o país encontrava-se praticamente sem governo,

⁹ *O Velho Senado*, Machado de Assis, Obra Completa, vol. II, Rio de Janeiro: Ed. J. A. 1959, p. 619.

Pelo inusitado do episódio e sua importância, cf. ainda: RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*, 2.^a ed. revista por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro, 1938, p. 169/170; CALMON, P. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, 1975, vol. II, p. 18.

derrotado. A 1.º de fevereiro de 1869 parte o futuro Visconde para Assunção. Cuidava-se de organizar um governo provisório, empenhado como estava o Império brasileiro em manter a independência daquele país. Foi Paranhos substituído no Ministério de Estrangeiros pelo Barão de Cotegipe, que, no Gabinete chefiado por Itaboraí, ocupava a Pasta da Marinha. Grandes foram as dificuldades encontradas junto aos próprios aliados, principalmente nas divergências com o Ministro argentino, Mariano Varella. As conferências se davam em Buenos Aires, com Varella e Adolfo Rodriguez, pelo Uruguai. A verdade é que, a 15 de junho, estava instalado o governo provisório, civil. A 20 de agosto já estava Paranhos de volta ao Rio, assumindo o seu cargo. Nomeado membro ordinário do Conselho de Estado a 20 de outubro, a 3 de novembro lhe era conferido o título de Visconde do Rio Branco¹⁰.

A 13 de outubro de 1870, parte o Visconde novamente para o Prata, para a celebração do acordo de paz definitivo com o Paraguai. Encontrava-se em Buenos Aires, quando foi chamado ao Brasil para a constituição do novo Gabinete, que sucederia ao de Pimenta Bueno (Marquês de S. Vicente), que durara somente pouco mais de cinco meses.

Já na Fala do Trono de 1867, referira-se o Imperador à questão do elemento servil. Em 1871, na Fala de 3 de maio, é mais incisivo, e declara:

“Considerações da maior importância aconselham que a reforma da legislação sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração indefinida e incerta. É tempo de resolver esta questão, e vossa esclarecida prudência saberá conciliar o respeito à propriedade existente com esse melhoramento social, que requerem nossa civilização e até os interesses dos proprietários”¹¹.

A 8 de maio, ao falar no Senado, não hesita o Visconde em declarar que a Fala do Trono coincide inteiramente com o seu pensamento; e faz um apelo para que todos se unam no sentido de levar a bom termo o que propõe o Impe-

¹⁰ Para maiores detalhes, cf. a biografia do Visconde feita por seu filho, o Barão do Rio Branco.

¹¹ RIO BRANCO, Visconde do. *Falas do Trono*. Rio de Janeiro, 1889, pp. 627 e 669.

rador. Com Paulino de Sousa, figura eminente do Partido Conservador, abre-se o debate ao responder à Fala do Trono. Replica-lhe o Chefe do Gabinete a 29 de maio.

Não podemos nem vamos acompanhar aqui os trâmites da lei de 28 de setembro no Parlamento¹². Basta recordar que ambos os Partidos, tanto o Conservador quanto o Liberal dividiram-se no debate, uns contra, outros a favor da emancipação do elemento servil. Basta recordar que figuras eminentes, tais como José de Alencar, Paulino de Sousa, Andrade Figueira, Zacarias de Gois, entre outros, atacam o projeto. Francisco Otaviano e Sales Torres Homem o defendem.

No seu ensaio de história parlamentar da Lei de 28 de setembro, anotou Evaristo de Moraes a soma de vinte e um discursos proferidos por Paranhos, o que o levou a escrever, depois de analisar esse esforço imenso:

“Em verdade, nada existe na história das instituições monárquicas e na crônica parlamentar do Brasil, que possa ser equiparado ao trabalho de Rio Branco, para fazer vingar o projeto emancipador de 1871. Nunca, no Brasil, foi uma ideia servida por vontade mais persistente”¹³.

Só a benemérita lei emancipadora de 1871 vale todo um programa, toda uma vida. Ao fim da Guerra do Paraguai, julgando o País pronto para a reforma, dizia Rio Branco: “Asseguro que empenharei todas as minhas forças para que triunfe quanto antes esta causa, que é a causa da humanidade, e também a causa dos verdadeiros interesses e do futuro engrandecimento da minha pátria”.

¹² Especialmente sobre a matéria: MORAES, Evaristo de. *A Lei do Ventre Livre* (Ensaio de História Parlamentar), Rio de Janeiro, 1917; MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil*, 2ª ed. Brasília, 1986, pp. 61/80; RODRIGUES, J.H. “A Lei do Ventre Livre, Primeiro Centenário”, *História, corpo do tempo*. São Paulo, 117fi, pp. 193/212; RIO BRANCO, Miguel P. do, Centenário da Lei do Ventre Livre, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1976; BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”, *História da Civilização Brasileira*, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, II, *O Brasil Monárquico*, 3, Reações e transações, São Paulo, 1967, p. 206 e segs.; RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco*, cit., pp. 251/278.

¹³ MORAES, Evaristo de. *A escravidão*, cit., pp. 72 e 77.

Em apoio de suas palavras, cita Evaristo a opinião de Rui Barbosa, aparecida no *Diário de Notícias*, de 7 de março de 1889, a respeito da luta e do triunfo final de Rio Branco: “Desenvolveu qualidades parlamentares que entre nós nunca foram excedidas, adquirindo, incontestavelmente, jus à admiração agra-decida, com que a posteridade para sempre lhe associou o nome aos dos poucos benfeitores desta terra”.

Lei de compromisso, procura conciliar os interesses dos proprietários de escravos com a liberdade. Não é uma lei radical como a Lei Áurea de 1888, mas, pelo menos formalmente, fazia estancar a existência de novos escravos no Brasil — já que os nascituros não mais seriam escravos e o tráfico havia sido extinto, pelo menos também formalmente, desde 1850. A Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 4.586, de 30 de dezembro de 1871, sobre a matrícula especial dos escravos e dos filhos de mulher escrava; e pelo Decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872, aprovando o regulamento geral para a sua execução. Assegurava a Lei a liberdade do nascituro, criava o fundo de emancipação e reconhecia capacidade jurídica ao escravo, para possuir bens e transmiti-los, por morte, ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros, além de poder contratar em favor da sua liberdade a prestação de serviços futuros, por tempo não excedente de sete anos.

Mostrando as imperfeições e as insuficiências da Lei, deu-lhe Joaquim Nabuco a justa medida na história da abolição da escravidão entre nós:

“A Lei de 28 de setembro de 1871, seja dito incidentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta, e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que o bloqueio moral da escravidão. A sua única parte definitiva e final é este princípio: Ninguém mais nasce escravo”¹⁴.

¹⁴ NABUCO, J. *O Abolicionismo*, Londres, 1883, pp. 72/73. Ainda de Nabuco, *Um Estadista*, cit., p. 202 e segs. Muito útil também são as *Efemérides*, do Barão. E ainda do mesmo autor, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, pp. 144/145. Como lembra Álvaro Lins, o Paranhos Filho já ajudava o pai no Parlamento quanto ao debate e andamento da lei, cit., p. 90. Nas *Efemérides*, pp. 69/70, mostra o Barão que essas ideias já eram antigas, defendidas pelo Visconde desde 1866.

A lei foi sancionada pela Princesa Isabel, já que D. Pedro II se havia ausentado, em viagem – a sua primeira – pela Europa. Tendo ele próprio chamado a atenção para a questão do elemento servil na Fala do Trono daquele ano de 1871, não faltou quem o censurasse por essa ausência, até mesmo em termos veementes, como a carta de Francisco Otaviano a Penedo, em 10 de maio de 1871:

“Quanto à política, nem vale a pena falar-te. Sua Majestade vai passear e deixa sua filha com um Ministério sem consideração em qualquer dos lados políticos e encarrega-lhe, na Fala do Trono, de fazer com esse Ministério reformas – eleitoral e do elemento servil! Se isto não é ridículo aos olhos do público, a quem se quer embaçar, será então perverso aos olhos do moralista. Se de fato o Imperador quer aquelas duas reformas e as comete a sua filha, inexperiente, casada com estrangeiro, sem conhecimento dos homens e de nossas cousas, – então é um mau pai, é quase um monstro: quer sacrificar o futuro da filha e sacrificar o país, atirando-o em agitação sem um Governo forte”.¹⁵

Enganou-se Francisco Otaviano, pois a Princesa cobriu-se de glórias, não só em 1871, como em 1888, também na ausência de seu ilustre pai. Além do mais, esquecia-se Otaviano que o Chefe do Gabinete era o Visconde do Rio Branco, que tão bem soube conduzir, com energia e argúcia, a obtenção da Lei de 28 de setembro. Oliveira Lima – o Quixote gordo, segundo Giberto Freire –, mais afeito à crítica do que ao elogio, não pôde deixar de reconhecer os altos méritos de Paranhos:

“A habilidade deste estadista (Rio Branco) era grande porque se compunha em doses iguais de lucidez, de inteligência e firmeza de ação e realçava-a um singular magnetismo pessoal. A obra do gabinete de 7 de março de

¹⁵ Cartas de Francisco Otaviano, coligidas, anotadas e prefaciadas por Wanderley Pinho, Rio de Janeiro, 1977, p. 212.

1871 foi das mais fecundas na história do Império, levando a termo a reforma judiciária; promovendo consideráveis melhoramentos no ensino superior e no elementar, já fundando a Escola Politécnica e a Escola de Minas, já abrindo cerca de 3.000 escolas primárias; procurando reorganizar o Exército e a Marinha, que a guerra deixara em condição de descalabro e desenvolvendo a viação férrea. Nenhum serviço público prestado se pode, contudo, comparar com o da libertação do ventre escravo, e nenhum lhe foi mais difícil executar frente a uma oposição parlamentar que, durante quatro meses, não desanimou e que abrangia adversários como Andrade Figueira, dialeta formidável. Ferreira Viana, mestre da ironia; José de Alencar, orador de surtos literários; Paulino de Sousa, cuja tenacidade se dissimulava sob a suavidade da voz, dos gestos e dos métodos de discussão”¹⁶.

Coube ainda ao Gabinete de Paranhos mandar proceder ao primeiro recenseamento da população do Império. Coube-lhe, igualmente, substituir o sistema de pesos e medidas em vigor. A 16 de agosto de 1872, recebia o Barão de Mauá autorização para estabelecer e explorar o primeiro cabo submarino entre Brasil e Portugal. Foi entregue a Nabuco de Araújo a incumbência de redigir um anteprojeto de Código Civil, mandamento este já constante da Constituição de 1824. O mais importante, no entanto, foi a política imigratória incentivada pelo Governo, mediante contratos internacionais e estabelecimento de famílias de imigrantes, como consequência da Lei de 28 de setembro. Era preciso substituir o braço escravo pelo trabalho livre. Ainda outras medidas poderiam ser aqui lembradas, mas bastam estas para que se possa bem aquilatar o sentido mudancista e modernizante do Gabinete de 7 de março¹⁷.

Vamos alinhar aqui duas opiniões de autores, costumeiramente, bastante críticos em seus julgamentos históricos: Nelson Werneck Sodré e José Honó-

¹⁶ OLIVEIRA Lima, *O Império Brasileiro*, 2.^a ed., São Paulo, s./d., p. 408.

¹⁷ Ver o livro do Barão sobre o pai e o resumo dessas medidas em: TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*, São Paulo; 1953, pp. 399/400.

rio Rodrigues. Não hesita o primeiro em escrever: “Foi o Visconde do Rio Branco uma das personagens mais características da fase de apogeu do Império, que representou bem, em sua ação política como em sua ação diplomática, estendendo ambas até a fase em que o regime começou a denunciar a presença e a atuação dos fatores que o levariam à derrocada. A sua biografia, portanto, como a do Conselheiro Nabuco de Araújo, permite compreender a ascensão imperial e a fisionomia brasileira na fase do apogeu do regime”.

E afirma o segundo: “Rio Branco foi o mais completo estadista do Império; ninguém teve o conjunto de qualidades que ele possuiu”¹⁸.

Realmente, pode-se tomar o ano de sua morte, 1880, como o marco simbólico dessa decadência. Nos estertores da morte, a 1.º de novembro de 1880, em delírio, pedia que não perturbassem a marcha do elemento servil, em palavras recolhidas pelo Visconde de Taunay, que lhe assistira aos últimos momentos, vindo a exclaimar por fim: “Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens”¹⁹. Essa bela frase mereceu transcrição no *Dictionnaire des Citations du Monde Entier*, publicado em 1960, de autoria de Karl Petit, no qual aparecem referidos somente mais dois brasileiros: Rui Barbosa e Manuel Bandeira.

Este, o patrono da Cadeira 40 da Academia,

Para completar a sua biografia acrescentaremos somente a bibliografia do próprio Visconde e o que de mais importante se escreveu sobre ele.

¹⁸ SODRÉ, N. W., *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, Rio de Janeiro, 1960. p. 145; RODRIGUES, J. H. *ob. cit.*, p. 193.

¹⁹ TAUNAY, Visconde de, *Homens e Cousas do Império*, São Paulo, 1924, pp. 85-87.

Sentido e falta de sentido

HELIO JAGUARIBE

Ocupante da
Cadeira II
na Academia
Brasileira de
Letras.

Desde cedo conclui que o mundo não tem nenhum sentido e que o homem só tem o sentido que se autoconferir. Optei, assim, por uma forma de vida que, a partir de satisfatório atendimento de minhas demandas pessoais, implicasse um esforço de compreensão do mundo e da vida.

Neste mundo sem sentido, ao homem é dada a oportunidade de simplesmente viver, ou seja, de ter uma vida insignificante ou, diversamente, de intentar realizar valores transcendentais, de caráter social, cultural e ético.

Minha opção foi no sentido de orientar minha vida pelas normas eticossociais que me pareceram relevantes e, por outro lado, de intentar um esforço de compreensão do mundo e da vida. Concluí que a vida só tem o sentido que cada homem lhe conferir. No meu caso, procurei dar-lhe um forte sentido ético e social e busquei compreender o que sejam o mundo e o homem.

Minhas inquirições me conduziram ao que denomino de “ateísmo transcendental”. Deus não existe. A alma não existe. A vida se restringe ao que cada um faça no curto transito entre o nada que a precede e o nada que se lhe segue. Importa, assim, para cada pessoa, a partir de um satisfatório atendimento de suas próprias demandas, intentar realizar objetivos superiores de caráter social, cultural e ético.

No meu caso, empenhei-me em realizar esses objetivos combinando, com uma forma de vida que desse razoável atendimento a minhas demandas, o intento de compreender minha sociedade e o mundo e de contribuir para melhorá-los.

Essa posição, que denomino de “ateísmo transcendental”, parte do reconhecimento de que a inexistência de Deus e de uma alma imortal não excluem o imperativo de uma forma de vida ética e socialmente relevante, orientada por um esforço de compreensão do mundo e do próprio país e de um intento de contribuir para melhorá-los.

A vida humana é um trânsito entre dois nadas: o nada que a precede e o nada, que se lhe segue. Nesse trânsito, ao homem é dada a oportunidade de se restringir apenas ao cuidado de seus interesses, levando uma vida insignificante, ou de procurar compreender o mundo e o homem e contribuir para seu melhoramento. Do ponto de vista do cosmos, todas as opções do homem são igualmente irrelevantes. Relevância é um valor subjetivo.

No mesmo caso optei por combinar uma forma de vida ética e socialmente satisfatória com um esforço para compreender o mundo, o homem e meu país. Esse esforço conduziu-me à elaboração de alguns estudos, entre os quais destacaria os livros *Um Estudo Crítico da História* em 2 volumes, de 2001, *O Posto do Homem no Cosmos*, de 2006 e *Brasil, Homem e Mundo na Virada do Século*, de 2008.

Tudo o que é objetivo é meramente consequencial. O cosmos, com sua imensidão e sua complexidade, não tem nenhum sentido. O homem corporalmente, assim como o inseto ou o micróbio, não tem nenhum sentido que não seja, no caso do homem, o que ele mesmo se confira. O sentido que o homem se autoconfira, por seu lado também carece, objetivamente, de qualquer senti-

do. Sentido é uma dimensão puramente subjetiva do homem, objetivamente irrelevante, mas subjetivamente determinativa de medida em que a vida de cada um seja significativa ou insignificante.

Vida significativa é aquela orientada por valores superiores de caráter social, cultural e cívico. Não importa o fato de que a vida seja um trânsito entre o nada que a precede e o nada que se lhe segue. O que é importante é o sentido que o homem, enquanto vivo, confira a própria vida. Objetivamente, nada é importante. Somente é importante o que subjetivamente importe para o homem.

Roberto Simonsen
Arquivo ABL



Roberto Simonsen e três décadas de crises no Brasil: 1918-1948

JACQUES MARCOVITCH

Professor da
Universidade
de São Paulo,
da qual foi Reitor.
É autor, entre
outros, dos
livros *Pioneiros
e Empreendedores:
A Saga do
Desenvolvimento
no Brasil e Para
Mudar o Futuro:
Mudanças Climáticas,
Políticas Públicas e
Estratégias Empresariais*
ambos pela
EDUSP/Saraiva.

Pragas, secas prolongadas, geadas ou inundações destroem imensas colheitas, epidemias brutais paralisam a força de trabalho, guerras e revoluções destroem fábricas. Há, ainda, os graves erros da política econômica, como o descontrole da inflação ou até ações às vezes necessárias, mas de duras consequências imediatas, como as guinadas da política alfandegária. Crises econômicas, enfim, podem surgir de um dia para outro das fontes mais variadas. Mais difíceis de identificar, mas não menos perigosas, são as fontes das crises econômicas propriamente ditas, aquelas em que o sistema econômico na sua totalidade, gravemente enfermo, arrasta o mundo inteiro para um longo período de depressão. O exemplo máximo é a crise de 1929.

Essas considerações são um breve resumo do capítulo inicial do livro *As Crises no Brasil* escrito por Roberto Simonsen em 1930

(SIMONSEN, 1930). Poucos meses antes, ele propusera a seus colegas de diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo que se estudassem as origens das crises brasileiras e os processos para atenuá-las ou evitá-las.

Como era seu hábito de homem de ação e de pensamento, foi o primeiro a se debruçar pessoalmente sobre o assunto, que haveria de acompanhá-lo pela vida inteira. Entre os anos de seu nascimento em 1889 e aquele de sua morte em 1948, o preço do café, então o produto fundamental da economia brasileira, atravessou altas violentas e quedas abruptas, sofreu diversas crises de superprodução, intercaladas por devastadoras geadas. Duas guerras mundiais paralisaram o comércio internacional, enquanto revoluções como as de 1922, 1924, 1930 e 1932 tumultuaram a vida econômica do país. De uma só feita, em 1918, quatro fontes de crise começaram a jorrar ao mesmo tempo. Foi a crise dos quatro gês – guerra, geada, gafanhotos e gripe espanhola.

Repetidas vezes, nos seus escritos e pronunciamentos, Simonsen abordou a questão das crises do ponto de vista da evolução da economia brasileira como um todo. Referia-se apenas de passagem à maneira com que elas afetaram seus negócios pessoais. Mas não há dúvida da correlação profunda entre sua experiência concreta e suas ideias. Sendo um “Idealista prático”, como ele próprio se classificava, sempre procurava estudar as ligações entre “os conceitos científicos expostos pelos doutos e o meio real em que vivemos”. Um livro recente do professor Fábio Maza, sobre as ideias do empresário, intitula-se justamente *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen*. Maza explica a escolha desse título: “No que há de paradoxal em seus termos está expresso o conteúdo pragmático de seu pensamento, [*de Simonsen*], mas também seu modo desinteressado de buscar entender o país” (MAZA, 2004). País, que nem sempre o compreendeu. Simonsen acabara de redigir seu livro especificamente dedicado às crises quando foi recolhido por ordem dos revolucionários de 1930 ao Presídio Político da Imigração “como sócio de uma das firmas que contribuíram para o estado de crise no Brasil” (SIMONSEN, 1930).

Obstáculos como esse e muitos outros que encontraria pela vida não o impediram de levar uma carreira vitoriosa de homem de pensamento e de ação.

Modernizou a administração de suas empresas que iam do setor de construção civil aos frigoríficos e aos produtos cerâmicos com conceitos que foi buscar na Grã-Bretanha e na França. Engenheiro de obras, abriu estradas em locais remotos em meio a revoluções.

Símbolo de empresário esclarecido, deixou também um extraordinário legado de pensamentos e ações exemplares. Porta-voz da CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, desde o tempo em que a sede ainda era na Rua de São Bento, soube dar forma e expressão ao pensamento empresarial, tanto através de seus livros e artigos de jornal quanto em seus discursos políticos de senador da República.

Como se isso não bastasse, sua polêmica com Eugênio Gudín sobre vantagens e desvantagens do planejamento econômico influenciou o pensamento de todos os economistas brasileiros. Fundou a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e escreveu *História Econômica da Brasil*, um grande clássico brasileiro.

Roberto Simonsen nasceu em Santos em uma família de forte tradição empresarial. Seu avô materno e padrinho, Inácio Wallace da Gama Cochrane, além de deputado à Assembleia Legislativa Provincial, foi grande exportador de café e, aliando-se a capitalistas ingleses, fundou a Companhia Melhoramentos de Santos, que organizou os serviços de bondes, luz e água daquela cidade.

Seguindo os passos de seu avô, com quem morou durante os estudos secundários e universitários na capital paulista, Roberto Simonsen começou cedo a se interessar pelo setor de grandes obras de construção civil. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, depois de um estágio de dois anos na Southern Brazil Railway e uma passagem pela chefia da Comissão de Melhoramentos do município de Santos, logo se voltou para a iniciativa privada. Reunindo um grupo de acionistas, lançou a Companhia Construtora de Santos. Corria o ano de 1912 e ele completara apenas 23 anos.

Quinze anos mais tarde, traçou um balanço invejável:

“A nossa empresa executou por centenas, habitações particulares; [...] edificou milhares de metros quadrados de armazéns e estabelecimentos industriais; construiu e montou máquinas industriais, principalmente para o trato do café; obteve em concorrência pública diversas obras municipais, executando toda espécie de pavimentação e tendo nos projetos e na execução do recalçamento de parte de Santos uma influência decisiva; construiu as sedes dos grandes estabelecimentos bancários, os Palácios da Bolsa do Café e a Base da Aviação Naval” (SIMONSEN, 1932).

Mas todo esse êxito não quer dizer que não tenha encontrado obstáculos nem enfrentado crises. Pelo contrário, os percalços foram muitos e as crises, severas. A primeira delas veio como consequência direta da Primeira Guerra Mundial. Como se sabe, esse período trouxe grande prosperidade para a indústria brasileira que se aproveitou da necessidade de substituição das importações, mas não impediu graves crises setoriais. O próprio Simonsen explica o mecanismo:

“Quanto às dificuldades de momento, é sabido que a conflagração mundial, alterando profundamente as condições vitais e econômicas da sociedade, se de um lado criou novas e poderosas necessidades que incrementam a produção de determinados artigos – veio, por outro, afetar a vida de muitas indústrias pela supressão de mercados correspondentes. A classe dos construtores está, incontestavelmente entre as que mais sofrem entre nós, deste estado de coisas”.

“O decréscimo da população nas cidades, concorrendo como agravamento das condições de vida para o abaixamento dos aluguéis; o encarecimento dos materiais de construção, quanto aos importados pelos motivos conhecidos quanto aos de produção nacional pela grande alta de combustíveis são os principais fatores de paralisação das construções” (*Idem, ibidem*, 1932).

Essa crise veio comprometer seriamente uma das obras mais ambiciosas de Simonsen, a construção de um grande bairro operário. Reunira interessados em participar do empreendimento, escolheu terrenos de boa conformação e de fácil acesso e, no dia 24 de abril de 1914, lançou a pedra fundamental da Vila Belmiro. Menos de dois meses mais tarde, no dia 28 de junho, na cidade de Saravejo, um estudante sérvio matou o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro da coroa da Áustria. Começava a Primeira Guerra Mundial.

Pouco depois, um dos principais acionistas do empreendimento foi à falência, obrigando Simonsen a remontagem laboriosa da parte financeira do investimento, que passou a se chamar Companhia Santista de Habitações Econômicas. Surgiram as ruas e casas de excelente aparência, mas cujo preço se revelou excessivo para os operários a que se destinavam. As vendas se arrastavam. Numa tentativa ousada de relançamento, Simonsen financiou a construção do estádio do recém-fundado Santos Futebol Clube. Foi pior. Os novos moradores foram efetivamente atraídos, mas, em vez de comprarem as casas de Vila Belmiro, acabaram por cercá-la por construções improvisadas que formaram uma favela de mais de 500 barracos.

Esse fracasso relativo não impediu que as empresas de Simonsen continuassem progredindo, chegando ao fim da guerra em posição privilegiada. Foi então que o País inteiro conheceu a grande crise de 1918/1919, causada por uma rara combinação de causas meteorológicas, políticas, pragas e epidemiológicas. Ficaria na história como a crise dos quatro gês: geadas, gafanhotos, guerra e gripe espanhola, que alguns aumentam para a dos cinco gês, acrescentando na conta as consequências da greve geral paulistana do ano anterior, 1917.

A pior geada de nossa história ocorreu no mês de junho. Ao cair da tarde do dia 25 a temperatura começou a baixar e, durante a madrugada, os termômetros em grande parte do estado começaram a marcar temperaturas negativas. O dia 26 de junho amanheceu com os cafezais cobertos de geada sob um céu azul sem nuvens prenunciando o sol forte que não tardaria a queimar as plantações. Pequenos fazendeiros perderam suas propriedades já empenha-

das para os bancos contra a promessa da colheita e até os grandes sofreram. O frigorífico Barretos, de propriedade de Antonio Prado, teve que ser arrendado e a exportadora Prado Chaves – na qual ele era sócio de Eloy Chaves – entrou em declínio.

Mal terminara a geada e a lavoura paulista foi atacada por uma praga de gafanhotos. Nuvens imensas e compactas de insetos cortavam durante horas o céu das cidades do interior e mesmo algumas vezes o da própria capital antes de atacar as plantações. Em Mogi Guaçu, Paraibuna e São José dos Campos, os pés de milho vergavam com o peso dos insetos. Depois de destroçar os milharais, os insetos atacavam os canaviais e as plantações de arroz e praticamente tudo o mais que a mão do homem fizera brotar da terra.

Mas o pior ainda estava para chegar. Em setembro, o navio Demerara chegou ao Rio de Janeiro depois de escalas no Recife e em Salvador. A bordo, vinham doentes da gripe espanhola, a terrível epidemia que percorria o mundo e deixaria um saldo de 20 a 40 milhões de mortos, número muito superior aos quinze milhões atribuídos à recém-terminada Primeira Guerra Mundial. No Brasil, calcula-se que tenha deixado pelo menos 35 mil mortos, apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas o número dos contaminados foi pelo menos dez vezes maior. A desorganização da vida social e econômica veio de imediato. A primeira recomendação das autoridades era evitar qualquer aglomeração; escolas, teatros, estádios, lojas comerciais e fábricas viam-se na obrigação de fechar suas portas. A média de enterros na capital paulista, que era de 27 por dia, chegou a 300 no auge da crise, sem contar os clandestinos, pois os enterros eram à noite e muitas vezes em valas comuns.

A guerra terminou no dia 11 de novembro e a epidemia, em meados do mês seguinte.

Observador atento desse período tumultuado, Roberto Simonsen tirou dele várias convicções que o iriam acompanhar pela vida afora. Entre elas, a de que a dependência de um único produto de exportação como o café tornava a economia excessivamente vulnerável às crises, sejam elas as causadas pelas geadas ou, pelo contrário, as causadas pela superprodução.

A opção natural seria a industrialização para a qual ele advogava como indispensável um protecionismo temporário e o desenvolvimento de um mercado interno capaz de absorver os produtos. O insucesso da venda de casas no bairro operário em Vila Belmiro ficara como lição de que não adianta oferecer produtos de qualidade se o público a que se destinam não possui os meios para pagá-los.

Também de nada adiantaria combater a carestia como se ela fosse um conceito absoluto. Em sua opinião, essa ideia, embora muito popular, contrariava uma evidência: os países onde a vida é mais cara são geralmente aqueles em que a riqueza do povo é maior. A única solução para formar a base do processo de industrialização do país seria a ampliação do mercado interno com o aumento geral de seu poder aquisitivo por meio de melhores salários.

Mas melhorar salários implicava produzir melhor, o que, na visão de Simonsen, significava, sobretudo, adotar critérios científicos de administração e a melhor tecnologia disponível, indo buscá-la onde estivesse. Essa convicção dirigiu o seu olhar para muito além das fronteiras do Brasil, com atenção especial para a Inglaterra e os Estados Unidos. Estes países inspiram sua militância pela racionalização e pela tecnologia que muitas vezes ganhou aspectos de uma doutrina social.

“A ação da técnica oferece ao progresso material, produto da razão e do trabalho, os meios de melhor cooperar no progresso moral. E, enquanto pelo progresso moral, se visa a restringir e combater as forças dissolventes da sociedade, pela técnica se procura o controle e a utilização das forças físicas e mecânicas em benefício do Homem e da sociedade” (MAZA, 2004, p. 83).

Em 1919, aceitou o convite feito pelo governo para participar de uma missão comercial enviada à Inglaterra. Esse encargo significava o afastamento de seus negócios pessoais por um tempo considerável. Mas, certamente, não perdeu seu tempo. Visitou mais de 80 indústrias em 24 cidades da Grã-Bretanha. Numa entrevista concedida na volta ao Brasil, afirmou:

“Vimos desde o fabrico da agulha até a forja de colossais peças e o torneamento de eixos de 40 metros destinados aos grandes navios; do fabrico do cimento até o preparo do *patent-fuel* (combustível sólido à base de carvão e de piche); desde a construção de navios em concreto armado até o lançamento de grandes navios de aço; desde as usinas metalúrgicas para a redução de toda a classe de minérios (de que o país é tão rico) até as fábricas de máquinas agrícolas e fazendas modelo” (SIMONSEN, 1932).

O fascínio pelas máquinas voltou a se tornar patente em outra entrevista da época:

“E em Bath nos sentimos maravilhados diante das demonstrações do engenheiro Feuerder, que acaba de inventar um sistema simplíssimo de se obter diretamente o movimento circular por um simples artifício de cinemática. As suas aplicações já experimentadas em bombas e compressores indicam que essa invenção está destinada a revolucionar inteiramente a construção de certas máquinas” (*Idem, ibidem*).

Durante a viagem, além de pronunciar conferências, escrevia para os jornais das cidades onde passava. Num artigo para o *Times* de Londres, redigido em parceria com T. Carvalho de Brito, cujo título era “Técnicos para o Brasil”, lembrava a necessidade que havia no país “de técnicos, perfeitos conhecedores dos métodos comerciais ingleses e dos meios mais eficientes de utilização dos aparelhamentos e máquinas britânicas” (MAZA, p. 131). A ideia foi bem recebida, transformando-o em importante agente de atração de técnicos para o Brasil. Desenvolveu igualmente através da imprensa de Londres uma de suas teses prediletas, o interesse que teriam as empresas inglesas em admitir para estágios de um ou dois anos engenheiros brasileiros recém-formados. Era uma segunda vertente de sua estratégia de qualificação técnica dos recursos humanos para a indústria brasileira.

Costumava discorrer sobre o mercado de carne, que lhe dizia respeito diretamente, pois seu frigorífico era grande exportador, mas também sobre os da

madeira, algodão, borracha, fumo, minérios e cereais. Interessava-se, sobretudo, em ouvir as queixas dos importadores, esforçando-se para descobrir o que poderia ser feito para remediá-las. Percebeu, por exemplo, que muitos produtos brasileiros não eram bem cotados nas bolsas de mercadorias de Londres. De volta ao Brasil, explicou as razões dessa dificuldade e a maneira de remediá-la (MARCOVITCH, 2003):

“O Brasil precisa agir como os exportadores de borracha das Índias Orientais, como os plantadores de algodão do Egito e dos Estados Unidos, como os exportadores de frutas da Califórnia, como os madeireiros do Canadá, que mantêm rigorosamente a uniformidade e a regularidade nos tipos de exportação, o que permite serem estes facilmente classificados e vendidos nas respectivas bolsas” (SIMONSEN, 1932).

Para Simonsen como empresário, essa viagem à Grã-Bretanha traria uma consequência fundamental, que foi a de estreitar sua amizade com o chefe da Missão, João Pandiá Calógeras, que, no seu retorno ao Brasil, seria nomeado ministro da Guerra do governo Epitácio Pessoa, tornando-se o primeiro civil a ocupar esse cargo na história republicana. Havia naquela época uma grande campanha nacional encabeçada por personalidades, como o poeta Olavo Bilac, em favor do estabelecimento do serviço militar obrigatório. Mas, para tornar a ideia exequível, era indispensável a construção de novos quartéis pois os existentes, poucos e em alguns casos, insalubres, não tinham condições de receber um grande número de recrutas.

Muito ambicioso, o programa completo exigia a construção de mais de cinquenta estabelecimentos nas mais diferentes regiões do país. Os engenheiros militares entregaram os projetos e o governo abriu concorrência pública, mas as raras propostas que apareceram superavam em muito o preço máximo dos editais. A razão fundamental residia na fama de péssimo pagador do governo brasileiro. Só o sonho de um lucro extraordinário levaria alguém a investir dinheiro próprio sem perspectivas certas de pagamento.

A solução finalmente encontrada num encontro entre Calógeras e Simonsen foi um contrato de administração, pelo qual o estado pagaria diretamente os funcionários e fornecedores da obra, cabendo à empresa de Simonsen uma percentagem de 15% (mais tarde 10%) do montante total. Este sistema já havia sido adotado com êxito pelo Brasil em obras levadas a efeito por empresas estrangeiras no Nordeste, que não aceitavam outra modalidade.

Uma das tarefas mais complicadas foi organizar o transporte do material e de milhares de empregados. Em uma ocasião, quinze mil trabalhavam ao mesmo tempo. Por maiores que tenham sido essas dificuldades, pareceriam amenas se comparadas às que estavam por vir. Em 1922, uma das fontes tradicionais das crises brasileiras citadas por Simonsen em seus escritos começou a jorrar. Era a chamada revolução tenentista de 1922, que antecedeu as de 1924 e de 1930.

Em Mato-Grosso, o levante ocorreu no dia 5 de julho, quando o general Clodoaldo da Fonseca, primo de Hermes da Fonseca, assumiu o comando, reuniu oficiais e comunicou-lhes o plano revolucionário que deveria contar com o apoio do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. Na verdade, o movimento restringiu-se ao Rio de Janeiro, onde foi logo dominado. O último foco rebelde a resistir foi o Forte de Copacabana, dominado afinal por forças do exército enviadas pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, o mesmo que encomendara a construção dos quartéis.

Embora rapidamente dominado, esse primeiro levante tenentista bastou para tumultuar as obras. Algo muito mais grave haveria de ocorrer na revolução de 1924, que daria origem à Coluna Prestes. Localidades do Rio Grande do Sul chegaram a passar seis meses sem receber material e o pouco que chegava era frequentemente requisitado. Ao final, reconhecendo a impossibilidade de terminar as obras, Simonsen e o governo concordaram em cancelar os contratos correspondentes.

Restava o processo de acerto de contas, que se arrastaria por mais um ano. A opção inicial de trabalhar por contrato de administração funcionou apenas parcialmente. Os fornecedores da obra negavam-se a vender ao governo, a não

ser que a empresa aceitasse avalizar os créditos. Os funcionários também não poderiam ficar a espera que o governo liberasse os créditos para o pagamento de seus salários ao fim de cada mês, de tal maneira que Simonsen foi obrigado a recorrer aos bancos paulistas que chegaram a exigir seu aval pessoal.

Acertadas afinal todas as contas, Simonsen publicou um livro de 358 páginas detalhando as obras realizadas por sua empresa e suas relações financeiras com o governo (SIMONSEN, 1931). Era indispensável que não pairassem sombras sobre a moralidade dessas relações. Publicado em 1931, o livro chegava num país traumatizado pela crise mundial de 1929 e pela revolução dos tenentes que levava Getúlio Vargas ao poder em 1930. Desde que o levante do Forte de Copacabana, em 1922, fora dominado por ordem do então ministro da Guerra Pandiá Calógeras, ele passara a ser odiado pelos tenentes. Como amigo do ministro, Simonsen era considerado suspeito.

Simonsen devia tomar cuidado redobrado, pois já não falava apenas em nome próprio, mas de uma classe. Desde 1928, a divisão interna na Associação Comercial da São Paulo levava os industriais a fundarem uma organização própria a CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que teve Francisco Matarazzo como presidente e Simonsen como vice.

Coube a CIESP a tarefa de defender o ponto de vista dos industriais nos momentos difíceis da recessão mundial que ninguém sabia quando iria acabar, embora todos soubessem muito bem como, onde e quando ela havia começado.

No dia 4 de dezembro de 1928, ao dirigir a última mensagem de seu mandato ao Congresso norte-americano, o presidente Calvin Coolidge declarou que os deputados e todo o país deveriam encarar o presente com satisfação e o futuro com otimismo: “No campo interno, existe tranquilidade e satisfação [...] e o mais elevado recorde dos anos de prosperidade. No campo externo, vigora a paz e o bem-estar que resultam da compreensão mútua [...]”.

Que esse discurso tenha sido feito às vésperas da grande crise de 1929, tem sido apontado como evidência da cegueira do presidente norte-americano. Mas todos os dados disponíveis indicavam uma situação econômica realmente muito boa naquele momento, ápice de uma prosperidade que já havia durado

toda a década de 1920. A única crítica que se poderia fazer ao presidente era não ter pressentido que a situação era boa demais para ser de verdade. Mas, nesse caso, a crítica deveria ser estendida a todo o povo americano com destaque especial para Wall Street, onde os alertas já haviam começado. Mas, como nota John Kenneth Galbraith no seu estudo clássico sobre a crise de 1929, já havia se chegado ao momento “como acontece em todos os períodos especulativos em que as pessoas não pretendiam ser persuadidas da realidade das coisas, mas sim encontrar um pretexto para mergulhar no fundo da fantasia” (GALBRAITH, 1954).

Os primeiros sinais de alerta no mercado de ações surgiram no início de 1928. Até então lenta e gradual, a ascensão dos preços começou a dar saltos inesperados. No mês de março, a média dos índices industriais subiu quase 25 pontos. Certas ações ganharam 20 pontos num único dia. Meia dúzia de milionários, um dos quais diretor da General Motors e três outros a ela ligados direta ou indiretamente, tornaram-se figuras conhecidas do grande público e qualquer declaração de um deles desencadeava novas altas. Em junho, o mercado retrocedeu bruscamente fazendo desaparecer quase todos os ganhos de março. Mas, em julho, a bolsa apresentou uma pequena alta, seguida por uma bem maior em agosto. Em 7 de novembro, um dia depois da eleição do presidente republicano Hoover em substituição a Coolidge, ele foi saudado com a chamada “alta da vitória”.

O próprio Hoover, no entanto, estava bem consciente do perigo que se aproximava e nas suas memórias conta como tentou que as autoridades monetárias reprimissem a especulação. Mas os controles necessários eram tão impopulares, que a Junta da Reserva Federal acabou por baixar os braços, deixando o barco correr. Livre para agir como bem entendesse a bolsa entrou na vertigem final. Se, durante todo o ano de 1928, os índices haviam subido 86,9 pontos, somente em junho de 1929 saltaram 52 pontos e mais 25 em julho e outros 33 em agosto, totalizando 110 pontos em três meses.

Terça-feira, 24 de outubro, foi o primeiro dia de pânico de 1929.

“Às onze horas, o mercado degenerara numa disputa feroz e desvairada para vender. Nas salas superlotadas espalhadas pelo país, o indicador falava de um colapso medonho. [...] A incerteza levou cada vez mais pessoas a tentarem vender. Outras, incapazes de corresponder aos pedidos de depósito de garantia, venderam tudo. Às 11,30 horas, o mercado rendera-se a um medo cego e inexorável.[...] Em Broad Street, perto da Bolsa, podia-se ouvir um estranho bramido. Estava a juntar-se uma multidão” (GALBRAITH, 1954).

Numa última tentativa de salvação, os principais banqueiros do país reuniram-se nos escritórios de J. P. Morgan, na Wall Street, número 23. Houve efetivamente uma breve reação, mas já era tarde demais. A segunda-feira seguinte abriu em violenta baixa e a terça-feira, dia 29, foi o dia mais devastador da história do mercado de ações de Nova York.

Desta vez, a reação da Bolsa demoraria muito a chegar. Os preços só se estabilizaram em junho de 1932 a níveis muitíssimos inferiores aos que vigoravam nos dias mais negros de 1929. Durante esse período, as ações da U. S. Steel despencaram de 262 para 22, as da General Motors de 73 para 8, a da Tel and Tel de 304 para 73.

Por mais impressionante que tenha sido, a derrocada da Bolsa parece um fenômeno secundário perto da recessão que se seguiu e que prosseguiria com menor ou mais intensidade por dez anos nos Estados Unidos e por contágio em grande parte do mundo.

Até 1941, o valor em dólares do PIB americano conservou-se em níveis inferiores aos de 1929. Em 1933, um em cada quatro trabalhadores havia perdido o emprego e em 1938 permaneciam nessa situação um em cada cinco (*Idem, ibidem*).

Quais as razões de tal desastre? Galbraith cita, entre outras, a má qualidade dos executivos americanos que nos anos 1920 “tinha aberto seus braços hospitaleiros a um número excepcional de promotores, trapaceiros, burlões e impostores. Em toda a longa história de tais atividades, isto era como que uma

maré-cheia de fraudes”. Outra causa seria a má organização bancária dividida num grande número de unidades independentes. Quando uma delas falia, as outras procuraram se precaver cortando seus empréstimos, enquanto o público reclamava seu dinheiro de volta, desencadeando um desastroso efeito dominó. Nos primeiros seis meses de 1929, faliram 346 bancos em várias zonas dos EUA (GALBRAITH, J. 1954).

A crise mundial que se irradiava de Wall Street veio atingir o Brasil num péssimo momento, pois o país já se encontrava às voltas com outra crise causada pela superprodução do café. Após a colheita excepcional de 1927, esperava-se de acordo com os antecedentes habituais duas safras pequenas. Mas, se a de 1928 ficou efetivamente reduzida, a de 1929, prevista para ficar em 13.700.000 sacas exportáveis por Santos, acabou ultrapassando 21.000.000. O pior é que antes mesmo dessa safra recorde os estoques acumulados nos armazéns reguladores chegavam a quase 11.770.000 sacas.

Esta, a situação que Simonsen encontrou ao chegar ao Brasil no dia 2 de outubro de 1929. Para piorar a situação, o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo seguiam políticas opostas. O Banco do Brasil, empenhado numa política deflacionista, havia cortado por meio do aumento de encaixe, segundo os cálculos de Simonsen, 10% do meio circulante em poucos meses.

O Banco do Estado de São Paulo viu-se então obrigado a suportar sozinho o peso do financiamento do Instituto do Café, responsável direto pela política de defesa do principal produto de exportação brasileiro. Nem se cogitava da possibilidade de recorrer a empréstimos externos, em meio à crise que corria pelo mundo.

Não havia tempo a perder. Quarenta e oito horas depois de sua chegada, Simonsen conseguiu ser recebido pelo presidente Washington Luiz. Vinha reiterar os pedidos paulistas para um auxílio direto do Banco do Brasil ao Banco do Estado de São Paulo, com a sólida garantia de títulos e conhecimentos de café.

“Nada consegui. E ouvi ainda dos lábios do Sr. Presidente do Banco do Brasil que convinha mesmo tentar fazer uma experiência para se verificar se

a política do Instituto do Café estava certa ou errada. [...] É inacreditável que, em matéria de crédito e política financeira, se quisessem fazer experiências e saltos bruscos, principalmente em estado de tensão comercial. Em consequência da negativa do Governo Central, o Instituto do Café foi forçado a abandonar a defesa dos mercados, o Banco do Estado a suspender bruscamente o financiamento à lavoura, e daí o pânico com o cortejo de consequências lamentáveis, que são de todos conhecidas” (SIMONSEN, 1930).

Em agosto de 1929, a saca de café custava 200 mil-réis. Em janeiro de 1930, o preço havia baixado para 21 mil. Sofreram de imediato os fazendeiros e os comerciantes de café, mas como o produto ainda controlava a economia do país, sofreram todos, sobretudo os mais pobres. Joseph Love cita o caso da Fazenda Cambuhy,

“uma das maiores e mais bem administradas fazendas do país, na qual os salários dos colonos em 1931 caíram para um terço do valor atingido antes da Depressão e levanta a hipótese do aumento da mortalidade observado entre eles em 1933 ser devido, em parte, à desnutrição” (LOVE, 1982).

É muito possível que a crise econômica, levando ao desprestígio das velhas oligarquias tenha precipitado a revolução de 1930. É irônico pensar que Simon- sen tivesse sido preso pelos tenentes, pois a ação desses revolucionários tinha diversos pontos de contato com as ideias que ele defendia. Boris Fausto esclarece:

“Um novo tipo de estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos: 1.º atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2.º a atuação social tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal” (FAUSTO, 2001, p. 182).

Mas essa aliança entre os industriais paulistas e Getúlio Vargas só se daria depois de mais um sobressalto: a revolução Constitucionalista de 1932. Simonsen participou de duas maneiras. De início, foi o responsável pela adaptação da indústria paulista ao esforço de guerra. Presidiu a Comissão de Cadastro e Mobilização Industrial formada pelo governo revolucionário paulista e integrou o Departamento Central de Municípios e o Conselho de Assistência Civil. No final do conflito armado, participou igualmente das negociações para o armistício, algumas delas realizadas em sua casa de Campos do Jordão.

Terminado o conflito, viajou para Buenos Aires onde aguardou durante um mês o desenrolar dos acontecimentos. Voltou em seguida para o Brasil, onde retomou o controle de suas empresas, conquistou a presidência do Instituto de Engenharia. Em 1933, tornou-se deputado classista, escolhido por seus pares para representá-los na Constituinte, segundo uma inovação proposta por Vargas. Permaneceu na Câmara até 1937, quando o Estado Novo fechou todos os órgãos legislativos do país. Poucos meses antes, Simonsen fora eleito para a presidência da FIESP e tornou-se membro do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente ligado ao presidente Vargas para assessorá-lo na política econômica do governo.

Ao se aproximar a Segunda Guerra Mundial, baseado em sua larga experiência sobre crises, alertou o governo sobre as dificuldades a enfrentar no abastecimento de gêneros alimentícios, matérias-primas e combustíveis. Na qualidade de presidente da FIESP, contribuiu para a organização do racionamento do álcool industrial, do sal e do açúcar. Participou, ainda, da Coordenação da Mobilização Econômica, encarregada de organizar a economia de guerra para o cumprimento dos acordos de Washington, pelos quais o Brasil trocava matérias-primas por financiamento norte-americano a grandes projetos de industriais.

Durante o conflito, sofreram especialmente os empresários que dependiam do comércio exterior. Emílio Odebrecht, pai de Norberto Odebrecht, era o maior construtor da Bahia, tocando inúmeras obras para o governo e para particulares. Com a interrupção das importações, o preço do cimento, do ferro, lou-

ças e ferragens elevou-se bruscamente, estourando os orçamentos. Como a possibilidade de revisão não estava prevista nos contratos, a empresa foi à falência.

Simonsen, entretanto, foi dos que encontraram novas oportunidades na crise. Uma de suas empresas mais poderosas era a Cerâmica São Caetano, adquirida em 1923 do grupo Queiroz Lobo & Braga Ltda. e por ele transformada na cerâmica brasileira mais respeitada pela qualidade de seus produtos. Para atender à demanda de tijolos refratários necessários para os fornos de Volta Redonda, a Cerâmica São Caetano, em plena crise, construiu praticamente outra fábrica nova ao lado da já existente. Getúlio Vargas veio a São Paulo para a inauguração das novas instalações e ficou hospedado na residência de Simonsen.

Em 1947, foi eleito Senador por São Paulo.



Ao lado de suas atividades de industrial e político Simonsen prosseguia sua carreira de homem de pensamento e continuou na defesa ardorosa de suas ideias. Não caberia falar em trajetórias paralelas, pois elas sempre estiveram entrelaçadas a serviço de suas convicções. Aprimoradas pela experiência continuavam as mesmas que ele vinha defendendo desde o início de sua carreira. Entre elas, a defesa da industrialização, a importância da pesquisa tecnológica, a necessidade de educar profissionalmente os trabalhadores e elevar a cultura de toda a sociedade.

O interesse pela pesquisa tecnológica data desde o início de suas atividades de empreiteiro, quando se envolveu numa acirrada polêmica com um concorrente sobre a qualidade do asfalto mais indicado para o calçamento de São Paulo. Nas suas próprias palavras: “Conta-se por centenas de contos as importâncias que despendemos continuamente em pesquisas industriais e no estudo dos recursos naturais brasileiros, com intuito de integrá-los na vida econômica do país” (SIMONSEN, 1932). Também não se conta seus artigos e trechos de seus livros onde, baseado no exemplo americano, defendeu a necessidade de multiplicar os institutos de pesquisas no Brasil e de melhor aparelhamento para o IPT. Contrariamente à maioria dos empresários da década de 1930 e

1940, que julgavam a tecnologia como algo que se deveria comprar pronto no exterior, Simonsen defendia a ideia que não se poderia ter uma indústria brasileira sem técnica brasileira. Considerava que a normalização das normas técnicas era “uma grande cruzada” na qual os brasileiros deveriam se empenhar. Sempre bem informado, pronunciou numa das primeiras reuniões da ABNT, em 1941, um discurso onde citava as experiências de normatização da Grã-Bretanha, EUA, França, Alemanha, Japão e Rússia.

Na luta pela criação de escolas profissionais, Simonsen, em nome da Fiesp, negociou no final da década de 1930 vários aperfeiçoamentos no modelo originalmente proposto pelo governo. Daí resultou uma proposta própria, apresentada por ele em 1941, e da qual resultaria o Senai.

A ambição de elevar o nível cultural de todo o país já o havia levado em 1933 à fundação da Escola Livre de Sociologia e Política. Simonsen teve a ideia, arrumou o financiamento necessário, organizou o currículo, atraiu os alunos.

A própria criação de uma Cátedra de História Econômica do Brasil foi uma iniciativa pioneira – mais uma – na vida de Simonsen.

“Com a exceção isolada de Harvard, nos Estados Unidos, a história da economia regional não era considerada matéria importante nas universidades. Na Inglaterra, apesar do brilho de seus economistas, só em 1910 se criou em Manchester, uma cátedra de história econômica inglesa, que logo desapareceu com a morte de Unwin, seu primeiro regedor. Cambridge adotou-a em 1928, Oxford, em 1931” (MARCOVITCH, 2003).

Para a montagem da escola paulista, Simonsen contratou professores dentro e fora do país. Entre os estrangeiros, a figura mais notável foi Donald Pierson, que, com seu prestígio pessoal, conseguiu financiamento de fundações como o Smithsonian Institution para bolsistas e valorizou a pesquisa de campo.

Entre os professores brasileiros, a figura mais notável desse período inicial foi a do próprio Roberto Simonsen, não apenas por seu papel de promotor da instituição, mas pelo fato de ter enfeixado suas aulas na sua obra maior: *História Econômica do Brasil*.

Além de ter abordado capítulos nunca antes tratados do nosso passado, essa obra apresenta um enorme trabalho de sistematização de estatísticas, citado como fonte até por economistas de outras escolas, como Celso Furtado. Na sua *Formação Econômica do Brasil*, Furtado esclarece que os dados que servem de base a seus cálculos e estimativas do capítulo referente à Economia Escravista de Agricultura Tropical foram todos colhidos na obra de Simonsen, “esse grande pesquisador da história econômica do Brasil”. Análises praticamente consagradas, como o surto de industrialização causado pela substituição das importações durante a Primeira Guerra Mundial, foram propostas por Simonsen pela primeira vez. Warren Dean cita, entre os autores que aceitaram essa tese, Caio Prado Jr., Werner Baer, Dorival Teixeira Vieira, Fernando Henrique Cardoso e Nícia Vilela Luz.

Naturalmente, nem todas as teses de Simonsen eram aceitas com tal facilidade. A que provocou maior controvérsia foi a da necessidade de uma maior planificação da economia. Simonsen era inteiramente favorável, outros mais adeptos do liberalismo como Eugênio Gudin eram contrários. Na defesa de suas opiniões os dois travaram uma célebre polêmica. Gudin iniciou o debate com o livro *Rumos da Política Econômica*. Três meses depois, Simonsen replicou com a *O Planejamento da Economia Brasileira*. Houve ainda uma tréplica de Gudin; *Carta à Comissão de Planejamento*. Mas não se pode dizer que isso tenha encerrado a questão, pois a controvérsia permanece acesa até os dias de hoje.

Um dos argumentes mais fortes de Simonsen a favor do planejamento era a capacidade que ele teria de evitar ou amenizar crises e também como arma de defesa da indústria nacional através da uma política alfandegária protecionista.

Sabia ser veemente. Declarou, certa vez, que o próprio Adam Smith, se voltasse a vida, ficaria estarecido com os despropósitos cometidos por brasileiros que invocavam suas teorias. Mas de hábito não procurava efeitos retóricos, fugia do jargão profissional e das palavras difíceis. Uma de suas batalhas permanentes era contra a mentalidade bacharelesca do Brasil do seu tempo, mais amiga da forma do que do conteúdo. Seu estilo direto, preciso e límpido não envelheceu. Possuía, enfim, uma elegância na concisão, dom de escritor que o levaria à Academia Brasileira de Letras, em 1946, dois anos antes de sua morte.

No seu discurso de posse na vaga deixada por Filinto de Almeida, comentou o fato de um economista, como ele, substituir um poeta. Não lhe parecia um contraditório:

“Com essa atitude, mostra ela (a Academia) que os padrões de cultura no Brasil já podem ser considerados suficientemente complexos e diferenciados para que ao mais alto cenáculo cultural do país tenham também acesso aqueles que não sendo propriamente literatos, servem, cada qual na sua esfera, à causa da inteligência brasileira. Servem, portanto, à causa da Pátria porque como nos ensinou aquele Mefistófeles a serviço da Igreja, que foi Chesterton, ‘Pátria é espírito’ e só o espírito é imortal” (SIMONSEN, 2007).

~ Bibliografia

- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Crise Econômica de 29*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1954.
- LOVE, Joseph. 1982. *A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- MARCOVITCH, Jacques. 2003. *Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil*. Vol I. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 183-218.
- MAZA, Fábio. 2004. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- SIMONSEN, Roberto. *As Crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1930.
- _____. *A Construção dos Quartéis para o Exército*. São Paulo: SN, 1931.
- _____. *À Margem da Profissão*. São Paulo: São Paulo, 1932.
- _____. *Discursos Acadêmicos*. Tomo III. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.
- TALEB, Nassim Nicholas. *The Black Swan – The Impact of the Highly Improbable*. London: Penguin Book, 2007.

Ulisses e suas traduções: um estudo de avaliação comparada

DÉBORA LANDSBERG

Bacharela em
Letras pela
PUC-Rio, com
habilitação em
Tradução
(inglês-português).
É tradutora
literária e, entre
os livros que
traduziu,
incluem-se
romances de
Charles Dickens e
Margaret Atwood.

Quando, em 2005, foi lançada a versão de Bernardina Pinheiro para o clássico *Ulisses*, de James Joyce, a tradutora explicou que não considerava o original difícil de ser compreendido e que, por isso, fez uma tradução igualmente descomplicada. “Há partes engraçadíssimas em *Ulisses*. Ficarei satisfeita se as pessoas se divertirem com o livro”, declarou Pinheiro. A única tradução da obra anterior à de Bernardina é a de Antonio Houaiss, conhecido por sua linguagem rebuscada.

Este estudo teve como ponto de partida o comentário veiculado pela imprensa cultural quando da publicação da versão de Pinheiro, no sentido de que a tradução de Houaiss seria mais fiel ao original,

O presente artigo foi escrito como parte do projeto de PIBIC, financiado pelo CNPq. A pesquisa foi orientada pelo professor Paulo Henriques Britto, a quem agradeço pela colaboração.

reproduzindo em português muitas de suas inovações formais, enquanto a de Bernardina se proporia a facilitar a leitura de um dos romances mais reconhecidamente complexos da literatura ocidental.

Com o objetivo de avaliar ambas as traduções de *Ulisses* em termos de fidelidade ao original, foi feita uma comparação entre trechos do original e as traduções de Antonio Houaiss e de Bernardina Pinheiro. As estratégias utilizadas pelos tradutores foram analisadas criticamente, tendo como parâmetros algumas polaridades textuais relevantes, tais como registro elevado / registro coloquial, vocabulário rebuscado / vocabulário cotidiano, entre outras.

A primeira etapa da pesquisa foi constituída pelo levantamento de fontes acerca de James Joyce e *Ulisses*. Em seguida, foram escolhidas passagens representativas de *Ulisses* para a análise comparativa. A escolha foi baseada nos diversos tipos de dificuldades apresentados pelo texto de Joyce. Assim, os pontos fracos e fortes das duas traduções puderam ser avaliados considerando-se tanto a proposta de cada tradutor como o aspecto da fidelidade ao original. Primeiro as traduções foram comparadas ao texto original, seguindo-se alguns critérios de avaliação das escolhas feitas pelos tradutores, tais como: adaptação, precisão, erro, omissão, registro e pontuação. A categoria “erro” foi usada com cautela, apenas nos casos em que parecia claro que o tradutor fez uma leitura equivocada do sentido do texto em inglês. Na segunda fase do estudo, as traduções foram comparadas entre si. Foram considerados os níveis fonológico, sintático, semântico e lexical.

O primeiro trecho selecionado foi retirado do capítulo 6, em que James Joyce alterna passagens de discurso direto, de narrativa e da técnica chamada de “fluxo de consciência” ou “monólogo interior”. Neste ponto, Houaiss incorre em dois erros de interpretação inequívocos. No original, temos: “*By the holy Paul! Mr Dedalus said in subdued wonder. Dick Tivy bald?*” Na tradução de Houaiss: “Por São Paulo! — disse o senhor Dedalus com surpresa simulada. — Careca, o Dick Tivy?” Houaiss interpretou *subdued* de forma errada: a palavra poderia ser traduzida por “branda”, “suave”, mas não “simulada”. O outro erro se dá na seguinte passagem: “*Woe betide anyone that looks crooked at him: priest*”, cuja tradução de Houaiss é “Ai

de quem lhe parece salafrário: sacerdote”. “*Looks crooked to him*” deve ser traduzido como “olhar torto para ele”; a leitura de Houaiss exigiria uma outra preposição: *to him*. A ideia é de que não podem olhar torto para ele, já que deve ser respeitado por ser um sacerdote, e não que ele punirá pessoas de aparente má índole.

Bernardina comete dois erros. O primeiro, na frase “*Drawn on a guncarriage*”. Embora esteja claro pelo contexto que foi o falecido Albert quem foi *drawn* (arrastado), a tradutora usa o verbo no feminino: “Arrastada sobre uma carreta de canhão”. No diálogo sobre a coleta de dinheiro, Pinheiro comete outro erro por confundir “inscrever-se” com “subscrever-se”. “Ele se inscreveu com uma libra”, lê-se em sua tradução. No original, temos “*He put down his name for a quid*”.

Há seis imprecisões na tradução do trecho por Houaiss. No primeiro parágrafo do trecho selecionado, “*She had outlived him, lost her husband*” foi traduzido como “Ela havia sobrevivido a ele, perdendo o marido”. O correto seria “perdera”. “*One must outlive the other*” foi passado para o plural: “Uns têm de sobreviver aos outros”. “*Something new to hope for not like the past she wanted back, waiting. It never comes*”. Houaiss é impreciso ao traduzir “*It never comes*” como “Nunca retorna”. Parece haver, neste ponto, uma tentativa de facilitar a compreensão pelo leitor, pois o tradutor deixa claro que é o passado que nunca chega.

Em seguida, há um diálogo, e neste trecho Houaiss é impreciso uma vez. Dedalus e Ned Lambert conversam sobre a coleta de dinheiro para ajudar a família do falecido. Lambert diz que John Henry Menton subscreveu uma libra e Dedalus responde “*I’ll engage be did*”. A frase foi traduzida como “Apostava que ele o faria”, quando o correto seria “Aposto que o fez”, “Aposto que sim”, pois, se Dedalus nem sabia da coleta até aquele momento, sequer teria como apostar nisso em um tempo passado. A quinta imprecisão do capítulo seis parece ter sido causada por mera desatenção: “*He fitted his black hat gently on his left knee and, holding its brim, bent over piously*”, diz o original. Houaiss traduz: “Aconchegou delicadamente seu chapéu preto ao joelho erguido e, sustentando-o pela aba, inclinou-se piamente”. O tradutor troca “joelho esquerdo” por “joelho erguido”.

Bernardina Pinheiro comete quatro imprecisões. A frase “*For Hindu widows only*” é traduzida como “Para as mulheres hindus apenas”. A palavra *widows* significa viúvas. No diálogo entre Ned Lambert e Dedalus, lemos “Como vão todos em nossa cidade de Cork?”, porém, no original, “*How are all in Cork’s own town?*”, não há referência aos dois serem nativos de Cork. No mesmo diálogo, outra imprecisão: “Só para mantê-los em forma até que o seguro esteja esclarecido”, quando no original temos “*Just to keep them going till the insurance is cleared up*”. A tradução correta para *cleared up* seria “definido”. A quarta ocorrência se dá ainda no diálogo, “Bebida, como?”, indaga Ned Lambert. O certo seria “ou o quê?”, já que em inglês a pergunta é “*Liquor, what?*”.

Houaiss incorre em três omissões no trecho retirado do capítulo 6. “*Drawn on a guncarriage*” é traduzido por “Puxado numa carreta”. Foi omitido que a carreta é de canhão. A segunda omissão se dá pela dificuldade de reproduzir o efeito sonoro presente no original: “*They halted by the bier and the priest began to read out of his book with a fluent croak*”; a assonância entre *book* e *croak* é omitida na tradução: “Pararam perto do catafalco e o sacerdote começou a ler de seu livro num fluente coaxar”. Porém, o trocadilho que vem em seguida, “*Father Coffey. I knew his name was like a coffin*” é mantido na tradução com a mudança do nome do padre: “Padre Paixão. Eu sabia que seu nome era como caixão”. Logo depois, “*Bully about the muzzle he looks*” vira, na tradução de Houaiss, “Um garfo respeitável ele parece”. Ele troca a analogia com um cão por uma analogia com um garfo. Bernardina também demonstra a dificuldade de reproduzir as ressonâncias do original em “Quem vai ler o livro? Eu, disse a gralha.” No original, “*Who’ll read the book? I, said the rook*”, há uma assonância entre *book* e *rook*.

Outra dificuldade de tradução ocorre na frase “*The mutes bore the coffin into the chapel*”. *Mutes* eram pessoas pagas para ficar nos funerais com expressão melancólica. Na falta de palavra ou expressão correspondente em português, Houaiss opta por traduzir “coveiros” em lugar de *mutes*. Tal estratégia foi categorizada como adaptação. Bernardina Pinheiro, entretanto, dá uma solução melhor à questão ao optar por traduzir *mutes* como “acompanhantes pagos”. Houaiss também fez outra adaptação ao escolher adotar o padrão da língua portuguesa

no que se refere a palavras estrangeiras. Onde, no original, lê-se “Dominenamine”, lemos em português “*Domine-nomine*”, em itálico e com hífen. James Joyce não segue o padrão da língua inglesa, que também tem como norma grafar vocábulos de outros idiomas em itálico, portanto tais ocorrências foram consideradas adaptações.

As outras duas adaptações de Pinheiro parecem ter o objetivo de facilitar a compreensão do leitor. A frase “*Yes, Ned Lambert said, with the wife’s brother. John Henry Menton is behind. He put down his name for a quid*”, em sua versão fica “É sim — disse Ned Lambert —, com o irmão da mãe.” O correto seria “o irmão da esposa, da mulher”. Bernardina explica a relação da mulher em questão com o último referente do texto, o filho, facilitando assim a interpretação da frase. Além disso, a tradutora opta por ignorar a junção de palavras “*whitesmocked*” e traduzi-la por “bata branca”.

Há duas alterações no registro na tradução de Houaiss para este trecho. Em “Mas no fim ela punha umas violetazinhas no chapeuzinho”, ele exagera nos diminutivos. O original é “*But in the end she put a few violets in her bonnet*”. Na frase “O caixão jazia sobre o seu catafalco diante do coro, quatro altas velas amarelas aos cantos”, a inversão “altas velas” é desnecessária, já que o original diz “*four tall yellow candles at its corners*”, construção típica na língua inglesa. Há também o arcaísmo “após ele” na frase “O padre alviblusado entrou após ele dispondo sua estola com uma mão, balançando com a outra o pequeno livro contra sua barriga de sapo”. Não há nenhuma palavra ou expressão arcaica no original, “*The whitesmocked priest came after him tidying his stole with one hand, balancing with the other a little book against his toad’s belly*”. Já Pinheiro não faz nenhuma alteração de registro nem insere arcaísmos inexistentes no texto original.

Quanto à pontuação, Houaiss comete dois erros. Tanto ele como Bernardina Pinheiro optam por padronizar a separação entre falas e narrativa de acordo com as regras da língua portuguesa. Ambos usaram travessões. Contudo, Houaiss omite um travessão em “— Por que ele perdeu o lugar? — perguntou Ned Lambert. Bebia ou o quê?”. Deveria haver um travessão antes de “bebia”. O tradutor também altera a pontuação do original na frase “Qual das pontas é

a sua cabeça?"; no original, a frase é encerrada com ponto final: "*Which end is his head.*". Bernardina também troca o ponto final pela interrogação.

Bernardina Pinheiro altera outras três vezes a pontuação no trecho escolhido. A primeira mudança foi separar em duas uma frase única no original: "Ela sobrevivera a ele. Perdeu seu marido". No mesmo parágrafo, Pinheiro retira o ponto de interrogação da frase "Contudo quem sabe afinal de contas." e insere uma vírgula em uma frase cuja pontuação se dá apenas através de dois pontos: "Um tem que ir antes: sozinho, debaixo da terra: e não se deitar mais na cama quente dela". No original, "*One must go first: alone under the ground: and lie no more in her warm bed*".

Na passagem selecionada do capítulo 6 temos, portanto:

	Houaiss	Pinheiro
erro	2	2
imprecisão	5	4
omissão	3	1
adaptação	2	2
pontuação	2	3
registro	2	0
arcaísmo	1	0

O capítulo 18 é o famoso "monólogo interior" de Molly. Não há vírgulas ou qualquer outra pontuação. Ambos os tradutores preservaram esta característica, imprescindível para o trecho.

Houaiss omite duas palavras do original, sendo que uma é um "sim", vocábulo que pontua todo esse trecho e encerra a obra. O tradutor inclusive toma a decisão, muito criticada na época, de fechar o capítulo com um "Sims", quando o original não dá qualquer sinal de que ele deve usar a palavra no plural, apenas para manter a característica do romance original de se iniciar e terminar com a letra S. Além desse, Houaiss teve mais três erros de interpretação. Na frase "*springing up even out of the ditches primroses and violets nature it is*", a narradora

está fazendo um comentário a respeito de tudo o que foi dito antes, e não sobre a natureza em si, como interpretou Houaiss: “brotando mesmo das regazi-nhas primaveras e violetas é a natureza é o que é”. Outro erro inequívoco se dá no trecho “eu muitas vezes pergunto a eles ateus ou como quer que eles se cha-mem”, quando no original é dito “*I often asked him atheists or whatever they call them-selves go*”. Pinheiro erra ao traduzir “*glancing eyes*” por “2 olhos olhando da treli-ça” e substituir “figueiras” por “figuras” onde se lê, no original, “*the figtrees in the Alameda gardens*”.

Bernardina fez duas adaptações, ambas claramente para facilitar a leitura. Onde, no original, temos “*to put about the place*”, foi traduzido “fazer com que eles nos mandem algumas flores para espalhar pela casa”. Aqui, Bernardina poderia ter deixado só o verbo, sem explicar onde as flores serão espalhadas. “*It was leapyear like now*” foi traduzido por Houaiss e Pinheiro como “ano bis-sexto como agora”, sem a junção de palavras presente em *leapyear*. Houaiss op-tou por abrigar a palavra inglesa *tweed*, usando “tuíde”, palavra inexistente em português. Em “sim dezesseis anos atrás”, o “16”, que aparece em forma de numeral no texto em inglês, é escrito por extenso. Em um trecho onde a grafia das palavras é tão importante, este aparente detalhe pode ser considera-do uma adaptação.

Tanto a tradução de Houaiss como a de Bernardina contêm oito impreci-sões. Muitas das imprecisões de Bernardina se devem a conectivos inseridos na tradução e inexistentes no original. Ela traduz “*they call themselves go and wash*” por “eles se denominem que eles tratem primeiro de se lavar”; “*they go howling for the priest and they dying*” por “eles gemem por um padre quando estão morrendo” (Houaiss comete igual imprecisão); “*after that long kiss I near lost my breath*” por “depois daquele beijo longo em que eu quase perdi a respiração”; e “*yes he said was a flower of the mountain*” é traduzido como “sim ele disse que eu era uma flor da montanha” (imprecisão idêntica em Houaiss). Em “*and the old castle thousands of years old*”, a tradutora usou uma construção estranha em por-tuguês, além de ter perdido a repetição de “velho”: “e o velho castelo milha-res de anos antigo”. Na sua versão do trecho “*when I put the rose in my hair like the*

Andalusian girls used or shall I wear a red yes and how he kissed me under the Moorish wall”, Pinheiro é imprecisa com o artigo em “pus uma rosa”, com o verbo em “será que eu vou usar”, que deveria ter sido traduzido como “devo usar”, e em “debaixo do muro mouresco”, quando o correto seria “junto ao muro”, “contra o muro”.

Na versão de Houaiss, há algumas imprecisões que parecem ter sido causadas por interpretações equivocadas. “*the apron he gave me was like that*”, por exemplo, foi traduzido como “o avental que ele me deu era um pouquinho assim”. Não há razão para o uso de “pouquinho”. “*I often asked him atheists or whatever they call themselves*” foi vertido equivocadamente como “ou como quer que eles se chamem”, quando o correto seria “se nomeiem”, “se denominem”, já que no original é “*call themselves*”. “*the first person in the universe before there was anybody that made it all*”, “antes que tivesse ninguém que fez tudo” pelas mãos de Houaiss.

A tradução “a poeira se deposita” para “*the dust grows in it*” seria mais correta caso o tradutor tivesse usado “aumenta”, ou “cresce”. Em “*and the sun shines for you today yes that was why I liked him*”, ele traduz “e o sol brilha para você hoje isso foi porque eu gostei dele”, quando o correto seria “foi por isso que”. Ele também emprega uma letra maiúscula inexistente no original em “e o sentinela na frente da casa do Governador”.

Em um capítulo marcado pelo monossílabo “sim”, Houaiss omite o vocábulo, que deveria estar entre “hoje” e “isso” em “e o sol brilha para você hoje isso foi por que eu gostei dele”, cujo original é “*and the sun shines for you today yes that was why I liked him*”.

Além do arcaísmo da expressão “não daria nem um dé-réis de mel coado” para traduzir a expressão nada arcaica “*I wouldnt give a snap of my two fingers*”, Houaiss baixa o registro mais duas vezes nesse trecho: em “onde é que que era que eu vi” para “*wheres this I saw them not long ago*” e em “dia que levei ele a se propor a mim sim” para “*the day I got him to propose to me yes*”.

Para resumir o capítulo 18 temos o seguinte quadro:

	Houaiss	Pinheiro
erro	3	2
imprecisão	8	8
omissão	2	2
adaptação	3	2
pontuação	0	0
registro	2	0
arcaísmo	1	0

No capítulo I4, James Joyce faz um pastiche da literatura e da linguagem inglesas de várias épocas. Por apresentar dificuldades muito diferentes dos outros trechos selecionados, optamos por avaliar a tradução deste capítulo de outra forma. Abaixo, o primeiro trecho selecionado deste capítulo, em que Joyce utiliza vários arcaísmos, todos sublinhados. Em negrito, as aliterações que remetem à poesia anglo-saxã:

“This meanwhile this good sister stood by the door and begged them at the reverence of Jesu our alther liege lord to leave their wassailing for there was above one quick with child a gentle dame, whose time hied fast. Sir Leopold heard on the upfloor cry on high and he wondered what cry that it was whether of child or woman and I marvel, said he, that it be not come or now. Meseems it dureth overlong. And he was ware and saw a franklin that hight Lenehan on that side the table that was older than any of the tother and for that they both were knights virtuous in the one emprise and eke by cause that he was elder he spoke to him full gently. But, said he, or it be long too she will bring forth by God His bounty and have joy of her childing for she hath waited marvellous long. And the franklin that had drunken said, Expecting each moment to be her next. Also he took the cup that stood to-fore him for him needed never none asking nor desiring of him to drink and, Now drink, said he, fully delectably, and he quaffed as far as he might to their both's health for he was a passing good man of his lustiness. And sir

Leopold that was the goodliest guest that ever sat in scholars' hall and that was the meekest man and the kindest that ever laid **husbandly hand under hen** and that was the very truest knight of the world one that ever did mini-on service to lady gentle pledged him **courtly in the cup. Woman's woe with wonder pondering**".

Tradução de Bernardina Pinheiro:

"Neste ínterim esta boa irmã ficou junto à porta e rogou a eles em homenagem a Jesus nosso Senhor soberano de todos que cessassem a sua orgia pois havia no andar de cima uma mulher em trabalho de parto, uma dama gentil, cuja hora estava próxima. Sir Leopold ouviu gritar bem alto no andar superior e se perguntava que grito era aquele se de criança ou mulher e eu me admiro, disse ele, que não esteja terminado ou agora. Me parece que dura demais. E ele estava atento e viu um anfitrião liberal chamado Lenehan naquele lado da mesa que era mais velho do que qualquer um dos outros e por isso eles eram ambos cavaleiros virtuosos naquele empreendimento e também pelo fato de que ele era o mais velho ele falou com ele muito gentilmente. Mas, disse ele, antes que demore demais ela vai parir por obra de Deus e Sua generosidade e ter a alegria de sua gravidez pois ela esperou por muito tempo. E o anfitrião liberal que havia bebido disse, Aguardando que cada momento seja o seu próximo. Também ele pegou a taça que estava à sua frente pois ele não precisava nunca que alguém pedisse ou desejasse que ele bebesse e, Agora beba, disse ele, totalmente deleitosamente, e ele bebeu até a última gota o mais que pôde à saúde de ambos pois ele era um muito bom homem de seu vigor. E sir Leopold que era o melhor hóspede que jamais se sentou à mesa de doutos e que era o homem mais manso e o mais bondoso que jamais pôs a mão ligeira por baixo de galinha e que era o mais fiel cavaleiro do mundo alguém que sempre prestou delicado serviço para a dama gentil bebeu à saúde dele cortesmente na taça. No infortúnio da mulher com assombro ponderando".

Aqui, Bernardina Pinheiro peca ao não tentar reproduzir a complexidade do texto, tudo indica que com o intuito de facilitar a leitura da obra. A tradutora chega a desvirtuar as características dessa parte. Em um trecho que no original é repleto de arcaísmos, tanto sintáticos como lexicais, ela utiliza-se de apenas um pequeno número de estruturas e vocábulos portugueses levemente arcaizantes.

A tradução de Houaiss tem mais êxito nessa passagem, pois, além da estrutura sintática ser arcaica, ele também usa muitas palavras antigas:

“No entre tempo aquela boa irmã estava à porta e lhes rogava por menagem de Jesus nosso mui senhor lígio de pararem seus brindes pois que havia aí a riba uma a pique de ter criança gentil dama, cujo tempo corria presto. O senhor Leopoldo ouviu do piso de cima grito forte e pensava qual grito esse era se de infante ou de mulher e maravilho-me, disse ele, se já não veio é agora. Parece-me a mim que me dura ao de mais. E ele ficou de guarda e viu um homem franco de nome Lenehan daqueloutro lado da mesa que de todos outros era mais velho e pois que ambos eles os dous eram virtuosos da mesma empresa e por de mais por causa de que ele era mais velho ele lhe falou mui polidamente. Empero, disse ele, pois que isso já dura ela há de ter pela graça de Deus seu fruto e vai ter alegria por seu parimento ca ela já esperou muito de maravilha. E o homem franco como houvera bebido disse, Esperando que cada momento seja o seu. Tam bem ele tomou do copo que a sua frente estava pois a ele nunca ninguém não demandava de pedir ou de desejar que brindasse e Brindemos pois, disse ele, mui em deleite, e ele sorveu tanto quanto sorver pudera à saúde ambos os dois pois ele era homem de mui bom passar em sua louçainha. E o senhor Leopoldo que era o melhor hóspede daqueles que nunca jamais sentaram em cabido de sages e que era o mais manso dos homens e o mais bondoso daqueles que jamais como marido puseram suas mãos nos baixos de fêmea e que era o mui mais leal varão do mundo daqueles que serviram gentil dama lhe deu penhor cortes com o seu copo. E pesava com espanto os espasmos da esposa”.

A única estratégia duvidosa de Houaiss foi usar “senhor Leopoldo” como tradução de “*sir Leopold*”. *Sir* é título de nobreza, portanto não poderia ser traduzido por “senhor”. Houaiss também aportuguesou o nome do personagem, talvez devido à tradição antiga de aportuguesar nomes próprios, o que seria pertinente neste caso, já que o trecho é um pastiche do inglês arcaico. Porém, é incoerente com o restante das opções feitas em situações semelhantes ao longo da obra.

Na outra passagem escolhida do capítulo 14, Joyce usa uma linguagem coloquial e por vezes até chula, com muitas gírias e expressões obscuras. O trecho também é repleto de trocadilhos e de onomatopeias:

“Your attention! We’re nae thy fou. The Leith police dismisseth us. The least tholice. Ware hawks for the chap puking. Unwell in his abominable regions. Yooka. Night. Mona, my thrue love. Yook. Mona, my own love. Ook.

Hark! Shut your obstropolos. Pflaap! Pflaap! Blaze on. There she goes. Brigade! Bout ship. Mount street way. Cut up. Pflaap! Tally ho. You not come? Run, skelter, race. Pflaaaap!

Lynch! Hey? Sign on long o me. Denzille lane this way. Change here for Bawdyhouse. We two, she said, will seek the kips there shady Mary is. Righto, any old time. Laetabuntur in cubilibus suis. You coming long? Whisper, who the sooty hell’s the johnny in the black duds? Hush! Sinned against the light and even now that day is at hand when he shall come to judge the world by fire. Pflaap! Ut implerentur scripturae. Strike up a ballad. Then outspake medical Dick to his comrade medical Davy. Christicle, who’s this excrement yellow gosseller on the Merrion hall? Elijah is coming washed in the Blood of the Lamb. Come on, you winefizzling ginsizzling booseguzzling existences! Come on, you dog-gone, bullnecked, beetlebrowed, hogjowled, peanutbrained, weaseleyed four flushers, false alarms and excess baggage! Come on, you triple extract of infamy! Alexander J. Christ Dowie, that’s yanked to glory most half this planet from ‘Frisco Beach to

Vladivostok. The Deity ain't no nickel dime bumshow. I put it to you that he's on the square and a corking fine business proposition. He's the grandest thing yet and don't you forget it. Shout salvation in King Jesus. You'll need to rise precious early, you sinner there, if you want to diddle the Almighty God. Pflaaaap! Not half. He's got a coughmixture with a punch in it for you, my friend, In his backpocket. Just you try it on".

Bernardina pasteuriza a tradução, pois mantém um padrão normal de linguagem e limita-se a inserir algumas expressões coloquiais. Os trocadilhos geralmente são deixados de lado e as junções de palavras são traduzidas com hífen inexistentes no original.

Você aí! Não tamos tão bebum assim. A polícia de Leith nos despediu. A mais ínfima tolícia. Cuidado trapaceiros com o cara vomitando. Ruim nas suas regiões abomináveis. Ei. Ba-noite. Mona, meu verdadeiro amor. Ei. Mona, meu único amor. Ufa.

Escuta! Fecha tua matraca. Pflep! Pflep! Rápido. Lá vai ela. Brigada. Meia-volta navia. A caminho de Mount Street. Corta essa. Pflep. Tallyho. Tu não vem? Corre, confusão, corrida. Pflleeeep!

Lynch! Ei? Me acompanha. Denzille Lane é por aqui. Baldeação aqui pro prostíbulo. Nós dois, disse ela, vamos procurar as hospedarias em que a Mary da vida fácil está. Tá certo, a qualquer hora. *Laetabuntur in cubilibus suis*. Você vem comigo? Fala baixo, quem diacho é o cara com roupas pretas? Chuh! Pecaram contra a luz e agora mesmo está perto o dia em que ele virá para julgar o mundo através do fogo. Pflep! *Ut implerentur scripturae*. Comece a tocar uma balada. Então falou o medicante Dick ao seu companheiro o medicante Davy. Meu Cristo, quem é este excremento amarelo protestante em Merrion Hall? Elias está chegando! Lavado no sangue do Cordeiro. Venham vocês seus existências de vinhoespumante, gincrepitante, bebidaesbanjada! Venham seus malditos, tourinos, carrancudos, queixadas-de-porco, cérebros-insignificantes, olhos-de-doninha, faroleiros, alarmes falsos e

bagagem excessiva! Venham, seus fragmentos triplos de infâmia. Alexander J. Christ Dowie, esse é meu nome, que fui aos trancos à glória por metade deste planeta da praia de Frisco a Vladivostok. A divindade não é nem um pingo um *show* de carnaval. Eu garanto a vocês que Ele é justo e uma danada de boa proposta de negócio. Ele é até agora a coisa mais grandiosa e não se esqueçam disso. Clamar a salvação com o rei Jesus. Você precisa se levantar bem cedinho, seu pecador aí, se você quiser tapear o Deus Todopoderoso. Pflleeeep! Nem mais nem menos. Ele tem um xarope com um estimulante pra você, meu amigo, no bolso de trás dele. Experimente só”.

A tradutora erra ao traduzir “A polícia de Leith nos despediu”. O certo seria “nos liberou”, “dispensou”. “Meu Cristo, quem é este excremento amarelo protestante em Merrion Hall?”, traduz Pinheiro, perdendo a mistura de *Christ* com *testicle* em *Christicle*. Trocadilhos, como *abominable* são ignorados. Há problemas de imprecisão: no original, temos *outspake*, e Bernardina não tenta reproduzir o desvio da palavra *outspoke* existente no original. Na frase “Venham vocês seus existências de vinhoespumante, gincrepitante, bebidaesbanjada!”, Bernardina não tenta reproduzir a aliteração do original e, além disso, peca pela falta de criatividade na tentativa de reproduzir a junção de palavras de Joyce. Na frase seguinte, “Venham seus malditos, tourinos, carrancudos, queixadas-de-porco, cérebros-insignificantes, olhos-de-doninha, faroleiros, alarmes falsos e bagagem excessiva!”, novamente, Bernardina não tenta reproduzir o efeito do original, optando por facilitar para o leitor ao usar hífen para unir as palavras. Quando, no original, temos *bumshow*, a tradutora opta por “*show* de carnaval.” É inexplicável a opção por inserir “carnaval” aqui. “*On the square*”, uma expressão que poderia ter sido traduzida corretamente como “papo firme”, é vertida como “justo”.

Já Houaiss opta por reproduzir um padrão oral de linguagem, baixando bastante o registro:

“Mais atenção! A gente num tá tão no pileque. A polícia de Leith nos dispensa. Nos diz pensa. Semo perdigões para os perdigotos do gajo que tá

vomitando. Ta mau nas regiões abominais. Uiiaia. Basnoite. Mona, meu grande amor. Mona, meu só amor. Uiia.

Chiu! Tapar os bocômetros. Plafe! Plafe! Ti queimando. Lá vai ela. Bombeiros! Atracar! Pela rua do Monte. Atalha. Plafe! Pra frente. Tu não vem? Anda, fila, chispa. Plaaaafe!

Lynch! Ei! Me sigam. A alameda de Denzille é por aqui. A muda é aqui pra Casputas. Nós dois, disse ela, vamos procurar a marafa onde a Maria escondida estafa. Topo, é só mandá. *Laetabuntur in cubilibus suis*. Tu tá vindo? Me conta, que diabo de negrume de fuão é o de preto? Psiu! Pecado contra a luz e mesmo agora que o dia tá perto quando ele vai chegá pra julgá o mundo pelo fogo. Plafe! *Ut implerentur scripturae*. Ataca uma cantoria. Então falastrou o medicando Dick ao seu camarada medicando Davy. Cristículo, quem é aquele excremento amarelo de predicador do salão Merrion? Elias está chegando lavado no Sangue do Anho. Vamos, seus vinhissugassugas, ginchupachupas traguembuchabuchas malparidos! Vamos, candemonhos, encangados, chifrudos, queixadadudos, miolomolóides, latrinadas de fui-nha, rebates falsos, excessos de bagagem! Vamos, extratos tridestilados de infâmia! Aqui o Alexander J. Christ Doxie, que empurrou pra glória mais da metade deste planeta da praia de ‘Frisco a Vladivostoque. A Divindade nué uma cambada de porristas que a gente se junta por um vintém. Garanto que Ele tá na praça e dando a vocês uma deixa prum negócio e tanto. Ele é o maior até agora, é bom que vocês não esqueçam. Vamos berrar a salvação no rei Jesus. Tu tem que levanta bem de madrugada, seu pecador aí, se tu qué tapei o Todo-poderoso. Plafe! Tudo ou nada. Ele tem um xarope com uma tisana pra ti, meu chapa, no bolso dele. É só experimentar”.

Neste capítulo, Houaiss é bem mais fiel ao original que Bernardina Pinheiro. O tradutor cometeu apenas um erro nesta passagem, entendendo o “*on the square*” de forma literal e traduzindo a expressão como “tá na praça”. Ele também insere uma palavra obscura como “tisana” em um trecho totalmente coloquial. Quanto à pontuação, houve quatro alterações por Pinheiro e duas por

Houaiss. O tradutor omite uma onomatopeia entre “Mona, meu grande amor” e “Mona, meu só amor”. Porém, Houaiss consegue passar ao leitor da tradução as ideias e as brincadeiras linguísticas contidas no capítulo, enquanto Bernardina opta por ignorar as características do texto no intuito de facilitar o entendimento do enredo pelo leitor.

Conclui-se, portanto, que embora o número de erros graves e leves cometidos pelos tradutores tenha sido razoavelmente equilibrado, a tradução de Bernardina Pinheiro por vezes é uma desvirtuação da obra original, evidenciando que, para tornar a obra palatável para os leitores, a tradutora não hesitou em sacrificar o aspecto principal do livro de James Joyce: a linguagem (em vez do enredo, como é de praxe na ficção). Antonio Houaiss demonstra uma maior preocupação com a reprodução do complexo estilo de Joyce, e nos trechos mais difíceis se sai melhor que Bernardina.

~ Referências

- JOYCE, James. *Ulysses*. Nova York: Modern Library, 1961.
- JOYCE, James. *Ulisses*. Tradução de Bernardina Pinheiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- JOYCE, James. *Ulisses*. Tradução de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GILBERT, Stuart. *James Joyce's Ulysses – A Study*. Nova York: Vintage Books Edition, 1955.
- CAMPOS, Augusto e Haroldo de. *Panorama do Finnegans Wake*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- Revista *EntreLivros*, edição n.º 2.